

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

Rosiléa Archanjo de Almeida

JORNAL O LAMPADÁRIO (1926-1928):

Exposição do discurso da Igreja Católica em Juiz de Fora a partir de seu principal
órgão de imprensa

JUIZ DE FORA

2021

Rosiléa Archanjo de Almeida

JORNAL O LAMPADÁRIO (1926- 1928):

Exposição do discurso da Igreja Católica em Juiz de Fora a partir de seu principal
órgão da imprensa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião na área de concentração Religião, Sociedade e Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião.

Orientador: Dr. Rodrigo Portella

JUIZ DE FORA

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor (a)

Almeida, Rosiléa Archanjo de.

JORNAL O LAMPADÁRIO (1926-1928): Exposição do discurso da Igreja Católica em Juiz de Fora a partir de seu principal órgão da imprensa/ Rosiléa Archanjo de Almeida. -- 2021.

138p. : il.

Orientador: Portella Rodrigo

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião, 2021.

1. O Lampadário. 2. Igreja Católica. 3. Juiz de Fora. 4. Discurso. 5. Modernidade.

I. Portella, Rodrigo, orient. II. Título.

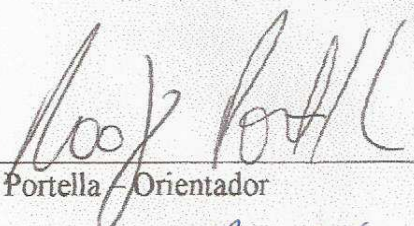
ROSILÉA ARCHANJO DE ALMEIDA

JORNAL O LAMPADÁRIO (1926-1928): Exposição do discurso da Igreja Católica em Juiz de Fora a partir de seu principal órgão da imprensa

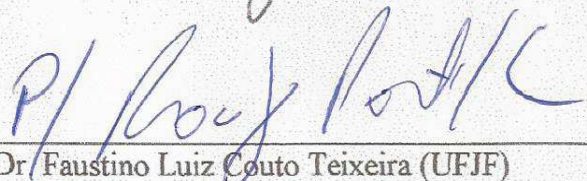
DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de MESTRA EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO.

Juiz de Fora, 25/02/2021.

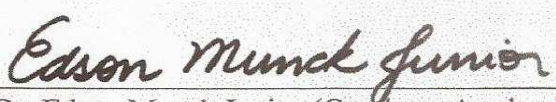
Banca Examinadora



Prof. Dr. Rodrigo Portella Orientador



Prof. Dr. Faustino Luiz Couto Teixeira (UFJF)



Prof. Dr. Edson Munck Junior (Granbery-Academia)

Aos meus pais, João Batista de Almeida e Rosimeire Archanjo de Almeida, pelo dom da vida.
Ao meu noivo, Maycon Constâncio de Lima, que sempre incentivou meus projetos.
Àqueles/as que ajudaram na minha formação humana e acadêmica: Vó Paulina
(*in memorian*), Tia Inácia (*in memorian*), meus padrinhos Rosilene, Reginaldo, Cristiane.

AGRADECIMENTOS

É muita satisfação que concluo mais uma etapa da minha vida acadêmica. Inicialmente reconheço que nada seria possível sem as bênçãos de Deus. Como nada na vida se faz completamente só, gostaria de agradecer àqueles que em algum momento estiveram ao meu lado, e me ajudaram na construção deste trabalho. Assim agradeço...

Ao Prof^o Rodrigo Portella pelo estímulo a seguir em frente, mesmo em meio às diversidades do ano de 2020.

À Prof^a Cláudia Albuquerque Thomé que mesmo à distância me instruiu na pesquisa relacionada à Comunicação Social, transmitindo serenidade e paciência diante das preocupações, especialmente nos primeiros momentos desta pesquisa.

À Rosângela Gabriel, ex-arquivista da Cúria Metropolitana da Juiz de Fora, bem como à Elaine e Janaína Almeida, pela atenção nas pesquisas realizadas neste estabelecimento.

À Eliane Casarin que sempre me acolheu tão bem no arquivo da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora (Biblioteca Murilo Mendes).

À professora Leila que gentilmente corrigiu meus trabalhos acadêmicos.

Às amigas do PPCIR Cláudia, Grazielle e Mara, sempre prontas a me ajudar.

Ao padre Luís Fávero, por seu interesse as minhas pesquisas.

Aos queridos amigos, agora na Casa do Pai, Oscar Kappel e Monsenhor Miguel Falabella.

Ao meu companheiro Maycon Constâncio de Lima que sempre esteve ao meu lado.

À Capes, pelo apoio através do oferecimento de bolsa durante meu mestrado, me possibilitando a dedicação exclusiva aos estudos e à produção deste material.

E a todos a quem não citei nestes agradecimentos, mas que me ajudaram nesta caminhada. A todos agradeço pela ajuda, pelo estímulo! Grata!

“Non perdere mai di vista il tuo punto di partenza”
(Santa Clara de Assis)

RESUMO

A década de 1920 marcou de forma expressiva a vida humana, principalmente com a tecnologia, com a transformação do vestuário e especialmente, com a mudança nos costumes. Em meio a essas modificações no cenário mundial e nacional, analisamos em nossa pesquisa o discurso da Igreja Católica em Juiz de Fora (MG), a partir dos artigos publicados no jornal *O Lampadário*. Esse impresso era o órgão oficial da imprensa católica do município, desde a fundação da diocese local em 1924, sendo idealizado pelo primeiro bispo da cidade, Dom Justino José de Sant'Ana. Questionamos qual era o discurso apresentado pela Igreja, dentro de um panorama, onde a instituição religiosa se deparava com desafios advindos da modernidade. No início do século XX, Juiz de Fora ascendeu industrialmente, sendo polo do estado de Minas Gerais. Em termos culturais, os juiz-foranos se inspiravam nos moldes europeus, já presentes no cotidiano dos vizinhos cariocas. Além disso, com a vinda de imigrantes, a cidade se enriqueceu no âmbito religioso, com denominações diversas do catolicismo local hegemônico. Pesquisas bibliográficas baseiam a metodologia do nosso estudo em busca de uma hermenêutica a partir da exposição do discurso católico no periódico da diocese, cientes de que nossa pesquisa é apenas um referencial para outras análises sobre o tema discurso n'*O Lampadário*.

Palavras-Chave: O Lampadário. Igreja Católica. Juiz de Fora. Discurso. Modernidade.

RIASSUNTO

Le decadi del 1920 ha marcato, in modo espressivo, la vita umana, principalmente con la tecnologia, con la trasformazione degli abbigliamento e soprattutto con il cambiamento nelle abitudini. In mezzo a queste modificazione nello scenario mondiale e nazionale, esaminiamo nella nostra ricerca il discorso della Chiesa Cattolica a Juiz de Fora dagli articoli pubblicati nel quotidiano *O Lampadário*. Questo giornale era l'organo ufficiale della stampa cattolica nel comune dalla fondazione della diocesi locale nel 1924, idealizzato dal primo vescovo della città, Don Justino José de Sant'Ana. Contestiamo qual era il discorso presentato dalla chiesa, dentro di un quadro, in cui l'instituzione religiosa si imbatteva con le sfide risultanti della modernità. All'inizio del ventesimo secolo, Juiz de Fora è ascesa industrialmente, diventando polo dello stato di Minas Gerais. In termini culturali, gli abitanti sono stati ispirati nei modelli europei già presenti nel quotidiano dei vicini del Rio de Janeiro. Inoltre, con l'arrivo degli immigranti, la città divenne ricca nell'ambito religioso a causa di altre confessioni diverse del cattolicesimo, locale egemonico. Ricerche bibliografiche basano la metodologia del nostro studio sull'indagine di una ermeneutica basata nell'exposizione del discorso cattolico nel periodico diocesano, consapevoli che la nostra ricerca è solo un referente per le altre analisi sul tema del discorso nell'*O Lampadário*.

Parole chiave: *O Lampadário*. Chiesa Cattolica. Juiz de Fora. Discorso. Modernità.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Mapa do Caminho Velho	19
FIGURA 2 Mapa do Caminho Novo	20
FIGURA 3 Fábrica Bernardo Mascarenhas	29
FIGURA 4 Primeira planta da cidade	34
FIGURA 5 Dom Justino José de Sant’Ana	75
FIGURA 6 Igreja de São Boaventura (2019)	76
FIGURA 7 Seminário Santo Antônio (Década de 1950)	78
FIGURA 8 Cartaz de apresentação do IIº Congresso Eucarístico de Juiz de Fora	81
FIGURA 9 IIº Congresso Eucarístico de Juiz de Fora – Sport Club (1950)	82
FIGURA 10 Velório Dom Justino José de Sant’Ana	83
FIGURA 11 Capa <i>O Lampadário</i> – Inauguração da Maternidade	92
FIGURA 12 A dança <i>Charleston</i> por mulheres de corte <i>la garçonne</i>	119

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Procedência do Café Mineiro Exportado (1847 – 1851)	21
TABELA 2 – Religião, Idade e Sexo dos imigrantes alemães de 1858	66
TABELA 3 – Temas pesquisados no jornal <i>O Lampadário</i>	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A CONJUNTURA DE JUIZ DE FORA NO INÍCIO DO SÉCULO XX	18
1.1 DE SANTO ANTÔNIO DO PARHAYBUNA A JUIZ DE FORA.....	18
1.2 MANCHESTER SIM: UMA CIDADE INDUSTRIAL	28
1.3 BARROCA NÃO: ASPECTOS DE UMA CIDADE COSMOPOLITA.....	39
1.3.1 Minas Gerais: um estado marcado pelo Barroco	39
1.3.2 A Juiz de Fora, distante do Barroco	42
1.4 O INÍCIO DA IMPRENSA EM JUIZ DE FORA.....	45
1.4.1 O pioneirismo na comunicação	46
1.4.2 Os primeiros impressos e o jornal <i>O Pharol</i>	48
1.4.3 O <i>Lar Catholico</i>	50
2 O CONTEXTO CATÓLICO JUIZ-FORANO E OS DESAFIOS PARA A ROMANIZAÇÃO	51
2.1 O CONTEXTO CATÓLICO JUIZ-FORANO	52
2.1.1 As irmandades	57
2.1.2 Padre Tiago: O exemplo do clero tradicional	59
2.1.3 A disputa do catolicismo com o protestantismo	65
2.1.4 O temor católico frente aos espíritas e aos maçons	70
2.2 DOM JUSTINO: O IDEALIZADOR DO JORNAL <i>O LAMPADÁRIO</i>	74
3 EXPOSIÇÃO SOBRE O DISCURSO DA IGREJA N’O <i>LAMPADÁRIO</i> (1926-1928)	82
3.1 A BOA IMPRENSA.....	83
3.2 A LINHA EDITORIAL D’O <i>LAMPADÁRIO</i>	87
3.3 TEMAS DO JORNAL <i>O LAMPADÁRIO</i>	92
3.4 DESAFIOS MODERNOS.....	95
3.5 OUTRAS DENOMINAÇÕES	100
3.6 MORAL E SOCIEDADE.....	108
3.7 SÍNTESE INTERPRETATIVA SOBRE AS MATÉRIAS D’O <i>LAMPADÁRIO</i>	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

A década de 1920, conhecida por *Roaring Twenties*, traduzido para o português como *Loucos Anos Vinte*, marcou uma mudança repentina no cotidiano das pessoas. A modernidade chegou com o avanço da tecnologia, as transformações da moda e os novos costumes, sendo os principais impactos na vida do indivíduo, como conceitua Peter Berger (2017, p. 26), definindo-a sucintamente como produto das mudanças provocadas pela ciência e pela tecnologia criadas nos últimos séculos.

Em 1920, a maioria das pessoas pretendia esquecer os horrores da 1ª Guerra Mundial ocorrida entre os anos de 1914 e 1918. Pretendiam também se curar definitivamente da Gripe Espanhola¹ que vitimou cerca de um quarto da população mundial.

Na vida social, procurava-se o divertimento em cinemas, clubes noturnos, teatros e salas de dança. No caso dos jovens, estes procuravam aproveitar a vida de todas as formas, de tal modo que a década conquistou a designação de *loucos anos 20*.

O controle das indústrias e do comércio internacional, consolidou a burguesia, aumentando o número de operários; mas também as diferenças entre estes dois grupos passaram a ser maiores. Com o alargamento do setor dos serviços aumentou-se a classe média, constituída por funcionários públicos, profissionais liberais, comerciantes e industriais.

Os padrões culturais e os valores tradicionais sofreram transformações, dando lugar ao bem-estar, ao dinheiro e à riqueza, levando as famílias ao maior empenho na educação dos filhos, incentivado pelas teorias pedagógicas.

As mulheres passaram a ser mais numerosas que os homens em alguns grupos etários. A mulher da classe média, passou a trabalhar fora de casa e a dedicar-se a atividades sociais, e já não era necessário companheiro em muitas das novas danças, nos inúmeros locais de convívio. A tarde era o horário privilegiado para as leiteiras, os cafés, as casas de chá, as cervejarias e os restaurantes. Já à noite, os cinemas passaram a receber um grande público,

¹ A pandemia de gripe espanhola, também conhecida como gripe de 1918, ocorreu entre janeiro de 1918 e dezembro de 1920. Foi causada pelo vírus influenza que infectou aproximadamente 500 milhões de pessoas, cerca de um quarto da população mundial na época. Para manter o entusiasmo, os censores da Primeira Guerra Mundial minimizaram os primeiros relatos da doença e de sua mortalidade na Alemanha, Reino Unido, França e Estados Unidos. Já na Espanha, que se manteve neutra na guerra, os artigos eram livres para relatar os efeitos da pandemia. Tais artigos criaram a falsa impressão que a Espanha estava sendo especialmente atingida. Consequentemente, a pandemia se tornou conhecida como “gripe espanhola”. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Gripe_espanhola.

assim como os *cabarés*, os *night-clubs*, os cassinos e outras casas de espetáculos, muito frequentados até de madrugada. Clubes de pedestres e de ciclismo se formavam em inúmeras cidades.

Com a produção em série, baixavam-se os preços de muitos automóveis, tornando-os acessíveis a um maior número de pessoas. Os transportes públicos também evoluíram com serviços de comboios e um maior número de automóveis, tornando mais popular as viagens de dia, para o campo ou para a praia, para as pessoas que ainda não tinham carro. Por outro lado, as viagens de avião e de automóvel reduziam o tempo de percurso para localidades distantes.

O estilo *art-déco* trouxe a arte construtivista – preocupada com a funcionalidade, além de lançamentos literários inovadores, como *Ulisses*, de James Joyce, e Scott Fitzgerald, com o sucesso literário, de *Contos da era do Jazz*. No âmbito da pintura destacavam-se as obras surrealistas de artistas como Joan Miró, Max Ernst e Salvador Dalí. Enquanto isso no Brasil, a Semana de Arte Moderna de 1922, propunha uma nova visão de arte, a partir de uma estética inovadora inspirada nas vanguardas europeias, com trabalhos de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Menotti Del Picchia, Heitor Villa-Lobos e Di Cavalcanti.

A eletricidade, a modernização das fábricas, do rádio e do início do cinema falado foram as inovações tecnológicas que proporcionaram, em especial nos Estados Unidos, um clima de prosperidade, constituindo o chamado *American way of life* (o estilo de vida americano) até a queda da Bolsa de Valores de Nova York, em 29 de outubro de 1929, que ocasionou grande depressão nos anos seguintes.

Não apenas no Brasil, esses fatos e essas características que proporcionaram a ascensão da modernidade afetaram diretamente o âmbito religioso, a partir da secularização das instituições religiosas. Nesse processo, segundo Berger (2017, p. 50), “[...] o declínio das religiões seria uma consequência inevitável da modernidade”², dando espaço para a articulação de alguns teólogos para o movimento conhecido por “morte de Deus”, que acolhia bem “a morte de qualquer noção de realidade sobrenatural como culminação da fé cristã” (BERGER, 2017, p. 51)

Tais transformações impuseram à Igreja Católica um preparo maior para a fidelização dos fiéis, no intento de mantê-los em obediência à doutrina e, conseqüentemente, colaborar para

² Peter Berger, já na década de 1980 chegou à conclusão de que a teoria da secularização é insustentável, tendo em vista que “[...] o mundo contemporâneo é tão intensamente religioso como qualquer outro na história” (BERGER, 2017, p. 55), com tradições religiosas gerando poderosos movimentos de renovação.

a hegemonia dessa tradição religiosa no país. Em Juiz de Fora (MG), cidade onde pesquisamos nosso objeto de estudo, a Igreja teve que atenuar sua vigilância, estando mais próxima da sociedade, em meio ao cenário local de forte industrialização, promoção cultural e diversidade religiosa.

Em 1924 foi fundada a diocese local, tendo Dom Justino José de Sant'Ana como primeiro bispo. Assim, já no final do período romanizador, marcado pela reorganização institucional da Igreja baseada nas determinações da Cúria Romana, o episcopo organizou o território diocesano, valendo-se de várias ações episcopais para reforçar a influência da Igreja na cidade. Uma dessas ações foi a criação do jornal *O Lampadário*, objeto desta pesquisa.

O impresso era o órgão oficial da Igreja Católica de Juiz de Fora, sendo publicado durante quarenta e dois anos e dez meses. Foi extinto em 05 de janeiro de 1969, transformando-se em suplemento do boletim católico semanal *O Lar Católico*, até 1973.

Nossa pesquisa tem como objetivo, expor o discurso da Igreja Católica em Juiz de Fora, a partir dos artigos publicados no jornal católico *O Lampadário*, frente ao cenário de uma cidade com a presença de outras denominações, em ascensão industrial e cultural, sendo este impresso o órgão oficial de imprensa católica do município mineiro em seu primeiro bispado.

Objetivamos ainda, compreender o jornal como principal veículo da imprensa católica para a disseminação da doutrina dessa religião no início do século XX, descrever especificamente o *corpus* do jornal. Nos propomos ainda, expor os principais temas publicados no impresso a partir de seus critérios de publicação ao seu público-alvo. Supomos que assim como a maioria dos leitores dos impressos laicos, *O Lampadário* era lido por pessoas com formação educacional, na maioria das vezes integrantes da elite juiz-forana e da classe burguesa em ascensão na cidade.

Dentro de um cenário onde a Igreja local se depara com a modernidade, com as novas denominações religiosas e com os novos hábitos de costumes, investigamos qual era o discurso apresentado pela Igreja juiz-forana no impresso oficial da instituição.

Verificamos que a partir da segunda metade do século XIX, Juiz de Fora, em relação a outras cidades do estado de Minas Gerais e da maioria das cidades brasileiras, podia ser considerada moderna. Dois aspectos a diferenciava das demais: a forte industrialização e a diversidade religiosa e cultural. A ascensão da *Princesa de Minas*³, levava o catolicismo a

³ Referência à cidade por Lindolfo Gomes, no hino do município.

enfrentar dificuldades em relação à concorrência com outras denominações e o avanço de ideias liberais (PEREIRA, 2018, p. 84).

Sabemos que a Igreja Católica se apresentava n’o *Lampadário* visando difundir sua doutrina e impedir a ascensão dos que se opunham ao seu discurso num contexto em que se apresentava a tentativa de estar mais presente na sociedade, bem como combater movimentos ideológicos. Dessa maneira, as matérias publicadas no jornal orientavam seu público em relação aos objetivos hegemônicos da Igreja Católica, principal denominação religiosa do Brasil.

Para chegar aos objetivos desta pesquisa, inicialmente, serão utilizadas fontes bibliográficas, além de análises de discurso no jornal *O Lampadário* entre os anos de 1926 e 1934, período no qual o impresso circulava apenas em Juiz de Fora. Seu acervo principal encontra-se no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Juiz de Fora. Vamos recorrer ainda ao Arquivo Histórico da Biblioteca do Seminário Arquidiocesano Santo Antônio, da Biblioteca Redentorista, e da Biblioteca Verbita (SVD), visando levantar uma base de dados como fonte deste trabalho.

Nossa pesquisa compõe-se quase em sua totalidade de apresentação dos discursos da Igreja n’o *Lampadário*, contudo a pré-análise baseia-se na “leitura flutuante”, alicerçada sobre a proposta de observação do conteúdo, feita por Laurence Bardin (2011, p. 60), onde intuições levam a formular possíveis hipóteses. A partir dessa metodologia, nos propomos identificar, de forma quantitativa, as temáticas do jornal *O Lampadário* para que, na sequência, possamos focar especificamente na exposição do discurso da Igreja Católica através de matérias publicadas nesse periódico.

Serão observadas matérias sobre a relação entre a Igreja Católica e as religiões não católicas, questões relativas à indústria e aos trabalhadores, artigos referentes à doutrina da Igreja e suas questões internas, temas acerca da moralidade e sociedade, bem como acerca dos aspectos da modernidade e seus desafios à Igreja. Entretanto, sabemos que no percurso de uma pesquisa é possível identificar novos temas e que esses também venham a ser acrescentados na proposta original como uma necessidade ao aperfeiçoamento do trabalho. A recorrência a tais temas nos levará consequentemente à construção de uma tabela ilustrativa, apresentando as principais matérias onde podemos verificar o discurso da Igreja.

Daí, partimos para a próxima etapa desta pesquisa, onde nos valem da metodologia de análise do discurso, de Patrick Charaudeau (2016), a partir de suas observações iniciais ao estudo de Michel Foucault, em sua obra *A Ordem do Discurso* (1971). Foucault supõe “que em

toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 1971, p. 9), que ao se conjugar produzem certa coerção.

Notamos, a partir de Charaudeau (2018), que essa seleção pode ser apresentada pela notoriedade do informador, ligado “a certas profissões às quais se dá um crédito natural (sacerdotes, médicos, magistrados...)” (CHARAUDEAU, 2018, p. 113).

Procuramos expor o controle, a seleção, e a distribuição do discurso da Igreja Católica por meio d’*O Lampadário*, frente ao cenário local no período do recorte temporal entre 1926 e 1928, dentro das cem primeiras publicações. Com a nossa exposição do discurso católico, criamos hipóteses interpretativas a partir das circunstâncias - da linguagem - apresentadas pelo impresso pesquisado, como sugere Patrick Charaudeau (2016, p. 31).

No primeiro capítulo apresentamos brevemente o início da história de Juiz de Fora, onde se publicava o jornal *O Lampadário*, focando de maneira destacada os aspectos industrial e cultural que diferenciavam a cidade de outros municípios mineiros, fundados ainda no século XVIII e desenvolvidos sob a influência do estilo barroco presente no Brasil. Ainda neste capítulo, descrevemos a importância da comunicação local, apresentando um panorama da área em que *O Lampadário* irá figurar entre a imprensa confessional laica e outros veículos laicos.

O capítulo segundo apresenta um panorama do âmbito religioso onde estava inserido *O Lampadário*. Explanamos sobre a presença das irmandades e demonstramos os desafios para o primeiro bispado com a existência de um clero tradicional, destacando a figura do padre Tiago Mendes, além do desafio imposto pela presença dos protestantes, espíritas e maçons na cidade. No final do capítulo, apresentamos Dom Justino e suas ações, com foco para a fundação d’*O Lampadário*, nosso objeto de pesquisa.

No último capítulo de nossa pesquisa, aprofundamos o estudo de caso sobre o discurso da Igreja Católica no jornal *O Lampadário*, no recorte temporal proposto. Inicialmente, apresentamos a *boa imprensa*. Na sequência, explicamos brevemente o que é a linha editorial, descrevendo também a linha editorial do impresso pesquisado. Abordamos, conforme segmentação prévia, os discursos relacionados à modernidade, às denominações diversas do catolicismo e em relação aos artigos sobre moral e sociedade. Finalizamos o capítulo com uma síntese interpretativa dos artigos expostos para uma possível hermenêutica sobre o discurso da Igreja Católica no início do século XX.

Aproveitamos para expressar que somos cientes das várias possibilidades de investigação e interpretação do nosso objeto. Dessa forma, nossa pesquisa é um estudo introdutório a partir da exposição do discurso da Igreja Católica no jornal *O Lampadário*. Procuramos contribuir no conjunto de pesquisas que fomentam a Ciência da Religião em uma perspectiva histórica e narrativa, aliando-se aos estudos existentes sobre *O Lampadário*.

1 A CONJUNTURA DE JUIZ DE FORA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Desde sua origem, Juiz de Fora estava no entroncamento de inúmeras rotas comerciais que cruzavam a região da Zona da Mata do estado de Minas Gerais e se transformou em entreposto comercial de grande parte do café, acumulando um capital posteriormente investido na indústria, no comércio e na infraestrutura urbana.

Neste primeiro capítulo apresentamos de forma breve o início da história de Juiz de Fora, onde se localiza o nosso objeto de pesquisa: o jornal *O Lampadário*. Focamos especialmente nos aspectos industrial e cultural que diferenciavam a cidade de outros municípios mineiros, fundados ainda no século XVIII e desenvolvidos sob a influência do estilo barroco presente no Brasil, à época.

Descrevemos a importância da comunicação em Juiz de Fora, apresentando um panorama da área comunicacional em que *O Lampadário* irá pertencer e figurar também entre outros impressos católicos.

1.1 DE SANTO ANTÔNIO DO PARHAYBUNA A JUIZ DE FORA

No início do século XVIII, a precariedade no transporte e na comunicação interpessoal dificultavam o intercâmbio entre os municípios de Minas Gerais e com a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sede do Império português no Brasil, como recorda a jornalista e pesquisadora Christina Ferraz Musse (2008, p. 62). Durante a produção aurífera, a circulação entre as cidades mineiras para o transporte do ouro se dava pelo longo Caminho Velho que ligava o Rio de Janeiro à região considerada o Centro do Ouro (MUSSE, 2008), como vemos no mapa a seguir:

FIGURA 1 – Mapa do Caminho Velho



Fonte: <http://site.er.org.br//index.php/caminhos/index/2/5> (adaptado, acesso em 03/01/2020)

A divisão de Minas Gerais nesse período é apresentada pela doutora e pesquisadora em história Mabel Salgado Pereira (2018) nos recordando que

a capitania das Gerais encontrava-se dividida em quatro grandes comarcas: Vila Rica de Ouro Preto, Vila Real de Sabará, Vila do Príncipe do Sêro Frio e a da Vila de São João del’Rei do Rio das Mortes. Esta última, com sede na Villa de mesmo nome, abrangia vasto território, que ia desde Paraopeba e Congonhas, rumo ao Sul, até o legendário rio Paraibuna e a serra da Mantiqueira, compreendendo a região onde mais tarde surgiria a Villa de Santo Antônio do Parahybuna (PEREIRA, 2018, p. 23).

Sabemos, por meio do *Álbum do Município de Juiz de Fora*, editado originalmente em 1915 pelo pesquisador e escritor Albino Esteves, que em 1701 o sertanista Garcia Rodrigues Paes, primeiro filho de Fernão Dias Paes Leme, propôs a construção de uma nova picada⁴ ligando Borda do Campo (Registro Velho) à Raiz da Serra (RJ) (ESTEVES, 1915, p. 15). Tal região, “[...] anteriormente, era formada de mata fechada, habitada por poucos índios das tribos Coroados e Puris” (ORIGEM, 2019).

Conforme o pesquisador Luiz José Stehling (1979), parte do Caminho Novo “foi aproveitada de picadas já abertas pelos índios, feito a mando dos Jesuítas” (STEHLING, 1979, p. 101). Nas proximidades havia “[...] grande várzea pantanosa na qual corria um rio, chamado pelos indígenas de ‘Para-y-Buna’ [...], e pelos aventureiros, de rio Barro” (STEHLING 1979, p. 101).

Esteves (1915) nos aponta que, em 1704, Tomé Correa Vasquez, genro do bandeirante Garcia Rodrigues Paes, ergueu a antiga Alcaidemia, chamada mais tarde de Fazenda da

⁴ Caminho.

Tapera⁵, sendo essa a primeira construção do Caminho Novo no trajeto dentro da localidade, que correspondia próximo do que seria anos depois, o arraial de Santo Antônio do Parahybuna, como nos recorda o pesquisador Yuri Amaral Barbosa (2013):

[...] o bandeirante passou rumo à montante, pela margem esquerda do rio Paraibuna, onde hoje se localizam os bairros Retiro e Santo Antônio, a Avenida Sete de Setembro, a Avenida Garibaldi Campinhos (onde se localizou a fazenda do Juiz de Fora), o bairro Vitorino Braga, Santa Terezinha, Benfica e Chapéu d’Uvas (BARBOSA 2013, p. 24).

Já Esteves (1915) nos exhibe a composição do Caminho Novo, formado pelos municípios presentes ao longo desse trajeto

[...] partindo da Borda do Campo, atravessando a Mantiqueira na garganta de João Ayres, passava em João Gomes (Palmyra), Chapéu D’uvas, Juiz de Fora, Mathias Barboza, Simão Pereira, Serraria, Entre Rios, Barra do Pirahy, descia a Serra do Mar sobre Macacos, Inhauma, Pavuna, Penha e Rio de Janeiro (ESTEVEVES, 1915, p. 15).

Com a nova travessia, o tempo de viagem entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro encurtou de semanas para quinze dias, como lembra Musse (2008, p. 63). A seguir, na Figura 2, expomos o mapa do Caminho Novo.

FIGURA 2 – Mapa do Caminho Novo



Fonte: <http://site.er.org.br//index.php/caminhos/index/2/5> (adaptado, acesso em 03/01/2020).

O arquiteto Luiz Alberto do Prado Passaglia (1981) nos recorda que, ao longo do Caminho Novo, a região foi parcelada e apropriada pelo sistema de concessão de terras através

⁵ O local existe até hoje e se localiza na Avenida Alencar Tristão, n° 236, em terreno à frente do Cemitério Parque da Saudade, no bairro Santa Terezinha.

de sesmarias. Mais tarde, com o esvaziamento das regiões mineradoras, a Zona da Mata se transformou na principal área de exploração cafeeira do estado de Minas Gerais, conforme o histórico apresentado no site da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (ORIGEM, 2019).

Há informações de cultura cafeeira, influenciada por Dom João VI, por volta de 1817 na Fazenda São Mateus (MUSSE, 2008, p. 71), região hoje próxima ao distrito de Torreões. Com o declínio da mineração, conforme assinala Giroletti (1988), “[...] as regiões mineradoras transformavam-se, portanto, em áreas de expulsão e a Zona da Mata, em especial, devido ao desenvolvimento da cafeicultura, tornar-se-á o principal polo de atração” (GIROLETTI, 1988, p. 28). Seguindo os traços da região, Juiz de Fora se destacou na agricultura cafeeira, como encontramos no site da Prefeitura (2019).

A cafeicultura que floresceu ao redor do Santo Antônio do Parahybuna transformou a Vila no principal núcleo urbano da região. Nela, a produção das fazendas se concentrava para ser transportada e comercializada na Corte, na cidade do Rio de Janeiro. Além de se constituir em local onde se encontravam os variados gêneros de subsistência, possuía, também, funções sociais e culturais, como ponto de encontro das famílias para lazer e diversão (EXPANSÃO CAFEIEIRA, 2019).

Juiz de Fora tinha a segunda maior produção de café dentre as cidades da região na metade do século XIX, como verificamos na Tabela 1.

TABELA 1 – Procedência do Café Mineiro Exportado (1847 – 1851)

Procedência	Produção (1847/48) (arobas)	Produção (1850/1851) (arobas)
Sapucaia	246.086	257.032
Juiz de Fora	183.895	222.742
Mar de Espanha	95.753	137.905
Total da Zona da Mata	743.707	898.184

Fonte: GIROLETTI, 1988, p. 31 (valores selecionados).

Observamos que o cenário viário corroborou com as primeiras construções do antigo arraial, localidade que posteriormente originou Juiz de Fora. Para o historiador e pesquisador Riolando Azzi (2000), capelas como a de Santo Antônio de Parahybuna, que originou a localidade, “passaram com frequência a ser o ponto de referência para a formação de núcleos populacionais” (AZZI, 2000, p. 22-23). Assim, desde o início das primeiras habitações, encontramos a presença devocional dos fiéis católicos, o que iniciou a povoação, por volta de 1713, como observamos em Pereira (2018), a “[...] devoção a Santo Antônio, o mais popular

dos santos portugueses, a tradição popular liga-se a várias considerações: capitão do mato, protetor nos interesses de conquista e expansão e, mais tarde, santo casamenteiro” (PEREIRA, 2018, p. 64).

Várias versões tentam explicar a introdução do nome Juiz de Fora, a partir de 1850, em detrimento à antiga alcunha do povoado que remetia a Santo Antônio. Contudo, nossa pesquisa apresentará apenas as versões frequentemente utilizadas em fontes bibliográficas, que propõem esclarecer a mudança de nome do município em que debruçamos nossa pesquisa.

Musse (2008) nos aponta que, para Oswaldo Pereira, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, o personagem que nomeia a cidade teria sido o alcaide-mor Tomé Corrêa Vasques. Já para Stehling (1979), João Carlos Ribeiro e Silva, pode ser considerado o Juiz de Fora. Outra versão sugere, que o Juiz de Fora teria sido um magistrado que esteve de passagem no antigo Arraial de Santo Antônio do Parahybuna, como aponta o jornalista Lindolfo Gomes, em trecho publicado no jornal Diário Mercantil⁶ em 03 de Julho de 1946, e depois citado na obra de Passaglia (1981).

[...] A tradição corrente é que tal denominação se origina do fato de haver estado ali a passeio, como hóspede, demorando-se alguns meses, um Juiz de Fora, do Rio de Janeiro ou de outro qualquer lugar, a quem os moradores da localidade iam visitar dizendo: - “vamos ao sitio da vargem visitar o Juiz de Fora”, ocorrência que deu ensejo a que o designativo da investidura do magistrado passasse à casa onde ele se hospedava (PASSAGLIA, 1981, p. 179).

Todavia, segundo apresenta Musse (2008, p. 66), uma pesquisa realizada na década de 1980 por Alexandre Miranda Delgado, nos arquivos da Torre do Tombo em Portugal, sugere uma versão mais acurada para a designação da cidade. A partir de apontamentos reproduzidos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora⁷, um documento datado de 18 de março de 1711 descreve a nomeação do bacharel Luís Forte Bustamante e Sá, como juiz⁸, servidor da Coroa Portuguesa que prestou serviços no Rio de Janeiro no século XVIII (MUSSE, 2008, p. 66). Ainda segundo a revista, Luís Forte Bustamante e Sá teria se estabelecido nas

⁶ Impresso juiz-forano que circulou em Juiz de Fora entre os anos de 1912 e 1983.

⁷ O trecho do documento da nomeação de Luís Forte Bustamante e Sá foi reproduzido na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, ano IX, n. 9, fev. 1985, 56 páginas. Este número especial da publicação contém documentos referentes a Juiz de Fora na era colonial.

⁸ Conforme Botti (1994, p. 20), o “cargo jurídico de Juiz de Fora foi trazido para as colônias americanas pelos colonizadores portugueses e espanhóis”. A função foi instituída para que juizes, que moravam fora da comunidade urbana, pudessem julgar com isenção de pessoa.

terras mineiras após adquirir de João de Oliveira⁹, em 04 de setembro de 1713, uma légua de terras no Caminho das Minas pelo valor de seiscentos mil réis. O local onde residiu o magistrado, mais tarde ficou conhecido popularmente como Sobrado do Juiz de Fora¹⁰ (MUSSE, 2008, p. 67).

Como curiosidade, notamos no *Álbum Juiz de Fora em Dois Tempos* (1996) certo relato sobre Luís Forte Bustamante e Sá, que teria sido “[...] expulso da cidade após desentender-se com o vizinho de sesmaria, sargento-mor José Souza Fragozo, tendo comandado uma invasão armada contra sua propriedade, Marmelo, em área próxima ao local onde existe, hoje, a Usina de Eletricidade” (ÁLBUM, 1996, p. 9). O historiador Douglas Fazolatto (2001) corrobora com este relato sobre o juiz:

Há pouca documentação relacionada à presença do ex-magistrado na dita sesmaria depois de 1716, quando teve sua prisão decretada, mas ao que parece, não realizada. Era um homem de rixas, tanto que, em 1722, envolveu-se em atritos com o vizinho, capitão José de Souza Fragozo, proprietário da sesmaria do Marmelo, promovendo uma invasão armada (FAZOLATTO, 2001, p. 16).

Às pesquisas de Alexandre Miranda Delgado, acrescenta-se que, em 6 de novembro de 1728 o prédio da fazenda construído por Luís Forte Bustamante e Sá foi vendido ao seu genro, o Desembargador e Juiz do Fisco, doutor Roberto Carr Ribeiro (MUSSE, 2008, p. 67-68). Dez anos mais tarde, em 10 de setembro de 1738, Roberto Carr e sua esposa Maria Angélica de Sá venderam a *Fazenda do Juiz de Fora* para o fazendeiro Antônio Vidal.

Conforme Pereira (2018), a primeira capela do território de Antônio Vidal foi requerida em 1741 por este proprietário, solicitando licença ao bispo do Rio de Janeiro para a construção da igreja que aproximaria sua família e seus vizinhos (PEREIRA, 2018, p. 23). O então vigário da Paróquia¹¹ Santo Antônio confirma a necessidade de construção da nova capela, como descrito em Pereira (2018).

Tambem he certo que a capella qe o suppte quer emergir hé necessaria e util, não só pa elle e sua familia mas tambem pa os vizinhos, e passageiros de q. hé muy frequentado este camo por ser hoje quasi o único por onde se comunicão todas as minas (apud. PEREIRA, 2018).

⁹ Funcionário do Governo de São Sebastião do Rio de Janeiro, que obteve sesmaria em 03 de agosto de 1712.

¹⁰ O Sobrado do Juiz de Fora ficava onde hoje se encontram os quarteirões formados pelas ruas Almada Horta, Barão de Juiz de Fora e Avenida Garibaldi Campinhos (MUSSE, 2008, p. 70).

¹¹ Atualmente pode-se comparar ao status de Paróquia: sede de uma região composta por diversas comunidades (capelas).

Em texto escrito para o catálogo da *1ª Exposição de Arte Sacra e História da Arquidiocese de Juiz de Fora* (2011, p. 13), o atual arcebispo metropolitano, Dom Gil Antônio Moreira¹² acredita que “Até mesmo o fato de o nome do requerente ser homônimo ao de Santo Antônio nos sugere uma homenagem ao Santo, prática comum nesta época, o que nos remete a uma certa ‘hereditariedade’ da fé”. Nesse mesmo axioma, Pereira (2018) acredita que pode se constatar “[...] a importância do culto aos santos na implantação da fé católica na região de Juiz de Fora, sendo Santo Antônio, santo mais popular entre os portugueses, o primeiro a ser cultuado na região” (PEREIRA, 2018, p. 23).

Conforme apresentado em Musse (2008, p. 68), até 30 de junho de 1812 o terreno onde se localizava a capela permaneceu aos cuidados da família *Vidal Barbosa*, sendo vendida pelo Coronel José Vidal de Barbosa e sua esposa, com mais cinco sesmarias, a Antônio Dias Tostes Moss¹³, como lembra o historiador Jair Lessa (1985).

[...] cessaram as atividades da família Vidal em nossas paragens (...) com a venda feita em 30 de junho, no Cartório de Barbacena, por José Vidal, na qualidade de herdeiro universal, da “Fazenda do Juiz de Fora” e da “Fazenda do Marmelo”, ao tenente Antônio Dias Tostes. Reza a escritura que a primeira possuía casa de sobrado, capela, e mais cinco sesmarias anexas (LESSA, 1985, p. 32).

Dessa forma, foi concedida uma autorização para a construção de uma nova capela no local conhecido por Morro da Boiada, já que a primeira se encontrava em estado precário (ARQUIDIOCESE, 2011, p. 21). O Morro da Boiada, conforme Albino Esteves (1915), “era um amontoado de casas, ranchos para as tropas; pousadas [...] A Boiada chegou a possuir uma capelinha [...] em direção mais ou menos com o tunnel dos Marmellos” (ESTEVES, 1915, p. 46). Assim, segundo Pereira (2018), “o povoado da Villa Santo Antônio do Parahybuna se desenvolve inicialmente apenas na margem esquerda do rio Paraibuna [...]” (PEREIRA, 2018, p. 23).

Em visita pastoral, no ano de 1824, “por delegação do Bispo Diocesano de Mariana, Dom José da Santíssima Trindade, o padre Manuel Rodrigues da Costa, deu notícias sobre a “capela de Santo Antônio das Boiadas, a 4 léguas da matriz, e ainda se trabalha na sua perfeição, nova e em bom local” (ARQUIDIOCESE, 2011, p. 21).

¹² Iniciou o bispado em Juiz de Fora em 28 de janeiro de 2009.

¹³ Antônio Dias Tostes Moss adquiriu ainda a Fazenda do Marmelo e a Fazenda do Retiro, onde construiu sua residência. Totalizando dez sesmarias de terra, Tostes tornou-se o maior proprietário rural da região.

Em 1º de outubro de 1828 foi criado o distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora, pertencente ao município de Barbacena (MUSSE, 2008, p. 69), contando com 1.419 habitantes, segundo o Arquivo Público Mineiro (BARBOSA, 2013, p. 28).

A partir do cenário de crescimento local, Carlos Alberto Hargreaves Botti (1994), observa as primeiras características urbanas da cidade e suas ocupações iniciais.

Entre os povoados que aí se desenvolveram, o primeiro de que se tem notícia é o povoado do Morro da Boiada, dedicado à proteção de Santo Antônio de Pádua. Juiz de Fora, chamou-se originalmente, Santo Antônio do Morro da Boiada do Parahybuna. E, por contração, ficou conhecida como Arraial de Santo Antônio do Parahybuna. Outros povoados eram o povoado do Alto dos Passos, o povoado do Tapera e, o mais forte deles, o povoado que se formou em torno da Fazenda Velha de Bustamante e Sá, um Juiz de Fora aposentado (BOTTI, 1994, p. 19).

Nesse sentido, observamos o ideal de progresso dos fundadores da cidade a partir da construção de uma nova estrada “[...] que viesse facilitar a comunicação entre Minas Gerais e Rio de Janeiro” (ÁLBUM, 1996, p. 4), ou seja, ligando Ouro Preto à capital do Império. Sendo assim, “[...] a retilinidade e uniformidade das ruas de Juiz de Fora podem ser vistas como princípios de uma engenharia ordenadora, confiante na direção do fim que se pretendia atingir: o progresso” (PEREIRA, 2018, p. 35).

Coube ao engenheiro e militar alemão Henrique Guilherme Fernando Halfeld¹⁴, traçar um novo destino urbanístico para a cidade, ao lado da margem direita do rio. Partindo ao norte, na altura do atual bairro Benfica, Halfeld mudou o traçado da então Estrada Nova do Paraibuna, onde

[...] traçou a rua Bernardo Mascarenhas [...], e, para fugir aos pântanos, subiu o Morro da Gloria [...], contornou a imensa lagoa de 50.000 metros quadrados que havia no local do Largo do Riachuelo e, numa impressionante reta de três quilômetros [...] subiu até o Alto dos Passos. Dali, pendeu para a esquerda e, agora descendo em curvas pela Graminha, até alcançar novamente o rio, reatrevessou-o no local da hoje chamada Ponte do Zamba e retomando o Caminho Novo, seguiu para Matias Barbosa [...] (LESSA, 1985, p. 40).

¹⁴Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, conhecido como Henrique Guilherme Fernando Halfeld (Clausthal-Zellerfeld, reino de Hanôver, 1797 - Juiz de Fora, 1873) foi formado na Bergakademie Clausthal. Ingressou no exército ocupando o posto de 2º tenente, lutando na expulsão de tropas francesas da futura Alemanha e posteriormente na batalha de Waterloo. Foi radicado no Brasil a partir de 1825 para integrar o Imperial Corpo de Estrangeiros, formado por D. Pedro I, e em 1836 foi nomeado “Engenheiro da Província de Minas Gerais”, quando passou a residir em Vila Rica.

Em testamento de 1843, a terra que deu origem à Estrada do Paraibuna foi dividida, correspondendo a partilha entre os doze filhos de Antônio Dias Tostes, como recorda Lessa (1985).

Toda essa imensa área, que vai da Avenida Rui Barbosa (Caminho do Alcaide-Mor) até além do Bairro do Bom Pastor (vertentes da Graminha), foi dividida em doze faixas paralelas, transversais à atual Avenida Barão do Rio Branco – então Estrada Nova, tendo cada faixa a largura aproximada de quatrocentos metros (LESSA, 1985, p. 34).

O novo traçado edificado por Henrique Halfeld, membro da irmandade do Santíssimo Sacramento, tornou-se a Avenida Barão do Rio Branco, principal da cidade, como recorda o *Álbum Juiz de Fora em Dois Tempos* (1996): “Em pouco tempo, com o progresso da localidade, esse trecho da estrada já se transformara numa rua, conhecida inicialmente como rua Principal, depois rua Direita, hoje Avenida Barão do Rio Branco” (ÁLBUM, 1996, p. 4).

No âmbito religioso, o Governo Provincial, em 8 de março de 1844 emitiu provisão para a construção de uma nova igreja a partir de doações dos fiéis. A terceira igreja inaugurada em 1848, ocupava um espaço mais amplo, à margem da Estrada Geral¹⁵, onde hoje se encontra a Catedral Metropolitana da cidade (ARQUIDIOCESE, 2011). A respeito dessa construção, o *Álbum* (1996), salienta que

[...] A nova igreja iria funcionar como filial [comunidade] da matriz de Simão Pereira. Junto ao templo se instalou o primeiro cemitério da vila, onde os cristãos foram enterrados por quase 20 anos, até que a ameaça de uma epidemia de cólera morbus, por volta de 1855, impôs a necessidade de se arranjar um local mais distante para o enterro dos mortos¹⁶. Mesmo assim, continuaram sendo feitos sepultamentos no terreno da igreja até 1864 (ÁLBUM, 1996, p. 32).

Por ordem eclesiástica e régia, a Igreja de Santo Antônio pertenceu até 1850 à Paróquia Nossa Senhora da Glória da freguesia de Simão Pereira (PEREIRA, 2018, p. 64). A coordenadora do Arquivo Histórico da Arquidiocese de Juiz de Fora, Rosângela Alves Gabriel (2011), explica que quem celebrava na Paróquia juiz-forana eram “os vigários de Simão Pereira, porque ela [a Paróquia] era subordinada à Matriz de Simão Pereira. Então os padres, eram especialmente os da família Cerqueira Leite [...]” (GABRIEL, 2011).

¹⁵ Atual Avenida Barão do Rio Branco.

¹⁶ O terreno para a construção do novo cemitério foi doado por coronel José Ribeiro de Rezende, localizado até os dias de hoje no bairro Poço Rico.

Com a Lei Provincial nº 472, artigo 8, de 31 de maio de 1850, foi promulgada a fundação da Vila de Santo Antônio do Paraibuna, passando o distrito à categoria de Vila. Nesse mesmo ano, foi criada a Freguesia de Santo Antônio do Parahybuna. A capela foi elevada à categoria de matriz paroquial sob a interscessão desse santo, como apresenta o seguinte documento.

Art. 7º - A sede da Paróquia de Simão Pereira, ora no município de Barbacena, fica sendo desde já Capela de Santo Antônio de Juiz de Fora.

Art. 8º - Fica elevada à categoria de Vila a Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora, compreendendo, no seu Município a mesma paróquia e a de Chapéu D'Uvas (STEHLING, 1979, p. 110).

Em 02 de maio de 1856, o município do Parahybuna foi instalado, por Lei Provincial nº 759. Aos 19 de dezembro de 1865, sob Lei Provincial nº 1.262, a Vila foi enfim elevada a cidade, recebendo o nome de Cidade do Juiz de Fora (PEREIRA, 2018, p. 24).

Conforme o Acervo Histórico de Juiz de Fora, em 1854, a população da Vila correspondia a 6.456 habitantes, estando divididos em 1182 homens e 1.249 mulheres livres; e 2.607 homens escravos e 1.418 mulheres escravas. Desse total, 30 eram estrangeiros, sendo 15 de cada sexo¹⁷.

Fazolatto (2001, p. 26), afirma que a sugestão do nome *Juiz de Fora* foi dada pelo então deputado provincial Barão de São Marcelino, descendente da família Tostes. Outros historiadores como Paulino de Oliveira (1987), Wilson Lima Bastos (1987) e Rosângela Gabriel (2011) não encontraram nenhuma relação para a utilização da nomenclatura. Gabriel (2011) presume que a mudança de denominação pode ser proveniente da troca de nomes de outros municípios brasileiros, ocorrida no final do século XVIII.

Eu acho que foi questão mesmo que muitas na República foram trocando de nome, acho que foi muito mais uma questão mesmo de uma nova mentalidade, porque quando a república teve início, em 1889, o sentimento antirreligioso era muito forte. Queria se romper com o que eles chamavam de atraso colonial (GABRIEL, 2011).

Em texto do *Álbum Juiz de Fora em Dois Tempos* (1996), acredita-se que “[...] a escolha do nome evidencia a tendência de relegar ao esquecimento o núcleo original do povoado na outra banda do rio, onde localizava-se a fazenda do Juiz de Fora” (ÁLBUM, 1996, p. 14). Entretanto, acreditamos que a identidade religiosa da cidade foi mantida na mentalidade popular

¹⁷ Fonte: AHCJF. Série 54. Mapas de População (BARBOSA, 2013, p. 32).

mesmo ao trocar o nome inicial do povoado, tendo em vista a hegemonia exercida pela a Igreja Católica em relação à presença das demais denominações.

1.2 MANCHESTER SIM: UMA CIDADE INDUSTRIAL

Ao analisar a trajetória urbana de Juiz de Fora, apontamos a importância das estradas Caminho Novo, do Paraibuna e União & Indústria como vias que possibilitaram o crescimento local e a dinamização da economia. Essas estradas serviram de passagens para a comercialização do café não apenas na cidade, mas em toda a Zona da Mata mineira, a partir de uma “rede de comunicações rodoviárias”, como ensaio de integração regional do Brasil (BASTOS 1987, p. 20). Nesse sentido, apontamos brevemente no subcapítulo o período de ascensão industrial de Juiz de Fora, entre 1850 e 1928, último ano analisado nesta pesquisa.

Flávio Lins e Christina Brandão (2012) sugerem que Juiz de Fora foi a primeira a se industrializar em Minas Gerais, em compasso com Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo os jornalistas, tais municípios brasileiros “[...] foram as principais cidades industrializadas do país entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras do século XX (LINS; BRANDÃO, 2012, p. 47).

Sendo procedente da forte industrialização, Juiz de Fora recebeu a alcunha de *Manchester Mineira*, denominação oferecida por Rui Barbosa¹⁸. Segundo Pereira (2018), a referência se dá pela comparação arquitetônica das indústrias juiz-foranas com as da cidade da Inglaterra, “cujas fábricas possuíam as fachadas feitas com tijolos aparentes, como da cidade inglesa” (PEREIRA, 2018, p. 25).

A Figura 3, extraída do Blog Maria do Resguardo (2019), elucida o modelo de construção inglesa, a partir da fachada da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas.

¹⁸ Se destacou como jurista, advogado, político, diplomata, escritor, filólogo, jornalista, tradutor e orador.

Figura 3 – Fábrica Bernardo Mascarenhas

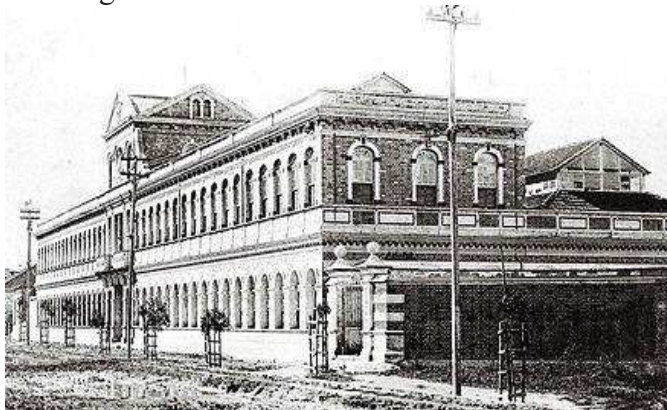


Foto: Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas, 1900. Blog Maria do Resguardo.

A escritora juiz-forana Rachel Jardim (2003), corrobora com a análise de tais aspectos: “Juiz de Fora tinha muitas casas e fábricas de tijolo vermelho. Era chamada de Manchester Mineira. Anos depois fui parar na Manchester verdadeira e reconheci ali as casas e fábricas tão familiares à minha juventude” (JARDIM, 2003, p. 57). Ao receber a denominação de Rui Barbosa, segundo a pesquisadora Maíra Carvalho Carneiro Silva (2015), “[...] pode-se entender o título dado à cidade de ‘Manchester Mineira’, o que, ao lado da expansão dos setores urbanos, permitiu a afirmação do estatuto de modernidade” (SILVA, 2015, p. 37).

Acreditamos que a implantação da estrada União & Indústria, bem como a vinda dos imigrantes, possibilitou o início da industrialização de Juiz de Fora, sendo mais um possível caminho entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, transformando a cidade da Zona da Mata em entreposto comercial, com a inserção de um comércio que rapidamente se evoluiu.

Musse (2008) recorda que sob o Decreto Imperial nº 1031, de 7 de agosto de 1852, Mariano Procópio Ferreira Lage¹⁹ ganhou a concessão para a construção e exploração da estrada que ligaria Juiz de Fora a Petrópolis em 144 quilômetros, como também lembra o historiador Douglas Fazolatto (2001, p. 17).

Segundo Lessa (1985), foi criada, então, a Companhia União & Indústria para a construção da estrada que impulsionou o crescimento da cidade, com a expansão da cultura cafeeira e a vinda de imigrantes.

¹⁹ Mariano Procópio Ferreira Lage (Barbacena, 1821 - Juiz de Fora, 1872) foi um engenheiro e político brasileiro, construtor da primeira estrada pavimentada do país. Iniciou em 1861 a construção da Villa Ferreira Lage, que seria posteriormente, o primeiro museu histórico de Minas Gerais.

[...] os engenheiros que vieram logo em seguida e sujaram as botas na tabatinga paraibunense eram alemães: Gambes, Lallemand, Gieber, Keller e Mynssen. [...] Já em 1856 chegaram os funcionários alemães, especialistas em pontes-de-ferro, mecânicos, carpinteiros, ferreiros, construtores (LESSA, 1985, p. 69).

O *Álbum Juiz de Fora em Dois Tempos* (1996) apresenta como foi erguido o empreendimento: “Em sua construção, empregou-se o que havia de mais moderno, a técnica de *Mc Adam* (batizada de macadame – saibro e areia grossa comprimidos a rolo sobre brita), o que garantia que permanecesse trafegável mesmo na época das chuvas [...]” (ÁLBUM, 1996, p. 5). Ainda sobre essa empreitada, Lessa (1985) acrescenta que a Estrada União & Indústria media

[...] seis metros de largura, calçada nos trechos críticos, excelentes pontes de ferro ou de madeira, drenada, com cercas-anteparos dos lados dos abismos, onze estações de mudas e trafegável com rapidez e segurança [...]. Era a maior obra de engenharia já realizada na América do Sul (LESSA, 1985, p 85).

Segundo Giroletti (1988) o processo de industrialização de Juiz de Fora pode ser observado a partir do dinamismo que a *Estrada União & Indústria* trouxe para a cidade, diferenciando dos outros municípios da Zona da Mata. Juiz de Fora permitia o desenvolvimento do comércio concentrando mais capital, tendo grande parte do café produzido na região passando por seu território. Em 1886, o município possuía o maior polo cafeeiro da Zona da Mata.

Oliveira (1987) afirma que a União & Indústria, foi responsável por estabelecer uma colônia de imigrantes na cidade, proporcionando o rápido surto de progresso no município, transformando-o num entreposto onde convergiam as atenções da metrópole e dos estrangeiros que a visitavam. Além do mais, o número de estrangeiros, juntamente com os escravos, foi responsável por dobrar a população da cidade, como aponta o site da Prefeitura de Juiz de Fora.

A escravidão na Zona da Mata mineira só se instalou definitivamente através da expansão cafeeira. Em 1855, na Vila de Santo Antônio do Parahybuna, havia um total de 4 mil escravos para 2.400 homens livres e, em 1872, havia 18.775 escravos para 11.604 livres (ESCRAVIDÃO, 2019).

Musse (2008, p. 75) lembra que os 150 primeiros imigrantes alemães chegaram em janeiro de 1856, com o intuito de projetar a estrada União & Indústria. Conforme o escritor descendente alemão Oscar Kappel (2002), os germânicos se instalaram na Villagem da Construção (hoje bairros Fábrica e Mariano Procópio, sendo esses mecânicos, fundidores,

ferreiros, folheiros, ferradores, segeiros, seleiros, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, pintores e oleiros).

Já em 1858, entre maio e início de agosto, 1.162 alemães chegaram a Juiz de Fora provenientes de cinco barcas atracadas no litoral brasileiro, correspondendo a 20% da população total juiz-forana (IMIGRAÇÃO ALEMÃ, 2019). Veio com eles o credo luterano e, conseqüentemente, os embates entre católicos e protestantes claramente expressos anos mais tarde no jornal *O Lampadário*.

A jornalista Rita Couto (2016), lembra que após este período ainda chegou a Juiz de Fora mais vinte imigrantes a bordo das barcas Caesar, Erbprinz Friedrich August, Brigadeiro Antílope e Elise (COUTO, 2016, p. 24). Esses imigrantes vieram das seguintes regiões: Prússia, Hessen, Tirol, Holstein, Baden, Baviera, Hanover, Pomerânia, Wurttemberg, Saxônia e Nassau (LISBOA, 2010, p. 41).

Os agricultores foram divididos em dois grupos, com residência na colônia de cima (Colônia agrícola²⁰, hoje, bairro São Pedro), e na colônia de baixo (hoje bairro Borboleta). A maioria veio a serviço da lavoura, onde funcionou a primeira Escola Agrícola de Minas Gerais (KAPPEL, 2002, p. 32).

Sendo a cidade um local central para a distribuição de imigrantes às zonas rurais da zona sudeste do país, instalou no bairro Tapera “[...] a Hospedaria Horta Barbosa, mais conhecida como a Hospedaria de Imigrantes, única em todo o Brasil, criada com o objetivo de abrigar os estrangeiros, logo de sua chegada ao país” (MUSSE, 2008, p. 78-79).

Entretanto, segundo Oliveira (1996, p. 176), cerca de 6% dos imigrantes optou por ficar na zona urbana do município, pois

[...] a cidade possuía uma rede de comércio e prestação de serviços avançada, suas indústrias cresciam, bem como sua população [...]. Era, portanto, um ambiente fértil para novos empreendimentos e oferecia oportunidades de trabalho àqueles que já possuíam algum tipo de qualificação profissional ou não (OLIVEIRA, 1996, p. 176).

A Hospedaria Barbosa que se propunha hospedar cerca de quatrocentos estrangeiros, chegou a ser ocupada por dois mil imigrantes, em meio a condições sanitárias precárias, que conseqüentemente, ocasionou uma epidemia, atingindo cerca de duzentos ocupantes e levando a óbito um elevado número de crianças, como recorda Lessa (1985, p. 211).

²⁰ Extinta em 1885.

Em 2 de junho de 1861, foi inaugurada a estrada União & Indústria, “com uma viagem da família imperial e sua comitiva, de Petrópolis a Juiz de Fora” (PEREIRA, 2018, p. 28). O trajeto foi descrito pelo fotógrafo Revert Klumb em seu livro *Doze Horas em Diligencia*. Tal relato, posteriormente foi transcrito por Lessa (1985):

O vale alarga-se, vamos chegando [...]. Defronte de nós levanta-se o rochedo chamado Alto do Imperador; abaixo a cidade com sua longa linha de casas. [...] Estamos na Rua do Imperador (Getulio Vargas), é costeada por casas novamente edificadas; este progresso é ainda devido à Companhia. [...] dois quilômetros mais a oeste e chegamos a Estação do Juiz de Fora (em frente ao museu Mariano Procópio) (LESSA, 1985, p. 87).

O trajeto da nova estrada percorria bairros da região central da cidade até onde, hoje, conhecemos como a zona sudeste do município, como aponta o historiador Roberto Dilly (2004).

[...] tinha início no atual bairro Mariano Procópio, passando pelo Morro da Gratidão (atual avenida dos Andradas) e quando atingia o Largo do Riachuelo, desviava da Cidade do Paraibuna (que compreendia a partir da rua São Sebastião até o Alto dos Passos), por uma diagonal que deu origem a atual avenida Getúlio Vargas, passando pelo bairro do Poço Rico [...] (DILLY, 2004, p. 23)²¹.

Nesse mesmo ano, a Companhia União & Indústria inaugurou duas escolas na colônia alemã: uma católica e outra protestante.

Com relação à mão de obra, em substituição ao trabalho realizado pelos escravos, após a abolição ocorrida em 1888, chegaram também os imigrantes italianos, como lembra Oliveira (1996). Dessa forma,

[...] a conjuntura da década de 1880 exigia novas providências [...]. A abolição gradativa [da escravidão] estava em curso através da Lei do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários (1884). Surgiram, então, solicitações de imigrantes, tanto por parte das zonas rurais quanto das zonas urbanas, sendo que estas últimas no sentido de formar uma reserva de mão-de-obra para as indústrias que estavam se desenvolvendo (OLIVEIRA, 1996, p.172).

Como incentivo à vinda dos imigrantes, nesse mesmo ano, foi fundada a *Associação Promotora da Imigração*, composta por grandes fazendeiros, barões e industriais que estimulavam, o fluxo migratório (OLIVEIRA, 1996, p. 172).

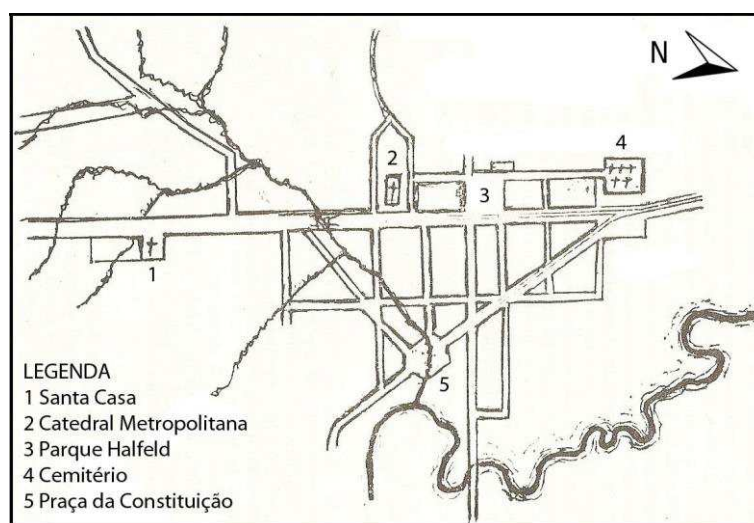
²¹ Entre parênteses, a correspondência atual das regiões citadas.

Observamos que o transporte nas várias estradas que ligavam Minas Gerais à sede da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro e passavam por Juiz de Fora, era considerado rápido e eficiente, o desenvolvimento de características típicas de polo econômico nessa localidade e, conseqüentemente, atraindo grandes negócios. A intensa circulação de mercadorias também tornava o município mineiro, atrativo para investimentos e para o variado contingente populacional (GIROLETTI, 1988, p. 29).

Giroletti (1988) nos expõe que, a partir de 1860, foi organizada a primeira planta da cidade, pelo engenheiro alemão Gustavo Dodt, visitante na então Cidade do Paraibuna. Tal planta delimitava os espaços territoriais, assim como apresentava a construção do matadouro municipal, a canalização e o rebaixamento do Rio Paraibuna (GIROLETTI, 1988, p. 48).

Conforme a Figura 4, notamos a localização da Santa Casa (1); da Catedral (2); do espaço onde hoje se encontra o Parque Halfeld (3), que foi também projetado para a cadeia; do cemitério municipal (4), entre a Rua São Sebastião e a Benjamim Constant; e da Praça da Constituição (5), atual Praça Presidente Antônio Carlos.

Figura 4 – Primeira planta da cidade



Fonte: LESSA, 1985, p. 82 (adaptado)

Em 1861, Juiz de Fora era o terceiro município com maior arrecadação da província mineira, como recorda Giroletti (1988, p. 47). Na virada dos anos de 1860 para 1870, ocorreu o crescimento comercial com suas vendas e armazéns. Conforme o *Álbum Juiz de Fora em Dois Tempos* (1996), mais de 150 operários livres e 100 aprendizes trabalhavam nas oficinas que

surgiram. A partir da memória de Bastos (1987), é apresentada a diversificação do comércio local

[...] de diversos tipos, fabriquetas e fábricas maiores, merecendo registro diversas fábricas de cerveja, de carroças e veículos de transporte, curtume, mecânicas, artefatos de ferro e aço, estamperia, cartonagem, etc. Tornou-se a cidade centro de notável prestação de serviços e, ao mesmo tempo, de alentado movimento industrial (BASTOS, 1987, p. 25).

Aliado a esse desenvolvimento, segundo Esteves (1915, p. 66), em 12 de setembro de 1870, inaugurou-se a primeira estação Telegráfica de Juiz de Fora. Oito anos depois, em 1878, foi instalado o fórum da cidade e a Estrada Nova (Avenida Rio Branco) começou a ser arborizada (ESTEVES, 1915, p. 68). Também no início desta década a Ferrovia D. Pedro II se instalou no estado de Minas Gerais para auxiliar no transporte do café, com destino ao Rio de Janeiro. A utilização da ferrovia coincidiu com o declínio do uso da estrada União & Indústria, pois oferecia um transporte mais ágil do que o da estrada pavimentada (LESSA, 1985, p. 108).

Conforme Lessa (1985), Mariano Procópio, então presidente da companhia Estrada de Ferro, propôs a construção de uma estação nas proximidades de sua propriedade²², o que desagradou moradores e vereadores do centro do município. Assim, a população da região central se uniu para arrecadar fundos e construiu de forma muito precária, a estação à margem do Rio Paraibuna, entre Rua Halfeld e Rua Marechal Deodoro, como lembra Lessa: “[...] uma decepção, um simples ‘estribo’ para o desembarque de passageiros” (LESSA, 1985, p. 110).

Foi necessário aterrar várias áreas com o objetivo de preparar o solo para assentamento dos trilhos, além disso, várias casas de populares e de escravos foram demolidas (LESSA, 1985, p.110). Apenas em 1902, após reformas, a estação passou a ter o aspecto atual.

Com o incremento comercial, a hotelaria se solidificou, chegando a abrigar mais de dez hotéis no final de 1870, espalhados nas aproximadas dez ruas em funcionamento no centro, que conhecemos hoje por Rio Branco, Getúlio Vargas, Batista de Oliveira, Espírito Santo, Santo Antônio, São Mateus, Halfeld, Floriano Peixoto, Marechal Deodoro e Santa Rita (LESSA, 1985, p. 130). Essas ruas sugeriam o que seria o centro da cidade, conforme transcrição de jornal feita por Lessa (1985).

“ ‘Da matriz ao jardim público, até a rua da Imperatriz, estão duas igrejas das três que possuímos, a força do comércio, os melhores prédios, o Fórum, mercado, boticas,

²² Região que hoje corresponde ao bairro Mariano Procópio.

médicos, advogados, tipografias, escola pública, muitos hotéis [...]’ ”seria aí o centro de Juiz de Fora (LESSA, 1985, p. 144).

Cento e cinquenta estabelecimentos comerciais, seis escolas, cinco farmácias, vinte carruagens de aluguel e doze bilhares já ofereciam seus serviços à população local das seiscentas casas (LESSA, 1985, p.130). Ainda como prestação de serviço, dezesseis advogados, seis médicos, três dentistas, amparavam os moradores (LESSA, 1985, p.130).

O crescimento da cidade também foi notado pelo professor Almir de Oliveira (1987).

A cidade crescia. Sua população ganhara outra fisionomia. Aquela *urbs* de gente rural assumia o aspecto de um burgo comercial e industrial. Construíram-se edifícios públicos, melhoravam de aspectos as construções particulares, veio o telefone, vieram os bondes puxados a burros, multiplicaram-se as escolas secundárias e chegaram as superiores, fazia-se saneamento, o poder público introduzia melhoramentos... (OLIVEIRA, 1987, p 87).

O autor também acredita que os alemães e italianos residentes no perímetro urbano, foram responsáveis pela instalação do pioneirismo industrial local, entre 1895 e 1921 (OLIVEIRA, 1987). Nesse período destacamos a fundição George Grande, a construtora Pantaleoni Arcuri²³ & Spinelli, a Malharia Antônio Meurer e a Oficina do Martin Kascher, empresas que conseguiram acumular capital para investimento em maquinário pesado, assim como na mão-de-obra e na infraestrutura para uma volumosa produção (OLIVEIRA, 1996, p. 176).

No período conhecido por encilhamento²⁴, foi fundado em 13 de julho de 1887, com capital local, o Banco Territorial e Mercantil de Minas, o que nos leva a intuir a conjuntura política e econômica do Brasil nessa época. Segundo Croce (2007), este banco

[...] oferecia crédito através de letras hipotecárias, desconto de letras, duplicatas e conta-corrente, colocando a cidade de Juiz de Fora como uma das poucas localidades do Brasil, fora da praça do Rio de Janeiro e São Paulo, a possuir o privilégio de contar com uma agência bancária (CROCE, 2007, p. 6).

²³ Conforme a pesquisadora Mônica Oliveira (apud Musse, 2008), Pantaleone Arcuri nasceu na Itália em 1867, “emigrou para o Brasil e atuava como pedreiro. Após 1890, já era empreiteiro e comercializava materiais de construção e, em 1905, se transforma em grande proprietário de uma fábrica de ladrilhos e telhas” (MUSSE, 2008, p. 79).

²⁴ Conforme Croce (2007), período caracterizado pela política econômica elaborada para a fase produtiva do país. Os investimentos em ativos imobilizados, como terras, benfeitorias e escravos passaram a ser substituídos por papéis, como títulos, ações e dívidas públicas, resultando em uma forte crise de expansão monetária geradora de grandes repercussões no Brasil.

Embora o Banco tenha durado apenas cinco anos, sendo extinto em 1892, abriu agências em outras cidades e, após sua falência, motivou a abertura de outras instituições financeiras, como o Banco de Crédito Real de Minas Gerais²⁵, que, inspirado nos moldes franceses, abarcou um sistema financeiro consolidado, com administração sólida, em mais de um século de existência (CROCE, 2007, p. 7).

No ano seguinte à inauguração do Banco Territorial e Mercantil de Minas, o empresário Bernardo Mascarenhas²⁶ impulsionou a industrialização local a partir de sua mentalidade visionária e de grande investimento capital, trazendo para Juiz de Fora a energia elétrica, como lembra Botti (1994, p. 28).

A idéia de iluminar Juiz de Fora através da eletricidade transforma-se para Mascarenhas em forte determinação. Em agosto de 1887, comparece à inauguração da iluminação elétrica da Cia. Industrial Mineira (que pertencia ao grupo inglês) e decide não mais perder o tempo: em requerimento de 11 de outubro, solicita à Câmara Municipal mudança no contrato de fornecimento de iluminação que passaria a ser gerada eletricamente, consideradas as vantagens dessa alternativa sobre a iluminação a gás (BOTTI, 1994, p. 28).

Lessa (1985, p. 226) afirma que Mascarenhas organizou a Companhia Construtora Mineira, responsável por prédios residenciais e industriais, como a própria fábrica de tecelagem fundada após reunião promovida em 7 de janeiro de 1888. A Tecelagem Bernardo Mascarenhas funcionava próximo à estação, à mão-de-obra e aos dois cursos d'água, além de estar perto da fonte de energia.

Segundo Botti (1994), a fábrica trabalhava “[...] em prédio imponente, com 46 janelas estrategicamente dispostas de forma a possibilitar a penetração da luz solar, além da livre circulação de ar, a Tecelagem Mascarenhas logo se incorpora à economia de Juiz de Fora” (BOTTI, 1994, p. 30).

Para conferir mais dinamismo à sua indústria, Mascarenhas objetivou a construção de uma hidrelétrica. Para isso, adquiriu uma área de três alqueires nas proximidades da cachoeira dos Marmelos, a seis quilômetros do centro da cidade (LESSA, 1985, p. 226).

²⁵ A primeira reunião dos seus iniciadores foi realizada em 18 de setembro de 1888.

²⁶ Nascido em Paraopeba (MG) em 1846. Morreu em Juiz de Fora em 1899. Conhecia na prática o funcionamento de suas fábricas, pois viajava à Europa e Estados Unidos. No Brasil, formou sociedade com seus irmãos e fundou a tecelagem *Cedro*, em Sete Lagoas, e *Cachoeira*, em Curvelo.

Com intuito de defender seu projeto, acusado de pôr em risco a vida dos juiz-foranos, o industrial anunciou ao povo e comunicou à imprensa a experiência que ocorreria em 22 de agosto de 1889. Assim,

[...] às nove horas em ponto começaram a aparecer os primeiros traços da luz nas diversas lâmpadas. Imediatamente subiram ao ar inúmeros foguetes, fazendo ouvir lindas peças musicais, a banda, que se achava postada nas proximidades do Boulevard (Rua Direita nº45, canto da rua Halfeld) (LESSA, 1985, p. 226).

Assim como Lessa (1985), sobre essa data, Botti (1994) descreve como se deu o evento que marcou a história local e colocou Juiz de Fora à frente de outros municípios brasileiros

A cidade virou uma festa. Foguetes, banda de música, a população nas ruas saudava o evento. Pela primeira vez a parte sul do continente visualizava as luzes da energia, captada da força de um rio. Em passeata festiva, a multidão extasiada dirigiu-se a Tecelagem Mascarenhas onde o Sr. Fonseca Hermes saúda enfaticamente Bernardo Mascarenhas pelo sucesso da experiência (BOTTI, 1994, p. 41).

Em menos de um mês após a experiência com energia elétrica, foi oficialmente inaugurada, em 05 de setembro, a primeira usina hidrelétrica da América Latina. Conforme o *Álbum Juiz de Fora em Dois Tempos* (1996), “pela primeira vez, a América do Sul assiste ao espetáculo das luzes geradas pela força de um rio, no caso, através da cachoeira de Marmelos, no Rio Parahybuna, e a cidade comemora” (ÁLBUM, 1996, p. 22).

Com a luz elétrica fazendo parte do cotidiano industrial da cidade, foi possível o desenvolvimento de fábricas como: Fiação e Tecelagem Meurer, Medeiros e Martins, Fábrica de Ladrilhos Pantaleone Arcuri, Fábrica de Pregos São Nicolau, Empresa de Laticínios Brasil (ÁLBUM, 1996, p. 96).

Já em 1893, a Companhia Mineira de Eletricidade (CME) adquiriu a concessão do serviço telefônico da cidade que possuía até então cerca de cem aparelhos telefônicos (MUSSE, 2008, p. 86). Um ano antes de sua morte, Mascarenhas introduziu em sua indústria o primeiro motor elétrico da América Latina.

Em 9 de outubro de 1899, faleceu Bernardo Mascarenhas, após sofrer um infarto fulminante. Uma década após a morte do industrial, o desinteresse da família em tocar seus negócios levou à perda do controle acionário da CME, como lembra Musse (2008): “Em 1907,

a Companhia Mineira de Eletricidade, que já era proprietária também da Ferro Carril Bondes de Juiz de Fora, passa às mãos do grupo Assis – Penido” (MUSSE, 2008, p. 86).

A partir da década de 1900, observamos o auge das tecelagens em Juiz de Fora, aliada à rica produção no ramo alimentício. Segundo Barbosa (2013, p. 77), se no estado havia doze grandes tecelagens entre os anos de 1901 e 1910, sete delas se localizavam em Juiz de Fora. Barbosa (2013), ainda sugere que “[...] no censo industrial de 1907, duas das cem maiores firmas manufatureiras do país, em valor de produção, localizavam-se em Juiz de Fora” (BARBOSA, 2013, p. 77).

Sonia Regina Miranda (1990), nos aponta que entre 1889 e 1930, período de forte industrialização da cidade, foram abertos aproximadamente duzentos estabelecimentos industriais em diversos setores. Em 1920, a produção industrial juiz-forana correspondia a 35,6% da participação de Minas Gerais, possuindo 8% do número total de estabelecimentos, 22% do capital, 16% do número de operários e mais de $\frac{1}{4}$ do valor total de sua produção industrial, liderando o estado neste setor (MIRANDA, 1990, p. 132).

Ainda na década de 1920, o aumento no setor de alimentação ultrapassou a metade da produção industrial de Juiz de Fora. Esse novo panorama já havia iniciado em meados da década de 1910 (BARBOSA, 2013, p. 79). Surgiram as indústrias voltadas para a produção de embalagens, papel, produtos químicos, latas, rótulos, vidros, cimento, borracha (BARBOSA, 2013, p. 79).

A industrialização de Juiz de Fora se consolidou, tendo o centro da cidade como principal localização comercial, atraindo para este espaço maior ocupação. A consequente movimentação seguia a tendência de centralização urbana já presente nas décadas anteriores.

Os bairros Mariano Procópio, Botanágua, Glória, Alto dos Passos, São Mateus, Tapera, Borboleta, Fábrica e Poço Rico também cresceram às margens do centro da cidade, possuindo fábricas que impulsionaram a descentralização comercial (MIRANDA, 1990, p.124). Ainda que de maneira mais vagarosa, além desses, a região periférica local começou a ser traçada a partir dos bairros Grama, Benfica e São Pedro (MIRANDA, 1990, p.124).

Finalizamos este subcapítulo, observando que a transição do século XIX para o século XX, representou o período da industrialização de Juiz de Fora, aliado à importância não apenas das indústrias, mas do comércio, dos serviços, da agricultura. Unindo os esforços destes setores, presumimos o fomento para o desenvolvimento urbano da cidade.

1.3 BARROCA NÃO: ASPECTOS DE UMA CIDADE COSMOPOLITA

Apresentamos brevemente neste subcapítulo as características do período barroco, que marcou Minas Gerais entre os séculos XVII e XVIII. Somos cientes de que Juiz de Fora foi fundada longe dessa época, em que várias cidades mineiras se originaram e se desenvolveram, sendo influenciadas pelo estilo Barroco. Assim, sendo fundada oficialmente em 1850, Juiz de Fora não foi diretamente impactada pelo movimento de grande importância para o estado de Minas Gerais e para todo o país.

Reconhecemos, entretanto, a importância do movimento para distinguir, nesta pesquisa, o período de desenvolvimento de Juiz de Fora, no âmbito cultural e artístico, assim como os municípios coloniais de Minas Gerais, permeados pelo barroco.

1.3.1 Minas Gerais: um estado marcado pelo Barroco

A Itália pode ser considerada um dos berços da origem do estilo barroco. A Reforma Protestante²⁷ (1517-1648) teria sido o marco inicial do movimento, objetivando a Contrarreforma Católica²⁸, uma maneira tocante de atingir os fiéis, utilizando-se da arte como um meio de se difundir a religião e sua influência, como nos aponta Souza (2019, p. 17).

Buscando então rever suas concepções, a Igreja Católica buscará, dentro do movimento Barroco, resgatar suas concepções de fé. De diferentes formas, a arte desse estilo estará ligada à religiosidade, abarcando características diferentes em cada região onde se desenvolveu (SOUZA, 2019, p. 17).

²⁷ Movimento reformista cristão que surgiu no século XVI, questionando práticas da Igreja Católica. Liderado por Martinho Lutero, simbolizado pela publicação de suas 95 Teses em 31 de outubro de 1517 na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg. Criticava os abusos do clero, evoluindo para uma proposta de reforma no catolicismo romano a partir da mudança em diversos pontos da doutrina da Igreja Católica Romana, com base no que Lutero entendia como um retorno às escrituras sagradas. Lutero foi apoiado por vários religiosos e governantes europeus provocando uma revolução religiosa, iniciada no Sacro Império, estendendo-se pela Suíça, França, Países Baixos, Inglaterra, Escandinávia e algumas partes do Leste europeu, principalmente os Países Bálticos e a Hungria. O resultado da Reforma Protestante foi a divisão da chamada Igreja do Ocidente entre os católicos romanos e os reformadores protestantes, originando o protestantismo.

²⁸ Resposta da Igreja Católica à Reforma Protestante, iniciada em 1545 no Concílio de Trento. Estabeleceu medidas como a retomada do Tribunal do Santo Ofício, a criação do *Index Librorum Prohibitorum*, com uma relação de livros proibidos pela Igreja e o incentivo à catequese dos povos do Novo Mundo, com a criação de novas ordens religiosas. Incluía-se nessa reforma a reafirmação da autoridade papal, a manutenção do celibato eclesiástico, a reforma das ordens religiosas, a edição do catecismo tridentino, reformas e instituições de seminários e universidades, a supressão de abusos envolvendo indulgências e a adoção da Vulgata como tradução oficial da Bíblia.

Em relação a nomenclatura *barroco*, são presumidas versões para tal alcunha. Segundo Vale (2016), a primeira, faz referência à palavra de origem francesa *barrueco*, que pode significar algo irregular ou imperfeito, como “uma pérola imperfeita”, exagerado, extravagante, ridículo” (VALE, 2016, p 17). Já Lemos (2008), ao apresentar o movimento como inspiração da Contrarreforma, observa a significação originária da palavra, advinda do espanhol e do português.

O barroco foi inspirado na Contra-Reforma, movimento pelo qual a Igreja Católica, apoiada no absolutismo, buscou repensar-se e reestruturar-se frente aos avanços do protestantismo. O termo barroco vem do espanhol e do português, significando em nosso idioma, entre outras coisas – segundo o dicionário Raphael Bluteau, o mais antigo da língua – “a arte de fazer figuras de barro” e “pérola tosca e desigual, que não é comprida nem redonda” (LEMOS, 2008, p. 39/40).

Sobre as características desse período, o autor acrescenta o excesso de detalhes e a utilização do contraste nas obras de arte.

Barroco é uma arte caracterizada pela teatralidade, pelo excesso e exuberância de detalhes, pela passionalidade. O contraste entre claro e escuro, que caracteriza as obras do período, seria um espelho do conflito entre teocentrismo e antropocentrismo, ou seja, a fé em Deus e a dúvida com relação a religião e as verdades estabelecidas, coexistindo num mesmo espaço e tempo (LEMOS, 2008, p. 39-40).

Em sequência ao Barroco, a Europa no século XVIII vivenciava o período conhecido por Rococó²⁹, enquanto o Brasil desfrutava o auge do estilo sacro, que chegou ao continente europeu dois séculos antes. Todavia, conforme Lemos (2008), nas terras brasileiras, especialmente em Minas Gerais, o movimento adquiriu as formas portuguesas que se adaptaram às três raças prevalentes no território brasileiro, formadas pelos brancos, pelos negros e pelos indígenas.

As diversas descobertas científicas incitaram muitas dúvidas, sobretudo no campo religioso e o barroco passou por esse momento de transição. A literatura portuguesa, por exemplo, teve como maior representante o padre Antônio Vieira e suas obras *Sermões*, escritas em estilo conceptista, baseadas no doutrinamento das populações cristãs, tornou-se uma importante forma de expressão.

²⁹ Iniciado na França, no século XVIII, se caracterizava por uma arte requintada, aristocrática e convencional e expressando apenas sentimentos agradáveis, procurando dominar a técnica de uma perfeita execução.

Além da exuberância a partir do emprego do ouro e das pedras preciosas, Lins e Brandão (2012) recordam que o Barroco mineiro recebeu forte influência da religiosidade católica portuguesa, apresentando suas características em consonância com o período aurífero de Minas Gerais.

A religiosidade que veio de Portugal (cheia de pompa, reafirmava a fé católica contra o crescente protestantismo), o fascínio pelo ouro e o desejo de afirmação e autonomia são a base para explicar o vigor do movimento artístico mineiro que não se restringia apenas às artes, mas se estendia ao estilo de vida do homem barroco, que preocupado com a efemeridade da vida se sente o desejo de aproveitá-la, mas teme pela salvação espiritual, resultando no sentimento contraditório característico desse período (LINS; BRANDÃO, 2012, p. 39).

Souza (2019) também acredita que o “período do ouro” possibilitou o desenvolvimento do estilo, que também marcou a arte, a literatura, a escultura, a música, a pintura, entre outros aspectos artísticos e culturais do Brasil, juntamente com a religiosidade própria dos fiéis católicos.

A exploração aurífera faz com que nessa região se criem condições para um notável desenvolvimento cultural, que teve, principalmente na arte religiosa, o desenvolvimento do barroco mineiro. Nas Gerais foi forte a presença de irmandades e ordens terceiras de iniciativa dos próprios fiéis, visto a proibição de clérigos na capitania por uma política restritiva da Coroa Portuguesa (SOUZA, 2019, p. 38).

Citamos a cidade de Ouro Preto³⁰ (MG) como expoente do estilo Barroco, sendo capital da Província de Minas Gerais até 1823, e capital do estado até 1897, ano da inauguração de Belo Horizonte. De acordo com Rivera (2002), “Ouro Preto é uma das mais importantes cidades históricas do Brasil. Até 1711 tinha o nome de Arraial das Minas Gerais de Ouro Preto. Em 1711 e 1712, chamou-se Vila Rica de Albuquerque. Teve a denominação de Vila Rica de 1712 a 1823” (RIVERA, 2002, p.23). Parte do legado barroco nessa cidade se deve às obras dos importantes mestres Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho (1730-1814), e Ataíde, que em pedra sabão, esculpiu várias igrejas e monumentos locais.

Em relação aos templos barrocos, Souza (2019) ressalta as Igrejas “São Francisco de Paula; Nossa Senhora do Carmo; Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, Santa Efigênia;

³⁰ A cidade é reconhecida pela Unesco como Cidade Monumento Mundial, passou a fazer parte do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Nossa Senhora das Dores; São Francisco de Assis; Nossa Senhora do Rosário; Nossa Senhora da Conceição [...]” (SOUZA, 2019, p. 60), como exemplares desse estilo de época.

Outros pontos de Ouro Preto que resgatam o período Barroco são o Museu da Inconfidência, Museu da Arte Sacra, Museu do Aleijadinho, Museu da Casa dos Contos e o Museu da Ciência e da Técnica (SOUZA, 2019, p. 61).

Além de Ouro Preto, destacamos as cidades de Mariana, Sabará, São João Del’Rei, Tiradentes, Diamantina e Congonhas, como referências desse período. Em Congonhas ressaltamos a obra de Aleijadinho, “Os doze profetas”, esculpidos em pedra sabão (SOUZA, 2019, p. 67). O município também abriga o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, representando o ponto alto da expressão barroca brasileira.

1.3.2 A Juiz de Fora, distante do Barroco

Embora apresentamos a importância do barroco para o estado de Minas Gerais e para o Brasil, somos cientes que a região da Zona da Mata mineira, onde se localiza Juiz de Fora se originou-se no final desse período, tendo seu crescimento à margem da mineração e do desenvolvimento do estilo predominante no país no século XVIII. Dessa forma, a historiadora Maraliz Christo (1994) observa que

Enquanto as cidades barrocas se formam e se guiam pelos sinos das igrejas, a população de Juiz de Fora teve sua vida normatizada pelos apitos das fábricas de estilo neoclássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades (CHRISTO, 1994, p. 10).

Com o notório distanciamento das cidades barrocas, Christo (1994) aponta, a partir de referências ao memorialista juiz-forano Pedro Nava, que na cidade da Zona da Mata,

as festas barrocas são aqui esquecidas. Enquanto os trabalhadores iam aos circos de cavalinhos, cervejarias e piqueniques do 1º de maio, a elite se divertia em saraus, em visitas às fazendas, “jogando florete [...] caçando macuco, de paletó e boné de veludo, [...] atirando aos pratos, aos pombos” ou em “viagens freqüentes ao Rio de Janeiro – onde muito se podia” (CHRISTO, 1994, p. 14).

Ao observarmos os traços arquitetônicos trazidos pelos imigrantes, por exemplo, vemos que a cidade pouco se inspirou nos moldes da arquitetura barroca mineira. O jornalista e artista plástico João Guimarães Vieira, o Guima (1978, s/p.) recorda das poucas construções

semelhantes ao estilo Barroco: “Da arquitetura típica de Minas, apenas um ou outro sobrado na Avenida Rio Branco e o prédio da Fazenda Velha, ou Fazenda do Juiz de Fora, que o protesto dos intelectuais não impediu que fosse demolido nos anos quarenta”.

O *Álbum Juiz de Fora em Dois Tempos* (1996) também nos apresenta a tendência arquitetônica local do município considerado cosmopolita, em detrimento do antigo estilo colonial, que levava preocupação à Igreja, tendo em vista os ideais de modernidade, considerados motivos para o afastamento dos fiéis nos ritos religiosos.

No lugar de catedrais, fábricas. Sem a opulência do barroco, o estilo neoclássico e eclético de seus prédios e a racionalidade da arquitetura industrial, que opõe chaminés às torres devotas. Sem a marca da cultura colonial mineira, Juiz de Fora distingue-se pelo cosmopolismo – urbana, moderna. [...] Cidade de operários, imigrantes e pioneiros que, no ritmo das engrenagens dos teares, fizeram-na ingressar no progresso da nova civilização que se anunciava nas metrópoles europeias (ÁLBUM, 1996, p. 1).

Nesse sentido, o conjunto arquitetônico da Praça Antônio Carlos reforça traços da arquitetura projetada pelos imigrantes europeus (ÁLBUM, 1996, p. 96-99). O espaço abrigou a fábrica de meias Antônio Meurer, fundada em 1901, pioneira da indústria de tecidos de malha em Minas Gerais, o antigo prédio da Alfandega Ferroviária (atual instalação da 4ª Região Militar), a antiga Companhia Mineira de Eletricidade (atual Castelinho da Cemig), o antigo prédio da cadeia (atual Escola Normal), a fábrica de cimento amianto e de materiais de construção da construtora Pantaleone Arcuri, Timponi & Cia (ÁLBUM, 1996, p. 96-99).

A inserção de outros estilos arquitetônicos caracterizou Juiz de Fora por um padrão eclético, com construções em *Art Nouveau*, *Art Deco*, como descrito no site da Prefeitura (2019):

O estilo eclético das construções permite a integração de várias manifestações arquitetônicas do passado, responsáveis por encontrarmos, na cidade, construções que lembrem castelos medievais, igrejas que imitam o gótico europeu ou a fachada de um templo grego. No final da primeira década do século XX, observa-se também construções em estilo *Art Nouveau*, muito fácil de reconhecer graças ao uso de uma rica decoração nas fachadas das casas, onde predominam as linhas curvas, imitando fitas, flores..., demonstrando a habilidade dos trabalhadores daquele tempo e a riqueza dos moradores [...].

O *Art Deco*. Buscando uma maior racionalidade, esse estilo reduziu a decoração das fachadas a formas mais retas, mais geométricas. Nas fachadas, ao invés da pintura, se usou muito revestimento de pó de pedra, em tons cinza ou ferrugem (ARQUITETURA ECLÉTICA, 2019).

A modernidade em Juiz de Fora tinha ligação direta com os traços culturais vindos do Rio de Janeiro, devido principalmente à sua adjacência geográfica de apenas 184 km, o que

aproximava ainda mais as duas cidades. Ao passo que a distância entre Belo Horizonte, capital do estado e Juiz de Fora era de 272 km (MUSSE, 2008). Dessa forma,

a proximidade geográfica entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro facilita o contato com a cidade carioca, que desde a chegada da Família Real, em 1808, estava empenhada em um projeto civilizador de apagar os traços da colônia e se tornar uma capital europeia. [...] o contato de Juiz de Fora com a efervescência cultural do Rio de Janeiro sempre existiu e acreditamos que aqui sempre ecoou (LINS; BRANDÃO, 2012, p. 45).

Podia-se comparar o ideal de progresso urbano com o que era vivido na capital fluminense, uma inspiração com traços europeus para Juiz de Fora, como demonstrado no próprio site da Prefeitura (2019). Contudo, verificamos no trecho a seguir que, embora fosse uma cidade receptiva, eram frequentes os embates entre as diferentes denominações.

Mais europeia que colonial, Juiz de Fora, cidade do século XIX, em estreita vinculação com o dinamismo do Rio de Janeiro, não participou da cultura colonial mineira. Seu desenvolvimento industrial, pautado pela modernização capitalista, trouxe para a cidade, além de apitos das fábricas e da luz elétrica, o desejo de civilizar-se nos moldes dos centros europeus. Seus teatros, cinemas e intensa atividade literária refletiam a vontade de criar uma nova imagem para a cidade, fugindo à tradição escravista. [...] Inicialmente, percebe-se uma cidade mais aberta. A distância dos centros barrocos, somada à prosperidade econômica, atraiu interesses mais variados. Aqui residiam católicos, protestantes, espíritas, maçons, liberais, republicanos, monarquistas.... **Embora houvesse conflitos entre eles**, a cidade se mostrava receptiva ao debate de ideias (BREVE HISTÓRICO, 2019, grifo nosso).

Na concepção dos juiz-foranos da época, segundo Christo (1994), “[...] civilizar-se significava estar próximo à vida mundana do Rio de Janeiro, se prendendo nas teias de um ‘colonialismo interno’; ser ‘carioca do brejo’”. Ou mesmo como citava o poeta Murilo Mendes³¹, ser juiz-forano era ser um ‘trecho de terra cercado de piano por todos os lados’” (CHRISTO, 1994, p. 12).

A cidade ainda mantinha uma respeitável tradição cultural, com diversos e importantes colégios, pelos jornais que passaram a ser editados a partir de 1870. Poetas, jornalistas e educadores reforçavam a Confraria Literária Mineira, fundada em 1896, e a Academia Mineira de Letras, instalada na cidade em 1909. Nomes como Oscar da Gama, Belmiro Braga, Murilo Mendes, Pedro Nava, Estevão de Oliveira, e, mais tarde, o cineasta João Carriço, figuravam

³¹ Murilo Mendes nasceu em Juiz de Fora, foi poeta e prosador, expoente do surrealismo no movimento modernista brasileiro.

como alguns intelectuais juiz-foranos que exibiram Juiz de Fora no cenário nacional da cultura (LINS; BRANDÃO, 2012, p. 63).

A proximidade com o Rio de Janeiro rendeu à cidade mineira o apelido *Cariocas do Brejo*, que pode ser entendido, segundo Maria Carlota de Souza Paula (1976), por Juiz de Fora possuir algumas características relacionadas ao Rio de Janeiro.

Somos pejorativamente apelidados de “cariocas do brejo” por outros mineiros, que vêm com reservas esse nosso impasse de identidade histórica cultural. “Cariocas”, porque importamos muito, vivemos o que vem lá de fora (Rio), e do “brejo” porque ainda não pisamos na terra firme do solo mineiro, e ainda não assumimos a nossa identidade (PAULA, 1976, p. 78).

Paula (1976) também afirma que tal proximidade com a capital do Rio de Janeiro e a distância de outras cidades do estado de Minas Gerais foram aspectos vistos como empecilho para que Juiz de Fora se tornasse capital mineira. A cidade

[...] foi recusada por não apresentar condições de se tornar um centro verdadeiro. Sua localização dificultava a comunicação com grande parte do Estado e seus fortes vínculos com o Rio de Janeiro desviavam os interesses locais para este centro [...]. As vias, que a certa altura confluíam, se desviavam a carrear o produto de exportação para o porto, levando para fora do estado quase toda a força de dinamização que poderiam promover (PAULA, 1976, p. 78).

Assim, encontramos no jornalista Rodrigo Barbosa (1981) a descrição de Eudes Arantes, fundador do jornal *Binômio*, de Belo Horizonte: “Juiz de Fora é uma cidade frustrada. Ela teve tudo para ser capital e foi castrada. Por isso, ela nutre um ódio profundo de Belo Horizonte” (BARBOSA, 1981, p. 1). Isso porque, o pioneirismo da Manchester Mineira que reforçava o ideal de modernidade, não deu conta de abrigar a capital estadual, por situar-se geograficamente à margem do Estado, sem manter ligação central com outros municípios mineiros, do norte de Minas, do Sul, e do Triângulo, por exemplo.

1.4 O INÍCIO DA IMPRENSA EM JUIZ DE FORA

Este subcapítulo foca nos primeiros passos da imprensa juiz-forana, explicitando a formação dos veículos de comunicação que chegavam à cidade e a influência que eles tiveram sobre uma população, que aprendeu a crescer juntamente com a fama de um lugar, que de

simples passagem de comerciantes, tornou-se referência nacional para o jornalismo (MUSSE, 2020).

Discorreremos inicialmente sobre o pioneirismo presente na comunicação de Juiz de Fora, apontando fatos que a tornaram vanguarda nessa área, como a fundação da primeira emissora de rádio de Minas Gerais. Na sequência, apresentamos o jornal *O Pharol*, principal veículo impresso que circulou no recorte temporal desta pesquisa. Averiguamos também a fundação da imprensa católica na cidade, a partir da publicação do seu primeiro jornal, *O Lar Cathólico*.

1.4.1 O pioneirismo na comunicação

Juiz de Fora sempre foi desbravadora no âmbito da comunicação. Nasceu na cidade a Rádio Sociedade AM, primeira emissora de Minas Gerais e a segunda do Brasil. Embora o título tenha sido disputado com a Rádio Sociedade de Belo Horizonte, a dúvida foi esclarecida, segundo a jornalista e pesquisadora Tâmara Lis Reis Umbelino (2002),

[...] pelo fato de que as primeiras rádios receberam, levando em consideração a ordem de inauguração, letras que seguiam o alfabeto. A primeira rádio, a Sociedade do Rio de Janeiro, tem o prefixo PRA-A a rádio sociedade recebeu PRA—J, em Juiz de Fora e a de Belo horizonte passou a PRA-L. O que confirma o fato de que a Rádio Sociedade de Juiz de Fora é a 10ª implantada no país e a primeira em Minas Gerais (UMBELINO, 2002, p. 8-9).

A Rádio Sociedade foi fundada em 20 de outubro de 1925 por José Pinto Cardoso e teve suas primeiras experiências nas transmissões radiofônicas da cidade um ano depois, sob o empenho altruístico de seu sobrinho José Cardoso, que instalou a primeira sede da emissora em sua própria residência, na Rua Tiradentes. Assim, em 1º de janeiro de 1926 foi inaugurada a primeira emissora radiofônica de Juiz de Fora, sendo colocado um alto-falante no antigo prédio do jornal *O Pharol*, na esquina da Avenida Rio Branco com Rua Marechal Deodoro (MUSSE, 2020, p. 10). Após um tempo, José Cardoso Sobrinho transferiu a rádio para uma parte do pavilhão existente no Parque Halfeld, onde funcionava a Biblioteca Municipal (NÓBREGA, 2001, p. 83).

A Rádio Sociedade, como as emissoras da época, não visava lucros, sendo a sua receita gerada através dos sócios. Quanto à programação, veiculava músicas eruditas e populares (RIBEIRO, 2020, p. 35). Contudo, somos cientes que poucas famílias possuíam receptores e

recebiam um som com qualidade inferior. Na década de 1940, o rádio se disseminou por todo o país, consolidando-se como o mais importante meio de comunicação do Brasil, na conhecida *Era de Ouro*. A Rádio Sociedade de Juiz de Fora, já conhecida por PRB-3 e a Rádio Industrial, disputavam a programação local, nos moldes das emissoras cariocas, com fortes programas jornalísticos, radionovelas, programas de auditório, coberturas esportivas e de carnaval. Destacam-se como nomes desta época, José de Barros, Natálio Luz, José Carlos de Lery Guimarães, Mário Helenio³² e Claudio Temponi (LINS, BRANDÃO, 2002, p. 83-95).

A primeira transmissão televisiva do país também ocorreu nesta cidade, em 28 de setembro de 1948, a partir do esforço de Olavo Bastos Freire. O leopoldinense³³ construiu os equipamentos necessários e transmitiu um jogo de futebol entre Tupi³⁴ e Bangu³⁵ (RJ). Contudo a primeira emissora de TV local se instalou apenas na década de 1960. A TV Mariano Procópio, afiliada da TV Tupi, transmitia sua programação através do canal 7 (LINS; BRANDÃO, 2012).

Sabemos que anterior às transmissões televisivas, Juiz de Fora era referência na comunicação com a circulação de seus impressos. Antes de possuir seu próprio jornal, periódicos enviados da Corte do Rio de Janeiro ou da antiga capital da província, Vila Rica (hoje Ouro Preto) se faziam presentes no município da Zona da Mata (MUSSE, 2020).

A partir de 1870, ano no qual foi editado *O Pharol*, primeiro jornal da cidade, a astúcia jornalística foi crescente, fazendo com que a *Manchester Mineira* também ficasse conhecida como capital intelectual do estado, como recorda Edmundo Lyz (1922, p. 64). Corroborando com o título, entre os anos de 1905 e 1906, os tipógrafos já se organizavam na Associação Tipográfica Benfícete Mineira, conforme Andrade (1987).

No período que vai até 1924, eles ainda vão organizar outras duas associações: o Centro de Resistência dos Gráficos de Juiz de Fora (fundado em 24 de outubro de 1920) e a Associação Gráfica Juizdeforana (fundada em 19 de junho de 1924). Nesse período de 18 anos, Juiz de Fora verá ser organizado um total de 12 associações operárias (ANDRADE, 1987, Anexo 16).

A partir da designação de capital intelectual de Minas Gerais, podemos compreender o nascimento da Academia Mineira de Letras, fundada em 25 de dezembro de 1909, e a criação em 1921, da Associação da Imprensa de Minas Gerais, em oposição à recém-criada Sociedade

³² Jornalista que dá nome ao Estádio Municipal de Juiz de Fora.

³³ Natural da cidade de Leopoldina (MG).

³⁴ Time tradicional de Juiz de Fora, fundado em 27 de maio de 1912.

³⁵ Time da capital do Rio de Janeiro.

Mineira da Imprensa, com sede em Belo Horizonte (CHRISTO, 1994, p. 15). Juiz de Fora também foi berço do primeiro Sindicato dos Jornalistas do Brasil.

Confirmando o aspecto pioneiro da cidade, Pereira (2002) descreve sobre a observação de padre Matias Tulkens³⁶, em relação à fisionomia local.

A observação do padre da Congregação do Santíssimo Redentor, em 1893, no momento da escolha da cidade para fixação da Congregação no Brasil. O Padre Matias Tulkens, primeiro redentorista em Juiz de Fora, assim escreve em sua correspondência para o provincial holandês: “...Parece ser a cidade mais civilizada do Brasil” (PEREIRA, 2018, p. 43).

Desde 1882, como ressalta Paulino Oliveira (2020), já se era possível ver nos folhetins juiz-foranos litografias feitas a partir de fotografias, o que permitiu que a população tivesse outros tipos de imagens da cidade, como as da grande enchente de 1906, tiradas por Antônio Lemos e estampadas no jornal *O Pharol*. Segundo Oliveira (2020), o impresso teve a primeira litografia de toda a província mineira.

1.4.2 Os primeiros impressos e o jornal *O Pharol*

Conforme Esteves (1915), *O Constituinte* que provavelmente circulou no primeiro semestre de 1870, foi “o primeiro jornal da cidade, ao qual sucederam mais de cem publicações, dentre jornais, almanaques e revistas, até o ano de 1900” (MUSSE, 2020, p. 2). O segundo jornal de Juiz de Fora seria *O Imparcial*, de acordo com Lessa (1985).

Porém, destacamos em nossa pesquisa nesse período, *O Pharol*, impresso fundado em Paraíba do Sul (RJ), em 11 de setembro de 1866 e transferido quatro anos depois para Juiz de Fora, onde foi publicado por sessenta e nove anos consecutivos, sendo sua tipografia a primeira a ser instalada na cidade mineira, afirma Almir de Oliveira (1978).

Quanto aos jornais religiosos, segundo Esteves (1915, p. 318-321), circulavam *O Metodista Católico* (1886), *A Aurora* (1887), *Lar Catholico* (1892) e *A Cruz* (1895). Já Paulino de Oliveira (2020), acrescenta o *Jornal Espírita* (1904), *O Paládio* (1905) e o *Sacrário Amor* (1917).

³⁶ Primeiro padre redentorista responsável pela Igreja Nossa Senhora da Glória.

Pesquisas apontam que, infelizmente, muitos jornais que foram criados em Juiz de Fora, principalmente no período de 1878 a 1900, não duraram muito tempo, por falta de maiores investimentos e por conta de grande competição que acontecia entre eles.

No final do século XIX, havia cinquenta e cinco jornais em circulação, o que nos demonstra um dinamismo da imprensa. Paulino de Oliveira (1966), lembra que na década de 1920 “enquanto na capital do estado havia somente três jornais diários, aqui se editava sete, nenhum inferior aos de lá” (OLIVEIRA, P. 2020, p. 32).

Em 1922, com uma população de 118.166 habitantes, existiam na cidade seis jornais diários: os matutinos *O Pharol*, *Correio de Minas*, *Jornal do Commercio*, e *O Dia*, e os vespertinos *A Tarde*, e *Diário Mercantil* (LYS, 1922, p. 64). Além desses, ainda circulavam os semanários *A Evolução*, *O Lince*, *O Alicate*, e *O Lar Catholico*, sendo esse último, o primeiro impresso católico, mantido pelos padres da Congregação do Verbo Divino; o maior jornal de circulação no estado em 1966 (MUSSE, 2020, p. 8).

Em relação ao *O Pharol*, que desde 1873 já era de propriedade de Leopoldo Augusto Miranda, com Georges Charles Dupin na chefia da redação, apontamos que o francês foi o introdutor do vapor como força motriz para máquinas de impressão em Minas Gerais, e também proprietário desse impresso, o primeiro do Brasil a ter iluminação elétrica (OLIVEIRA, A., 1978, p. 17). Esse jornal se destacava editorialmente por ser uma das “folhas de tradição nas comunidades em que são publicadas, de larga aceitação pela ‘boa sociedade’ local e de forte penetração junto às elites agrárias”, como escreveu Hebe Maria Mattos de Castro (1995).

Diferente da falta de apreço à modernidade pelos bispos de Mariana, cidade à qual pertencia a paróquia de Juiz de Fora no final do século XIX, novidades tecnológicas mereciam ser comunicadas à cidade nas páginas do jornal, que, em vários editoriais e artigos transcritos de outros jornais, apresentavam aos leitores juiz-foranos as ideias mais modernas nos meios científicos mundiais. Há também o espaço para a apresentação da cultura, do progresso, vinculados em limítrofe ao desenvolvimento cultural e moral da população.

O Pharol é considerado o mais antigo jornal em circulação do estado de Minas Gerais (OLIVEIRA, P. 2020). Era um dos mais importantes periódicos do estado e do Brasil, fonte indispensável para pesquisas.

1.4.3 O *Lar Catholico*

Optamos por apresentar brevemente o jornal *Lar Catholico*, por sua importância como veículo impresso religioso para Juiz de Fora, que, após a extinção do jornal *O Lampadário*, nosso objeto de pesquisa, manteve como seu suplemento, a coluna que levava o nome d'*O Lampadário*.

Conforme a historiadora e pesquisadora Mônica Euzébio da Costa (2019) essas duas publicações em sua nomenclatura, já se referiam ao que se propunham a publicar.

Assim, já podemos destacar que ambos apresentam uma nomenclatura que dá a ideia de algo indispensável, que sugere que o jornal seja um “conselheiro” para as famílias da cidade de Juiz de Fora. O *Lar Católico* nos remete a um “amigo” que vem para nos ajudar, já *O Lampadário*, faz alusão à luz, ou seja, seria o “iluminador” das famílias (COSTA, 2018, p.36).

O *Lar Catholico*, publicado pela primeira vez em 1892, é a decorrência do projeto do impresso que inicialmente recebeu este nome. Mudou para a nomenclatura *A Bússola*, a partir de 7 de janeiro de 1912, como nos lembra a pesquisadora Paola Lili Lucena (2011).

Segundo o *Lar Catholico*, o nome *A Bússola* foi cunhado já que o jornal pretendia servir de guia para a sociedade que se desenvolvia no princípio do século XX, adotando uma postura de normatização social e defesa da família. Tal jornal possuía quatro páginas, e segundo o *Lar Catholico*, contava com uma publicidade considerável para a época (LUCENA, 2011, p. 73).

Já no ano de 1919, após o período da Primeira Guerra Mundial, padre Venâncio Ribeiro de Aguiar Café, assumiu o trabalho de publicação dos sacerdotes missionários da Congregação do Verbo Divino no jornal, com o nome precedido do artigo “o”, assim passando a se chamar *O Lar Cathólico*³⁷.

O impresso era distribuído semanalmente nas casas de assinantes, ou enviado pelos correios. Obedecendo o formato *standard*, continha inicialmente oito páginas, mas com o passar dos anos, este número aumentou, como a fidelização dos leitores, que estava vinculada a uma divulgação massiva pelos padres verbitas, como aponta Lucena (2011).

³⁷ O jornal primeiramente se escrevia com “h”, *O Lar Cathólico*, inicialmente era descrito com a letra “h”. A partir de 1939, começou a ser escrito *O Lar Católico*. Nossa pesquisa, opta por apresentá-lo conforme a primeira grafia.

Para atrair o público, o jornal procurou, ao longo das décadas estudadas, modernizar a edição, a estrutura e tratar de temas que seduzissem toda a família. Mas isso não seria suficiente se um plano que visasse a propangadear o jornal não fosse executado. Um método de divulgação adotado durante todo o período estudado foi a atuação dos padres viajantes, que consistiam em membros da Congregação do Verbo Divino que passavam de cidade em cidade, renovando ou buscando novas assinaturas (LUCENA, 2011, p. 85).

A *Esdeva Empresa Gráfica* publicava o periódico, que tinha sua redação localizada na Rua Halfeld, número 1.179, no centro de Juiz de Fora, sendo comandada pelo editor-chefe, padre Edmundo Leschnhak.

Este impresso tinha como intuito “proclamar a palavra de Deus a uma grande quantidade de fiéis” (LUCENA, 2011), daí a divisão dos suplementos que compunham o jornal, voltados à disseminação da doutrina católica, principalmente às famílias cristãs.

Os complementos publicados eram: *Vocacional*, *Estrêla das Missões* (mensal) e *Lar Catholico*. O *Vocacional* focava em orientações relacionadas à Igreja Católica; o *Estrêla das Missões* descrevia atos pastorais da comunidade; e o complemento homônimo ao jornal dialogava com os assinantes e com os ideais cristãos, como forma de orientação em diversas situações das famílias leitoras (LUCENA, 2011, p. 74-78).

Já no final da década de 1960, com o fim do jornal católico *O Lampadário*, *O Lar Catholico* passou a abrigar um suplemento com a mesma alcunha do jornal extinto.

Finalizamos o primeiro capítulo desta pesquisa, observando o potencial representativo de Juiz de Fora não só para o estado de Minas Gerais, mas para todo o país. Veremos no capítulo seguinte, como a Igreja Católica vai desempenhar o seu papel em meio ao cenário de conflitos ligados à modernidade, às outras denominações e aos novos costumes da sociedade local.

2 O CONTEXTO CATÓLICO JUIZ-FORANO E OS DESAFIOS PARA A ROMANIZAÇÃO

Após descrever sobre a cidade na qual o jornal *O Lampadário* está inserido, apresentamos o âmbito religioso de Juiz de Fora antes e após a reforma católica ultramontana. Demonstramos as transformações ocorridas nesse território eclesiástico, então pertencente à Diocese de Mariana (MG), sob o báculo de Dom Antônio Ferreira Viçoso, um dos principais expoentes da reforma católica no Brasil, sendo bispo dessa Diocese entre os anos de 1844 e 1875.

Destacamos neste capítulo um panorama do âmbito religioso onde estava inserido *O Lampadário*. Explanamos sobre a presença das irmandades e apresentamos os desafios para o primeiro bispado, com a existência de um clero tradicional, destacando a figura do padre Tiago Mendes, além de expor a presença dos protestantes, espíritas e maçons, que representavam concorrência para a Igreja Católica.

No final do capítulo, apresentamos Dom Justino e suas ações, com foco para a fundação d'*O Lampadário*, nosso objeto de pesquisa.

2.1 O CONTEXTO CATÓLICO JUIZ-FORANO

Antes desta explanação, apresentamos características de Juiz de Fora que eram consideradas como desafio para os ideais romanizadores pretendidos por Dom Viçoso, como, por exemplo, a inserção dos membros de irmandades na maçonaria, a presença de um clero tradicional e as outras denominações religiosas que chegaram à cidade no final do século XIX. Com o estabelecimento e desenvolvimento da Igreja, Moreira (2012) recorda que Juiz de Fora, assim como outras cidades do país, tinha apenas a autonomia política, mas que

[...] não correspondia à autonomia religiosa, a sede do bispado era em Mariana. Por isto os prepostos locais eram conservadores e a cidade sentia efeitos da mão de ferro do bispo de Mariana: Perseguição à colônia alemã, de maioria luterana; combate à instalação dos metodistas e à instalação de suas escolas; pressões sobre a assembleia provincial contra a câmara local (MOREIRA, 2012, p. 63).

O cenário de dependência a Mariana só alcançou sua desvinculação a partir de 1924, quando se fundou a Diocese de Juiz de Fora. Antes disso, a cidade vivenciou o período da Romanização da Igreja Católica, processo de separação da Igreja do poder do Estado, colocando-a sob a dependência direta da Santa Sé, como explica Beozzo (1977). A Romanização do catolicismo brasileiro ocorreu entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, tendo se alicerçado a partir de duas direções. Conforme Pereira (2018), “definição da ortodoxia católica no campo doutrinário e a reforma dos costumes morais da Igreja, estendendo-se desde a hierarquia até os fiéis católicos” (PEREIRA, 2018, p. 74).

Em relação aos fiéis, a cidade nesse período “[...] era objeto de atenção dos líderes católicos, preocupados por estarem os ‘ricos’, os jovens e os operários afastados da Igreja” (ÁLBUM, 1996, p. 71).

Embora o clero diocesano não fosse numeroso, já exercia forte influência sobre a sociedade local, por meio de templos e capelas, procurando atingir os fiéis e implantar os ideais romanizados (AZZI, 2000, p. 105).

A defesa de valores tradicionais foi uma preocupação constante da hierarquia eclesiástica, que procurou impedir alterações significativas no código ético, divulgado pelos agentes da modernidade no meio social, que procuravam fazer de Juiz de Fora uma cidade mais civilizada e de acordo com os padrões europeus. Dessa forma, a hierarquia eclesiástica se achava no direito de exercer o controle moral sobre a população e impor aos seus fiéis uma obediência irrestrita às autoridades constituídas. Por isso, a Igreja Católica se apresenta como um forte sustentáculo da ordem social nesse período (CASTRO, 2008, p. 54-55).

Corroborando com a observação dos desafios para os bispos de Mariana, Henrique Oswaldo Fraga de Azevedo (1997) nos aponta que, no final do século XIX, os principais ‘inimigos’ do catolicismo em Juiz de Fora eram “[...] a falta de catequese, a instrução religiosa, os escândalos do clero, o indiferentismo religioso, a falta de militância dos católicos, acomodados e adormecidos, embalados pelo Padroado” (AZEVEDO, 1997, p. 109).

Diversos escritores brasileiros, e o memorialista juiz-forano Pedro Nava (2012), sugeriram a forma de participação dos católicos da cidade nos rituais religiosos da Igreja, dessemelhante da população colonial mineira permeada pelo Barroco. Sendo assim, os juiz-foranos praticavam sua fé “[...] com muito Deus e pouco padre, muito céu e pouca igreja, muita prece e pouca missa” (NAVA, 2012, p.42).

Notamos isso na resistência dos juiz-foranos ao recordar a morte de Dom Lasagna, bispo de Trípoli (Líbano), que esteve em visita a cidade em 1894. Christo (1994), lembra que quando este epíscopo e sua equipe estavam na estação central “[...] populares mostraram todo o seu descontentamento agredindo-o verbalmente, fazendo gestos obscenos aos que o acompanhavam, principalmente às freiras, e atirando excrementos de animais contra o trem³⁸ (CHRISTO, 1994, p. 13).

Apesar desse e de outros relatos sobre a demonstração da fé católica juiz-forana, o atual arcebispo metropolitano Dom Gil Antônio Moreira (2015) se opõe aos rumores de que a cidade era afastada do âmbito religioso, em especial de ritos, como a missa. Em entrevista para esta pesquisadora, Dom Gil (2015) afirma que

³⁸ O bispo faleceu em 05 de novembro de 1905, quando seu trem se chocou com outro, provocando um grave acidente, com muitas mortes ainda no perímetro urbano de Juiz de Fora.

O povo era católico. O povo era de muita religiosidade. Isso não se pode negar, nem aqui nem em lugar nenhum. Mesmo porque a religião do estado era uma religião oficial. [...] Os padres eram diocesanos. Aqui na região de Minas era proibida a entrada de padres religiosos. Porque como **o Estado e a Igreja era uma coisa só**. As Congregações religiosas eram governadas por uma diretoria que não era pertencente ao reino português. Era de outra nação (MOREIRA, 2015, grifo nosso).

A referência indireta ao antigo modelo do *Padroado*, citada por Dom Gil (2015), no trecho “o Estado e a Igreja era uma coisa só” nos leva a crer na real explicação desse regime, onde o Imperador era venerado como autoridade católica, e recebia honorários por isso.

Dom Gil (2015) acrescenta que o clero “recebia beijo na mão como se beija hoje um Bispo ou o Papa” (MOREIRA, 2015). Esse padrão clerical também condiz com a descrição apresentada por Pereira (2018), onde o Padroado

[...] enquadra-se no modelo tradicional, no qual o primeiro aspecto que se pode realçar é o seu caráter bem próximo ao de um funcionário eclesiástico. Recebendo cômputo do governo, o padre é considerado como se fosse um funcionário público incumbido de exercer as funções litúrgicas próprias do catolicismo, que era a religião oficial do Estado. A evangelização, catequese e conversão do povo eram tarefas relegadas a um segundo plano, pois se supunha que a fé fazia parte da própria tradição cultural da sociedade (PEREIRA, 2018, p. 46).

Para enfatizar esta oposição, crítica à fé católica do município, Dom Gil (2015) afirma, no trecho a seguir, que os católicos eram presentes no catolicismo, haja vista manifestação da crença através de suas obras e participação em pastorais e movimentos da Igreja. Acrescida a essa opinião, verificamos em nossa pesquisa, que, na verdade, a participação dos fiéis juiz-foranos em irmandades reforçava vestígios da presença do catolicismo devocional na localidade.

A vida religiosa do povo, não podemos pretender fosse a mesma de hoje. Era uma expressão religiosa diferente. Mas os católicos de Juiz de Fora do século XIX eram pessoas muito fervorosas. Nós temos aqui irmandades antigas que eram bastante fervorosas. Por exemplo, a irmandade do Santíssimo Sacramento. Ela tinha como membro, e me parece como provedor, Henrique Halfeld, que era protestante antes de vir pra cá, que casou-se com uma católica e se tornou católico e que depois foi presidente provedor da Irmandade Santíssimo Sacramento. Nós temos uma custódia doada por ele com dedicatória bastante católica. [...] Temos a irmandade do Carmo, dos Passos, [...] então a assistência aos pobres, que se fazia aqui era justamente a Igreja que fazia isso e os católicos, com suas contribuições (MOREIRA, 2015).

Ainda que em meio ao catolicismo devocional juiz-forano, os fiéis da cidade aos poucos foram se adequando ao poderio episcopal de Mariana, resguardados pelo discurso da prática da

fé, influenciados pelas fortes figuras episcopais da cidade sede da Diocese, como se pode observar no trecho contado por Nava (2012).

Porque somos católicos, apostólicos, marianos e a encíclica por que nos guiamos não é de Roma e sim a sacratíssima Folhinha Eclesiástica da Arquidiocese de Mariana, que tem cem anos e, mesmo quando anuncia neve para o nosso tropical dezembro, prevalece contra os observatórios porque nela o meteoro é regulado pela bênção do excelentíssimo e reverendíssimo senhor arcebispo — papa de Minas, vigário do Senhor na Terra, deus Tempo, deus Cronos, deus Fado, cujo nome — Viçoso, Silvério, Helvécio — é venerado em cada parede onde se cola aquele calendário: com sabão, com grude, chapado no muro ou encaixilhado de preto (NAVA, 2012, p. 200).

Em meio a esse cenário, a Romanização pretendia enquadrar a vida dos fiéis conforme o ultramontanismo, onde diretrizes permeavam o modelo de catolicismo e de Igreja, provendo-a como uma sociedade hierárquica e autônoma, sendo encabeçada pelo Pontífice Romano, baseando-se em três horizontes.

[...] a corrente tradicionalista, que assume como matriz do seu pensamento o conceito de pátria católica, o enfoque tridentino, que tem como eixo básico a concepção de mundo dividido em duas “sociedades perfeitas”, a civil e a eclesial, ambas autônomas e com finalidades distintas; e a perspectiva ultramontana, na qual a Igreja devia ser compreendida como uma sociedade Romano hierarquizada e autônoma, sob a chefia direta do Pontífice (PEREIRA, 2018, p. 73).

Ao considerar a forte industrialização de Juiz de Fora como uma das causas de afastamento dos fiéis da Igreja, José Oscar Beozzo (1981) nos aponta que padre Júlio³⁹ César de Moraes Carneiro (Júlio Maria), acusou Juiz de Fora de ser Nínive, quando se dirigiu aos operários.

Quantos são os operários que nesta cidade procuram a Igreja já não digo para a confissão e comunhão, mas simplesmente para a assistência à missa? De cada centena se pode tirar um? De fato os operários estão afastados da Igreja; nem sequer de espaço em espaço a procuram.
Jesus Cristo é o Deus dos pobres, dos miseráveis, dos proletários. É principalmente para atraí-los a Jesus Cristo que a Igreja não se cansa de lembrar o seu amor pela pobreza, a sua renúncia dos bens do mundo, a fome e a sede que sofreu... Quantos são os proletários que procuram a Igreja? Pelas ruas veremos muitos; na Igreja nenhum (BEOZZO, 1981, p. 118).

³⁹ Primeiro redentorista do Brasil, foi casado, teve filhos e se tornou padre já com uma certa idade. Nasceu em Angra dos Reis (RJ), no dia 20 de agosto de 1850. Após o falecimento da segunda esposa, mudou o seu nome para Júlio Maria e, aos 40 anos, ingressou no Seminário de Mariana (MG). Em Juiz de Fora, atuou na Matriz de Santo Antônio. Cf.: <https://www.a12.com/redentoristas/noticias/redentoristas/centenario-de-morte-do-primeiro-padre-redentorista-do-brasil>.

Aliás, vale ressaltar rapidamente a figura desse sacerdote, que no final da década de 1880 passava por uma séria crise espiritual, que terminou com sua renúncia ao cargo de vigário da Igreja Matriz, abandonando o sacerdócio da Igreja Católica e convertendo-se ao metodismo.

Além do progresso industrial, Musse (2008) recorda que por várias vezes a modernização era vista como ameaça por Dom Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875), então bispo do movimento reformador. O bispo de Mariana chegou a condenar a utilização da energia elétrica em Juiz de Fora e, em 1873, através de Carta Pastoral, posicionou-se contra o progresso local: “Que progressos são estes modernos, com que tanta gente enche a boca? [...] Progressos, progressos! [...] Muitos progressistas abstêm-se destas coisas [os sacramentos] nem nelas cuidam, e se riem ao ouvir estas palavras!” (VIÇOSO, 1873, p. 2).

Até a medicina, causava desconforto para a Igreja. Vemos isso, ao ler uma carta ao bispo de Mariana, em 28 de maio de 1908, na qual o padre redentorista José, expressou sua preocupação com os planos da criação da Faculdade de Medicina, conforme trecho descrito em Pereira (2018).

“Há pouco tempo um dos medicos d’esta cidade, o Dr. Aguiar, escreveu nos jornais diversos artigos sobre a fundação de uma faculdade de Medicina n’esta cidade.(...) No ultimo sabbado houve sessão da sociedade de Medicina para deliberar-se sobre esta idea e ver se convinha insistir n’ella. Se a faculdade ficasse independente, como desde principio foi a intenção, baseada sobre uma pessoa jurídica independente, não havia tanta inconveniencia, antes a nova faria concorrência á escola de odontologia e pharmacia dos Metodistas. Mas(...), os medicos em vez de persistir na idea de uma personalidade juridica independente inclinão agora a idea de fazer uma fusão com a escola de odontologia e pharmacia dos methodistas, que já tem aequiparação por acharem assim mais facil a idea, que por outra forma se tornaria muito mais difficil a executar.(...) O que fazer agora, para combater este plano e perigo?”⁴⁰ (PEREIRA, 2018, p. 156).

Outro aspecto a ser analisado é a formação do clero, que continha feições diferentes da pretendida pelo bispado marianense, reforçando o empenho do bispo para que Juiz de Fora se enquadrasse nesse modelo diocesano, como recorda Pereira (2018).

Em geral, a formação teológica dos clérigos era bastante limitada, porém o nível cultural é ainda bastante elevado com relação à população. Era comum neste período que os clérigos fossem absorvidos por atividades profanas, seja de caráter comercial, ou profissional, seja de participação política (PEREIRA, 2018, p. 47).

⁴⁰ AEAM – P 12, A 4, G 1. Correspondência dos Padres Redentoristas com Dom Silvério.

Assim, verificamos que a cidade estava longe dos interesses episcopais de Mariana, tendo como principais desafios a composição das Irmandades, a formação do clero e a presença de outras denominações, especialmente, os luteranos, os metodistas, os espíritas e os maçons.

2.1.1 As irmandades

Antes de destacar o clero juiz-forano, que existia antes da Reforma Ultramontana, observamos resumidamente as associações religiosas do catolicismo tradicional, formadas por leigos, que recebiam a alcunha de irmandades.

Segundo Pereira (2018, p. 47-48), as irmandades “funcionavam como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social”. Dessa forma, as irmandades com seus estatutos, filiavam os irmãos para compromissos e participação ativa dos mesmos no desenvolvimento de atividades (PEREIRA, 2018, p. 49). Além de se ter assistência em vida, os filiados a uma irmandade seriam principalmente assistidos após a morte, sendo esta a preocupação fundamental das irmandades, que sempre revestiam os funerais de importante caráter social (PEREIRA, 2018, p. 50).

A pesquisadora Giane de Souza Castro (2008) ainda lembra do papel das irmandades como promotoras de sociabilidade na sociedade mineira.

As irmandades assumiram grande importância na sociedade mineira, onde praticamente todas as pessoas, pobres ou ricas, livres ou escravas, faziam parte de seu meio. Era nas irmandades que se manifestava o espírito religioso da população através da preparação das cerimônias de culto de uma dada sociedade. Para essas pessoas, a religião era um divertimento, uma forma de sociabilização, de convívio, principalmente através das grandes festividades promovidas pelas irmandades. Estas, como promotoras da vida religiosa também se ocuparam da construção de templos e cemitérios, papéis originalmente destinados ao Estado (CASTRO, 2008, p. 48).

A primeira irmandade de Juiz de Fora data de 06 de agosto de 1854, tendo sua aprovação pelas autoridades competentes no ano seguinte. Segundo Pereira (2018, p. 50), a Irmandade de Nosso Senhor dos Passos surgiu sob a liderança de José Antônio da Silva Pinto, o Barão de Bertioiga. Tinha como objetivo a promoção do culto católico e o socorro aos mais pobres. Assim, a maior obra desta irmandade para a cidade foi, sem dúvidas, a construção da Casa de Caridade, que em 1859 já prestava serviços à Vila e, posteriormente, recebeu o nome de Santa Casa de Misericórdia (TRAVASSOS, 1993, p. 29).

Destacamos também nesta pesquisa a Irmandade do Santíssimo Sacramento, destinada à participação de homens, na maioria das vezes da elite local. Reuniam-se nela homens de muitas posses, relacionados com as famílias mais importantes da cidade. Esta irmandade tinha por função a promoção do culto do Santíssimo Sacramento da Eucaristia (PEREIRA, 2018, p. 56). Sua existência na cidade pode ser observada desde o século XIX, como verificamos no jornal *O Pharol* de 20 de janeiro de 1881.

O abaixo assignado convida aos membros da mesa administrativa da irmandade do Santissimo Sacramento a se reunirem no proximo Domingo, depois da missa conventual, no consistorio da matriz desta cidade.
Juiz de Fora, 20 de janeiro de 1881 – O Provedor Manoel Vidal Barbosa Lage (O PHAROL, 1881).

Assim como a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Irmandade de Santo Antônio utilizava as dependências da Matriz de Santo Antônio para as suas reuniões. Entretanto, Pereira (2018) afirma que não há muitas referências desta irmandade, para um maior aprofundamento de seus primeiros anos de formação.

Em relação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Juiz de Fora, constatamos sua fundação 21 dias antes da abolição da escravidão, com data de 22 de abril de 1888. Há nesta irmandade uma abertura que a distingue do tradicional modelo das irmandades do Rosário do final do período colonial, exclusivas de negros: “Serão admittidos como Irmãos todas as pessoas de um e outro sexo, **sem distincção de côres**, e condições, exigindo-se sómente, que não estejam ligados com censuras eclesiasticas, e que não pertençam a sociedade prohibidas pela Igreja”⁴¹ (grifo nosso).

Tal irmandade se instalou na cidade “[...] num momento em que a Igreja de Juiz de Fora se encontrava na fase inicial de afirmação do poder clerical, com o início da implantação da reforma católica ultramontana” (PEREIRA, 2018, p, 63).

De forma concisa, as principais irmandades da cidade, foram importantes para a construção do primeiro hospital local, a Santa Casa de Misericórdia (Irmandade Nosso Senhor dos Passos), para a reforma e (re)construção da Igreja Matriz (Irmandade do Santíssimo Sacramento) e para a construção da Igreja do Rosário (Irmandade Nossa Senhora do Rosário).

⁴¹ Cf. CMIJF – AHPHOF. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1888). Fundo Arquidiocese/Paroquial, Pasta Igreja do Rosário. Cap. 1, art. 3.

Fernando Henrique Halfeld, já mencionado nesta pesquisa, na fala de Dom Gil (2015), é referência de homem ilustre para a cidade, considerado um de seus fundadores, sendo membro da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Todavia, encontramos peculiaridades quanto à sua religiosidade, que representa a de muitos católicos influentes da época: católicos membros de irmandades e também frequentadores da Maçonaria, que era fortemente combatida pela Igreja Católica.

O engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld tem seu nome registrado no Livro de Matrícula Geral dos Irmãos da Loja Maçônica Fidelidade Mineira de Juiz de Fora, sob o número 43, página 2, como membro inaugurador, ‘filiado’ no dia 01-06-1873, o que quer dizer que, sendo filiado, o mesmo já era membro da Maçonaria (PEREIRA, 2018, p. 34).

A partir desse exemplo, podemos observar que, com o início da Reforma Ultramontana, buscava-se um maior controle sobre as irmandades a partir de fiscalização das mesmas, pois estas eram frequentadas por pessoas ligadas à maçonaria, admoestada pela instituição Católica (PEREIRA, 2018, p. 60).

No final do século XIX e início do XX, além das irmandades, a presença de outras instituições ligadas à Igreja Católica se faziam presentes na sociedade, como recorda Castro (2008).

[...] Irmandade do Nosso Senhor dos Passos, dirigente da Santa Casa de Misericórdia; Sociedade União Católica Pão de Santo Antônio; três Conferências de São Vicente de Paulo (uma no Alto dos Passos, uma na Igreja Matriz e outra na Igreja da Glória); Liga Mineira contra a Tuberculose; Sociedade Beneficente Brasileira – Alemã; Sociedade Auxiliadora Portuguesa; Sociedade Alemã de Socorros Mútuos; Sociedade Beneficente Juiz de Fora; Sociedade Beneficente Humberto I; a Maçonaria (com oito lojas espalhadas pela cidade); Instituto Jurídico Mineiro; Sociedade de Medicina e Cirurgia; Academia Mineira de Letras; Tiro 17 (CASTRO, 2008, p. 50-51).

Nesse sentido, após breve citação sobre a origem das irmandades em Juiz de Fora, presumimos a importância delas na constituição da Igreja e na assistência caritativa local.

2.1.2 Padre Tiago: O exemplo do clero tradicional

Com a criação da Villa de Santo Antônio do Parahybuna, que anteriormente era subordinado a paróquia Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira (MG), a cidade de Juiz de Fora passou a contar com o primeiro vigário colado, que atendia a Matriz de Santo Antônio.

Segundo Pereira (2018), o vigário colado em uma cidade, tinha “[...] direito vitalício ao cargo, devendo receber a cônica⁴² paga pelo Estado, em razão de ser o culto católico a religião oficial” (PEREIRA, 2018, p. 19).

Destacamos, contudo, a partir deste modelo clerical, a figura do vigário padre Tiago Mendes Ribeiro, que atuou por cerca de trinta anos na Matriz de Santo Antônio. Isso, antes da intervenção episcopal de Mariana, em que um dos objetivos era a reformulação do clero, conforme modelo tridentino, almejado por Dom Viçoso (PEREIRA, 2018, p. 68).

Encontramos em Pereira (2018) o documento de posse de padre Tiago que, embora tenha data referente a 1859, o autor Oliveira (1976) salienta a provável atuação do padre na Matriz, desde 1850, ano de criação da cidade. Conforme esse documento, é presumível que o vigário já atuasse na Igreja, sendo acompanhado por outros sacerdotes “[...] orientado principalmente pelo padre Joaquim Furtado de Mendonça, cujo nome integrou as primeiras comissões de urbanização da nova cidade” (OLIVEIRA, 1976, p. 41).

No diário escrito por Dom Pedro II, em que o rei discorre sobre sua visita a Juiz de Fora em 1861, a presença do padre Tiago pode ser verificada na descrição de 26 de junho.

Dia 26 de junho: Às 8 almocei, falei com o vigário, que se chama Tiago Mendes Ribeiro, e estudou no colégio de Congonhas as humanidades, e depois teologia moral, residindo nesta freguesia a **dez anos**, primeiramente como coadjutor do finado vigário. Disseram-me hoje que ele jogava (STEHLIG, 1979, p. 228, grifo nosso).

Quando chegou à cidade em 1859, para empossar o novo vigário, Botti (1994) acredita que certa hostilidade de alguns juiz-foranos incomodou Dom Viçoso, bispo de Mariana. O autor presume que o bispo da Diocese à qual Juiz de Fora era subordinada “não foi recebido solenemente pela população local tal como estava acostumado na Região das Minas” (BOTTI, 1994, p. 110). Porém, padre Tiago respondeu “alegando que uma população de lavoura cafeeira, e dedicada ao trabalho fabril, não tinha o mesmo tempo disponível para aclamar o pastor diocesano, como faziam os mineiros” (BOTTI, 1994, p. 110).

Notamos ao verificar em Pereira (2018) que o vicariato de padre Tiago, não correspondia ao modelo pretendido por Dom Viçoso.

No plano de sua vida pessoal ele [Pe. Tiago] vivia publicamente em concubinato, rodeado de filhos numa chácara ao lado da Igreja Matriz, o que parece não ter incomodado a sociedade juizforana, já que o povo estava acostumado a conviver com

⁴² Pensão paga aos párocos para seu sustento.

sacerdotes que possuíam famílias. Além disto, como confirma o diário de Dom Pedro II, era adepto do jogo e temos notícia de que participava ativamente da política local (PEREIRA, 2018, p. 66).

Tal modo de vida considerado aquém dos preceitos eclesiais nos dias de hoje, era comum no final do século XIX em várias paróquias brasileiras. Gabriel (2011) aponta que padre Tiago era uma figura bastante polêmica, conhecido na cidade como um sacerdote que mantinha uma família, mas que ficou muito tempo em Juiz de Fora (GABRIEL, 2011). Já Botti (1994), sugere o porquê da longa permanência do padre no território juiz-forano, bem como a aceitação da população em relação ao modo de vida do vigário. Padre Tiago “[...] era mulato e de vida celibatária duvidosa”, mas se integrava perfeitamente “[...] à maneira de ser da nascente vila de Juiz de Fora” (BOTTI, 1994, p. 110), nos levando a supor traços liberais da cidade para aquela época.

Observamos como outros predicados são fortemente apresentados pelos autores, neste caso, a descrição da cor da pele do vigário. Assim, Dom Pedro II ressalta, de forma preconceituosa para os dias atuais, em trecho descrito por Stehling, (1979), que embora padre Tiago fosse “preto como carvão”, era inteligente e possuía “qualidades morais”.

Dia 4 de junho: Ao chegar à porta da igreja um cônego soltou um viva à minha católica majestade, e fui aspergido pelo vigário, que já me tinha dado o crucifixo a beijar na porta da Câmara. O vigário é **preto como carvão**, mas informaram-me muito favoravelmente de sua inteligência e qualidade morais, parecendo abastado, pois que possui uma boa casa de sobrado onde mora (STEHLING, 1979, p. 226, grifo nosso).

Todas as características expostas por Dom Pedro II e analisadas por Pereira (2018), nos apontam que as qualidades do padre eram tantas, ou ao menos tinham uma maior aceitação, que sobressaiam ao fato de ele ser negro, numa época em que a sociedade era escravista.

A presença de negros ocupando postos importante no século XIX, em meio a uma sociedade escravista, não era nada comum, o que chamou a sua atenção foi que além da cor o padre era dado ao jogo, mas tudo isto, aos olhos do Imperador é compensado por suas qualidades, sua inteligência e pela manutenção de um status digno de um sacerdote, já que vivia em uma casa de sobrado e era abastado. Outro detalhe importante nas suas anotações refere-se às “qualidades morais” do padre, o que confirma que o fato do clero viver em concubinato não significava para a população uma desqualificação moral (PEREIRA, 2018, p. 67).

Ciente do aumento dos fiéis viu-se necessária a construção de uma nova matriz, cabendo ao vigário Tiago Mendes, o empenho para a construção desse novo templo, a partir de 1866 e

inaugurado em 1878. Anos mais tarde, em 1886, chegaram altares vindos do Rio de Janeiro, antes pertencentes à antiga igreja da Candelária, que foram doados à Paróquia de Juiz de Fora (ARQUIDIOCESE, 2011, p. 21).

Recordamos que padre Tiago também participou da política local, sendo indicado a compor diversas comissões, como a das obras do Cemitério Público, construção de interesse da Igreja.

Indico que para dar seu parecer sobre as obras do Cemitério público, examinando se estão conforme o plano, se nomeia a comissão composta de cidadãos Comdor. Halfeld, Dr. Miguel Alves Vilella e Revdo. Vigário Thiago Mendes Ribeiro, a qual se fornecerá copia do contrato⁴³.

No decorrer desta pesquisa, retornaremos às ações deste sacerdote, apresentando também seus embates contra os protestantes, os espíritas e os maçons. Talvez tais desavenças nos levem a supor o resultado de sua participação como candidato a vereador nas eleições de 1860, quando obteve neste pleito, apenas 16 votos (AZZI, 2000).

Um ano antes da morte do sacerdote Tiago, os padres alemães da Congregação do Verbo Divino (SVD) chegaram a Juiz de Fora, o que coincidiu com a saída do 5º vigário da Igreja Matriz, padre Hippólito de Oliveira Campos. Dessa forma

O convite para os verbitas se instalarem em Juiz de Fora e assumirem a Igreja Matriz era a tentativa do bispo de manter em andamento o processo de Romanização e Reforma católica ultramontana da Igreja de Juiz de Fora, sobretudo depois do abandono da Igreja Católica pelo Pe. Hipólito de Oliveira Campos (PEREIRA, 2018, p. 98).

Nesse período, sob o báculo de Dom Silvério, então bispo de Mariana, chegaram a Juiz de Fora sete congregações europeias, sendo três masculinas⁴⁴ (redentoristas holandeses, salesianos italianos e os verbitas alemães) e quatro congregações femininas (irmãs de Sion, da França; irmãs de Santa Catarina, da Alemanha; irmãs Servas do Espírito Santo, também da Alemanha; e irmãs do Bom Pastor, da França) (PEREIRA, 2018).

⁴³ Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora – Fundo Câmara Municipal Império – Sessão 156.

⁴⁴ Destacamos também os Salesianos, em 1900, transferiram a doação da Academia de Comércio para a Congregação do Verbo Divino em fevereiro de 1901. Já as Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Sion desembarcaram no final da década de 1890, chegaram a ter um colégio na cidade, que foi fechado no ano de 1900 em consequência da febre amarela que atingiu Juiz de Fora. (AZZI, 2000, p. 121-124; 155-156).

A europeização do clero juizforano intensificou o trabalho de catequese popular, modificando a forma como a fé era transmitida ao povo e passando a seguir os moldes “romanos”, o que levou a um distanciamento da tradição religiosa luso-brasileira, até então predominante na sociedade (CASTRO, 2008, p. 52).

Quando a imprensa laica noticiou a morte do padre Tiago, ocorrida em 12 de março de 1890, foi apresentada à população os feitos do vigário na localidade através da imprensa local, como vemos no artigo d’*O Pharol*.

Para se avaliar quão dolorosa foi para toda a população desta cidade a notícia do falecimento do nosso venerando vigário, seria preciso que em extenso artigo enumerássemos todos os atos de cavalheirismo, de caridade evangélica, e de admirável abnegação, que caracterizavam o bondoso sacerdote, durante os trinta anos que aqui exerceu o cargo de vigário colado. [...] Idolatrado por todos os seus paroquianos, o vigário Tiago impunha-se á estima e ao respeito de quantos o conheciam de perto, pela lhaneza e afabilidade com que a todos tratava, e pela rara abnegação com que procedia sempre, revelando-se sem ambições, desinteressado e indiferente em questões fortuna que conseguiu acumular, durante os longos anos em que paroquiou esta freguezia, que, incontestavelmente, dispõe de elementos bastantes para lhe ter proporcionado a aquisição de abastados haveres. E a população desta cidade tanto reconheceu as elevadas qualidades do pranteado sacerdote que, desde que soube prostrado pela violenta enfermidade, que lhe roubou a preciosa existencia, acompanhou-o com solicitude e carinho até seus últimos momentos [...]. Curvamo-nos respeitosos ante a sepultura do venerado sacerdote que foi o exemplo de acrisoladas virtudes evangélicas (*O PHAROL*, 1890).

A Igreja passou por algumas polêmicas, até consolidar as ideias romanizadoras e se transformar em Diocese. A discussão que eclodiu durante a enfermidade de padre Tiago foi a sucessão desse vigário, após sua morte, como recorda Gabriel (2011).

Já próximo da morte dele [padre Tiago], é que trouxe também à Matriz uma polêmica, que foi a sucessão dele, [...] porque a Paróquia de Santo Antônio é uma paróquia muito importante do ponto de vista econômico. Muitos tinham interesse de suceder padre Tiago. E o que acontece? Antes de ele morrer, quando já estava doente, chega à cidade o Padre João Emilio, [...] ele veio substituí-lo [...], ele ainda pega Padre Tiago vivo, ainda fica com ele por algum tempo. Logo em seguida ele [padre Tiago] morre, e o padre João Emilio tá certo que vai substituí-lo, só que aí acontece uma verdadeira concorrência. E o mais forte, que foi o que venceu, padre Venâncio Café, que era uma pessoa mais conhecida, mais preparada, assume a Matriz (GABRIEL, 2011).

Pereira (2018) recorda que em 1888 padre João Emilio⁴⁵ já se encontrava em Juiz de Fora, onde foi Capelão da Capela São Sebastião, da Capela dos Passos e da Capela da Santa

⁴⁵ Padre João Emilio fundou a *Associação Protetora da Pobreza*, com objetivo abrigar os mendigos da cidade. Atualmente a Arquidiocese mantém um abrigo para crianças que leva o nome do sacerdote.

Casa de Misericórdia. Após o falecimento do padre Tiago, “[...] exerceu o cargo interino de vigário da Matriz de Juiz de Fora” (PEREIRA, 2018, p. 89), entre março e junho do mesmo ano.

Com a morte de padre Tiago, a Igreja Católica de Juiz de Fora romperia com o antigo catolicismo brasileiro, aquém da reforma católica ultramontana, que era um dos ideais de Dom Viçoso. Nesse sentido, Azevedo (1997) acredita que “a morte do velho vigário, aos 12 de março de 1890 foi um grande alívio. Enterrado o vigário Thiago, podemos dizer que se enterrou em Juiz de Fora um modelo de catolicismo brasileiro que tão bem conhecemos e que já era descrito por *Saint-Hilaire*”⁴⁶ (AZEVEDO, 1997, p. 109).

Com a Romanização, objetivava-se que os padres tivessem uma vida voltada às questões religiosas, longe de outros afazeres não religiosos, diferentemente do que era praticado na cidade, quando era atendida pelo vigário colado.

Tal modelo de reforma eclesiástica será introduzido em Juiz de Fora somente no ano de 1890, ano da morte do padre Tiago Mendes Ribeiro, estando à frente do governo diocesano neste momento Dom Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides (1876-1896), que atacado por várias enfermidades, entrega efetivamente a Dom Silvério Gomes Pimenta (1890-1922), Bispo Auxiliar, o governo da diocese. Em 1890, a reforma eclesiástica não sofre mais as ingerências do Estado, já que a separação da Igreja e do Estado acabara de se consolidar com o advento da República em 1889 e com o decreto de Separação, de janeiro de 1890 (PEREIRA, 2018, p. 77).

Padre Venâncio Café, então nomeado vigário da Paróquia de Santo Antônio em 1890, tomou posse em 18 de junho do mesmo ano. O novo vigário pertencia à Congregação do Verbo Divino e deixou como legado a fundação da imprensa católica na cidade, através do jornal *O Lar Catholico*, que apesar da curta duração, “pôde veicular suas idéias renovadoras e reformadoras, tentando doutrinar os fiéis ainda pouco romanizados e divulgar os documentos de Roma e do Episcopado Nacional” [...] (PEREIRA, 2018, p. 83-84).

O Jornal *Lar Catholico* que nasceu na conjuntura do estabelecimento da República brasileira, acentuadamente positivista, maçônica, liberal e anti-clerical, encontrou em Juiz de Fora um campo fértil no sentido da defesa dos interesses católicos na cidade. Muitos destes que a Igreja considerava seus “inimigos”, já se encontravam presentes na cidade e suas instituições bem organizadas. A luta contra eles traduzia-se no jornal pelo tom apologético, guerreiro, de defesa da Igreja e dos seus dogmas (PEREIRA, 2018, p. 83-84).

⁴⁶ Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire foi botânico, naturalista e viajante francês. O estudioso pertenceu aos primeiros grupos de cientistas, vindos da Europa, para realizarem suas pesquisas e explorações no Brasil Colônia.

Vamos nos ater, adiante, às relações da Igreja Católica com as outras denominações, como citado, consideradas como inimigas do catolicismo local, por representar uma disputa para a pertença religiosa dos fies juiz-foranos.

2.1.3 A disputa do catolicismo com o protestantismo

É necessário focar na pesquisa, ainda que brevemente, sobre a relação que as denominações protestantes, os espíritas e a Maçonaria mantinham com a Igreja Católica. Dessa maneira, apontamos trechos principais dos confrontos entre as denominações religiosas em Juiz de Fora até a consolidação da Romanização.

Couto (2016, p. 18) aponta que é no contexto da chegada dos imigrantes alemães para a construção da Estrada União & Indústria, que se instala em Juiz de Fora uma confissão de fé além da católica. Trata-se da profissão de fé luterana.

A fundação da Igreja Luterana, conforme o *Livro de Registros dos Atos Ministeriais da Comunidade Evangélica em Juiz de Fora* (KAPPEL, 2002, p. 35), data de 09 de novembro de 1862. Por vinte e seis anos os pastores de Petrópolis ministraram cultos em Juiz de Fora, mas apenas em 10 de maio de 1886 foi inaugurada a *Casa Grande de Oração*, primeira capela em Juiz de Fora, situada na Rua General Gomes Carneiro, bairro Villagem da Construção, atual Bairro Fábrica (KAPPEL, 2002, p. 35). Nesse local também se fundou

[...] uma escola mista com dois professores, um Católico e outro Protestante, os senhores Glaesser e Waltemberg.
Na época foram matriculados 124 alunos de ambos os sexos; as aulas tiveram início em 1861 (KAPPEL, 2002, p. 34).

Constatamos por meio da Tabela 2, retirada de Deivy Carneiro (2004), que dos 1.162 germânicos contratados por Mariano Procópio, 54,64% eram católicos. Já os luteranos representaram 45,36% dos imigrantes.

Tabela 2 – Religião, Idade e Sexo dos imigrantes alemães de 1858

Sexo		Religião		Idade	
Masculino	52,58%	Católicos	45,36%	Mais de 45 anos	1,89%
Feminino	47,42%	Luteranos	54,64%	De 10 a 45 anos	68,84%
				De 5 a 10 anos	18,15%
				Menos de 5 anos	11,10%

Fonte: STEHLING (1979).

Entretanto, nem tudo “foram flores” para os alemães, pois algumas cláusulas do contrato da vinda deles para Juiz de Fora foram descumpridas. A chegada dos germânicos à cidade foi marcada pelas péssimas condições de vida, perpassando pela falta de alojamentos, pelas terras improdutivas e pela miséria.

Kappel (2002) afirma que inicialmente, quando os germânicos chegaram à cidade, ficaram sem ter onde morar, e “a Cia. União & Indústria improvisou um acampamento nas proximidades do morro da Gratidão (Morro da Glória) ao lado de uma lagoa fétida (malcheirosa), hoje Largo do Riachuelo” (KAPPEL, p. 27).

[...] Devido ao desconforto, à falta de infraestrutura, e a má alimentação no acampamento, os colonos tiveram um novo contato com a febre Tifo⁴⁷, denominada por eles de febre do Brasil. Este problema obrigou a Cia. União e Indústria a construir no morro da gratidão, uma enfermaria, nas imediações das ruas da glória e dos artistas, denominados pelos colonos de ‘*Krankenhoff*’ (hospedaria dos doentes). O Dr. Romualdo Miranda Ribeiro, auxiliado pelo colono Georg Glatz, que era enfermeiro, conseguiram debelar o surto de febre Tifo, que mesmo assim causou um número de 34 (trinta e quatro) mortes, entre homens e mulheres, sendo quatro casados, cinco viúvos e vinte e cinco solteiros, os quais foram sepultados junto à Lagoa da Gratidão [...] (KAPPEL, 2002, p. 27).

Lisboa (2010), ressalta a epidemia entre os alemães: “[...] muitos foram acometidos pelo tifo e como eles não podiam ser enterrados nos cemitérios católicos (corpo herege), muitos foram enterrados junto à Lagoa da Gratidão (LISBOA, 2010, p. 57)⁴⁸.

Após constantes reclamações dos colonos alemães, a Companhia União & Indústria cedeu terreno no Morro da Gratidão para a construção de um Cemitério e de uma Capela, em 1858. Os imigrantes, acreditavam que “[...] estavam sendo sepultados em locais não considerados ‘sagrados’, como em terrenos próximos à hospedaria, por exemplo” (COSTA, 2007, p. 75).

⁴⁷ Doença infectocontagiosa, produzidas por espécies de *rickettsias* e veiculadas por pulgas, carrapatos e piolhos, apresentando grave comprometimento do estado geral, febre alta que se mantém por algum tempo, alterações cutâneas (AURÉLIO, 2015). Geralmente está relacionada com as más condições de higiene e extrema pobreza.

⁴⁸ Nas proximidades de onde hoje se localiza o Largo do Riachuelo.

Dessa forma, a área foi consagrada em 1860, o cemitério foi doado aos cultos católico e evangélico em 1878. No ano seguinte, foi inaugurada, a capela em honra a Nossa Senhora da Glória (ÁLBUM, 1996, p. 92).

Daí, podemos traçar mais desavenças entre católicos e protestantes na cidade. Em relação ao Cemitério da Glória, “devido à intolerância religiosa existente na época, [...] teve que ser dividido entre católicos e protestantes, razão pela qual existe até hoje a separação de sepulturas” (KAPPEL, 2002, p. 28).

Já Pereira (2018), recorda sobre a disputa da coordenação da Igreja entre os Redentoristas Holandeses e os imigrantes alemães.

A posse pelos Redentoristas da ‘Igreja dos Alemães’, assim como do cemitério atrás da mesma, será motivo de discórdia entre os imigrantes alemães dirigentes do ‘Culto Católico Mariano Procópio’, que até então eram responsáveis pela igreja e cemitério, e os padres holandeses (PEREIRA, 2018, p. 96).

O acordo entre o bispo e os padres redentoristas “promovia a igreja a curato e nomeava o padre Matias Tulkens para o cargo de primeiro cura, de tal modo que ficaram os redentoristas totalmente independentes da Igreja Matriz” (PEREIRA, 2018, p. 97), enquadrando-se na circunstância da reforma católica ultramontana, através do seu compromisso com o catolicismo tridentino, da fidelidade e valorização do papado. Em 1923, durante uma reforma, a Igreja da Glória sofreu invasão e incêndio criminoso, porém foi reinaugurada em agosto do mesmo ano.

Talvez, possamos considerar que os Metodistas tiveram mais confrontos com a Igreja Católica, na maioria das vezes, sob as ofensas dos sacerdotes Tiago Mendes e Hippólito de Oliveira.

O pesquisador Peri Mesquida (1994), vem nos mostrar que os primeiros missionários metodistas chegaram a Juiz de Fora em maio de 1884 e, seis anos depois, fundaram o Colégio Metodista Granbery. Inicialmente, os americanos Samuel Elliot, Hemann Gartner e Ludgero de Miranda alugaram uma residência na Rua Santo Antônio e, em seu piso térreo, montaram uma casa de culto público (MESQUIDA, 1994, p. 124). Durante três semanas após a chegada dos missionários, os primeiros metodistas na cidade, assistiram às pregações do Reverendo James L. Kennedy.

Cordeiro (2008) acredita que o metodismo em Juiz de Fora foi bem recebido, principalmente entre uma elite liberal sensível aos valores norte-americanos, justamente de onde provinham os metodistas.

Não obstante a sociedade juizforana comportasse uma elite vinculada à antiga tradição senhorial, aristocrática, conservadora, católica, ela também abrigava uma elite liberal, republicana, maçônica, positivista, com características modernas e seculares, sensível ao sistema de valores norte-americanos. A imagem liberal e progressista que a cidade, por um lado, deixava transparecer, contribui para atrair a missão metodista (CORDEIRO, 2008, 146).

Entretanto, observamos que a relação destes protestantes com os católicos, foi desafiadora. Os metodistas foram perseguidos, segundo eles mesmos, por pessoas ligadas ao padre Tiago Mendes.

A partir de 1886, os metodistas respondiam, através do jornal *O Metodista Católico* às críticas que lhes eram feitas por padres. O clero da cidade, então direcionado por padre Tiago Mendes, também se utilizava dos jornais para rebater as críticas protestantes. Encontramos como exemplo, o artigo escrito por padre Hippólito de Oliveira, publicado no jornal *O Pharol*, respondendo ao questionamento protestante sobre as imagens dos santos.

“Porque tiramos o chapéu – O culto das Imagens’

Assinado Padre H. Campos

Os autores da Reforma tem pretendido prover ser o culto das imagens uma idolatria. Mas, diz ainda Leibniz, que não pode ser suspeito, depois de haver demonstrado que não se reconhece outra veneração às imagens além de que se refere ao original, não há mais idolatria neste culto do que n’aquele que se rende a Deus e ao Christo [...] (*O PHAROL*, 1890).

Para aumentar de forma acirrada a relação entre católicos e metodistas, padre Tiago Mendes protagonizou inúmeros episódios públicos contra esta denominação, como aponta Paulino Oliveira (1966). Um deles ocorreu quando o sacerdote não aceitou o sepultamento de um indivíduo que fora encomendado por ministro metodista, no Cemitério Municipal.

Sobre o assunto, assim escreveu à Câmara: Para quem não abjurou suas crenças religiosas e se preza de ser filho da Igreja Católica, este fato é grave, revela acinte feito aos católicos e vai de encontro às determinações da Igreja Católica nas exéquias de seus filhos, porquanto ministro algum de qualquer seita dissidente da Igreja Católica pode exercer seu ministério nos lugares consagrados por aquela Igreja. Se o finado, segundo me consta, não pertencia à seita metodista, quem autorizou ao ministro dessa seita invadir o cemitério católico usurpou jurisdição paroquial, encomendando o cadáver de um velho que não lhe pertencia, profanando destarte um lugar destinado para o repouso dos que morrem no grêmio da Igreja Católica (OLIVEIRA, P. 1966, p. 124).

As discussões entre as duas religiões intensificaram ainda mais, a partir da fundação em 08 de setembro de 1889 do Colégio Metodista Granbery. A instituição educacional era a maior da região, influenciada pelos ideais liberais norte-americanos (SILVA, 2015, p. 40), de trabalho, eficiência e democracia liberal. No ano de sua fundação, obteve o apoio dos maçons

A Igreja Metodista, uma instituição eclesiástica com objetivos hegemônicos, procurou aproximar-se desta mesma classe sócio-política em Minas Gerais e recebeu dela o estímulo e o apoio de que necessitava para por em execução seu plano de se fazer presente no Brasil pela educação. Os livros de matrícula do Colégio Granbery em Juiz de Fora revelam que uma grande parte da clientela inicial do colégio era constituída de filhos dos maçons republicanos e de seus amigos⁴⁹.

Em contrapartida, para combater o avanço protestante, um grupo de católicos foi responsável por fundar em 1894, a Academia de Comércio, de fundamental importância para levar aos fiéis, através dos estudos confessionais, os princípios romanizadores que deveriam nortear suas vidas em sociedade.

Ao matricularem seus filhos, a elite juizforana garantiu a sobrevivência desses colégios e também contribuiu para o enquadramento dos jovens e crianças nos parâmetros de sociabilidade do modelo romanizador. As famílias pobres também tiveram acesso a colégios católicos criados pelos institutos e congregações religiosos (CASTRO, 2008, p. 51).

Na sequência, os colégios Stella Matutina, em 08 de setembro de 1902, e o *Santa Catarina*, em 1909, sendo fundados por congregações católicas femininas. Assim o catolicismo e protestantismo, concorriam além do campo religioso, na formação dos profissionais da cidade.

A Academia de Comércio e o Colégio Granbery disputavam a formação dos moços que fariam o projeto de modernização da cidade. A valorização da democracia liberal pregada pelos protestantes metodistas, a conseqüente incompatibilidade entre católicos e protestantes provocou a reação dos conservadores católicos (PEREIRA, 2002, p. 101).

O Colégio Granbery criou as Faculdades de Farmácia e Odontologia em 1904 e, em 1912, a Faculdade de Direito. Segundo Pereira (2018), tais fatos, podem ser considerados como promotores de “[...] uma disputa mais acirrada com os representantes da Romanização e reforma católica ultramontana” (PEREIRA, 2018, p. 152).

⁴⁹BSM-LMFMJF - Cf. Livro de Matrícula Geral dos Irmãos de 1873-1922.

Apesar de acreditarmos que os metodistas voltavam suas missões para uma classe de elite, temos ciência de que o objetivo, na verdade, era atingir toda a sociedade de Juiz de Fora, a partir dos princípios missionários norte-americanos desta denominação que pretendia estabelecer a “civilização cristã” em todo o mundo.

2.1.4 O temor católico frente aos espíritas e aos maçons

Além dos protestantes, sabemos que as ideias liberais do espiritismo não eram bem vistas pela instituição católica. A pesquisadora em Ciência da Religião, Alessandra Viana Paiva (2009) relata que a doutrina Espírita no Brasil teve início na segunda metade do século XX, quando as obras do francês Hippolyte Léon Denizard Rivail, com pseudônimo Allan Kardec⁵⁰, passaram a circular pela elite da sociedade brasileira, que se inspirava na intelectualidade da França. Segundo a doutrina dessa religião, os adeptos do espiritismo recusam “a ideia do fatalismo da ‘vontade de Deus’, oferecida pelas religiões tradicionais” (PAIVA, 2009, p. 36).

Ainda, conforme a pesquisadora, as reuniões espíritas tinham como finalidade estudar a doutrina e praticar as sessões de mesa, tendo em vista a comunicação com o plano espiritual

A Doutrina Espírita, por meio da positividade da sua filosofia de Leis da Justiça Divina e nas evidências científicas da mediunidade, apresentava um grau de plausibilidade, e satisfação intelectual para o vazio das dúvidas e crises que atormentavam essas pessoas (PAIVA, 2009, p. 36).

Riolando Azzi (2000), acredita que desde a fundação do espiritismo em Juiz de Fora, o âmbito religioso da sociedade foi disputado pelos que queriam a permanência de valores religiosos, nesse caso os católicos, e pelos que defendiam os ideais progressistas com características secularizantes, como por exemplo, os kardecistas e os maçons.

Encontramos as primeiras referências ao espiritismo na cidade, em notícia publicada no jornal *O Pharol*, em 11 de novembro de 1882. Tal espaço no impresso anunciava a reunião do *Club do Além-Túmulo*, que seria realizada em um salão mortuário “[...] estando os bilhetes disponíveis na residência do Sr. José Braga para quem desejasse participar. Este clube tinha como secretário, o sr. Alberto Besouchet” (OLIVEIRA, S., 2003, p. 142).

⁵⁰ Para Allan Kardec, sua atividade didática caminhava com a necessidade de busca pelo conhecimento psíquico humano e da transcendência da alma.

Contudo, as primeiras reuniões espíritas registradas, foram realizadas na casa de Gouvêa Franco, vindo do Rio de Janeiro em 1898. A partir desses encontros, fundou-se em 02 de abril de 1901 o primeiro grupo espírita: *Fé, Esperança e Caridade*. Este grupo passou a funcionar na Rua São João Nepomuceno, em residência de Manoel Guedes, mudando-se anos mais tarde para a Rua Antônio Dias, no bairro Granbery. Posteriormente este grupo deu origem ao *Centro Espírita União, Humildade e Caridade*, sendo o primeiro da cidade e o segundo de Minas Gerais, tendo o seu funcionamento na Rua Batista de Oliveira (PAIVA, 2009, p. 36).

A partir do final da década, as reuniões que aconteciam na casa de Albino e Firmina Esteves, impulsionaram o surgimento do *Centro Casa Espírita*, fundado em 26 de maio de 1919.

Sabendo que o tradicional catolicismo de Juiz de Fora tinha pouca afinidade com os padrões modernos, aspirados pelos próprios moradores locais, a doutrina espírita se revelou de maneira pública, de forma mais rápida, do que nas demais cidades mineiras (PAIVA, 2009, p.39-40), pois Juiz de Fora transmitia

[...] uma imagem liberal e progressiva, onde se constituía uma sociedade aberta e receptiva ao debate de novas idéias, Juiz de Fora atraía variados interesses, aparentando ser uma cidade acolhedora e sem preconceitos. Possuía uma sociedade urbana constantemente preocupada em manter e produzir eventos culturais tão interessantes e atraentes quanto os que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro (PAIVA, 2009, p. 37).

O espiritismo, porém, enfrentou alguns problemas com seus adeptos, quanto ao pertencimento dos mesmos a ao julgamento e classificação do “verdadeiro espiritismo” (PAIVA, 2009). Acrescido a esse embate,

[...] em Juiz de Fora, e em outras regiões, era comum que grande parte dos convertidos ao Espiritismo se mantivesse numa posição de transição entre a Igreja Católica e a doutrina espírita, dando margem à existencia de espíritas muito ligados ao Catolicismo (OLIVEIRA, S. 2003, p. 149).

Em meio à popularidade da religião, ainda havia a mentalidade temerária, apontando essa denominação como “[...] uma ‘seita’ que nao deveria ser levada a sério e sim tratada como um ‘passatempo’, uma ‘diversao’, ‘uma mania como outra qualquer e nada mais’”, como apontava um artigo d’*O Pharol* de 1882.

No caso da Igreja Católica, a instituição alertava seus fiéis contra o espiritismo, como podemos comprovar em resolução aprovada nas *Conferências Episcopais da Província Eclesiástica de Mariana*, datada de 1923.

Aos nossos diocesanos fazemos um apelo, para que se mantenham firmes na fé catholica, nunca assistam a pregações protestantes ou sessões espiritas, nunca leiam livros, folhetos, ou jornaes de nenhuma dessas seitas, nunca procurem ou aceitem remédios de curandeiros espiritas, nunca mandem seus filhos a colégios protestantes ou espiritas, nunca tomem parte em festas promovidas pela Maçonaria ou qualquer outra seita e nunca auxiliem inimigos da Egreja na construção de seus templos e escolas (RESOLUÇÕES, 1923, p. 7).

Antes mesmo deste aconselhamento por parte do catolicismo, no *Primeiro Congresso Católico Mineiro* ocorrido em 1910, a Igreja já expunha seu parecer em oposição ao espiritismo e à “sua verdade”, como mencionado por Oliveira (2003).

Durante muito tempo, a instituição católica, considerando-se ‘conservadora fiel e defensora constante da doutrina de Jesus Cristo’ ditou normas, e se colocou contra a ‘magia’, o ‘Espiritismo’ e quaisquer outras instituições ou crenças que se opusessem às ‘suas verdades’ (OLIVEIRA, S., 2003, p. 152).

Outra reação da Igreja Católica de Juiz de Fora à ascensão do Kardecismo se deu a partir de campanhas para que as obras filantrópicas espíritas não recebessem nenhum tipo de apoio dos católicos (OLIVEIRA, S. 2003, p. 59).

A exemplo disso, verificamos a presença das Santas Missões com a tarefa de colocar em prática os princípios da reforma católica ultramontana, “[...] além de fazer uma aproximação dos missionários com o povo e aprimorar a instituição paroquial” (CASTRO, 2008, p. 51).

As obras assistenciais católicas ganharam maior empenho, especialmente a Santa Casa de Misericórdia, a qual prestava serviços de assistência aos doentes, o Asilo Padre João Emílio, que auxiliava meninas e jovens desamparadas, a Irmandade do Pão de Santo Antônio e as Conferências Vicentinas, que se destinavam a amparar os pobres, como expõe Castro (2008, p. 51).

A ação social e caritativa dos católicos funcionava como um poderoso instrumento de fortalecimento do catolicismo na sociedade. Algumas organizações, como a União dos Moços Católicos, o Centro Dom Vital e a Ação Católica, contribuíram para dar uma maior visibilidade à atuação da Igreja na esfera social. A União dos Moços Católicos surge, nos anos 30, como fruto de uma necessidade de integração dos jovens nas expressões de culto e na prática da vida cristã. Com isso, aos poucos a dimensão

social da fé passa a ser valorizada e surge uma preocupação maior com a formação cívica e patriótica do país (CASTRO, 2008, p. 53).

Sabemos que o contexto sociocultural de Juiz de Fora no início do século XX também foi favorável à implantação da Maçonaria, dotada de princípios de civilidade e com ideias de avanço. Os protestantes, os espíritas, os maçons e os positivistas, formavam, inclusive, um grupo que fazia oposição ao predomínio católico na cidade.

A princípio, todos concordavam com a necessidade de um entendimento entre religião e ciência, já que para eles a fé não se opunha ao progresso do homem. Além disso, buscavam através de suas idéias, alcançar a camada urbana letrada, ou seja, a classe burguesa emergente e consideravam a Igreja Católica uma instituição “conservadora e retrógrada, responsável pelo atraso do país” (PAIVA, 2009, p. 40).

Pereira (2018, p. 160) lembra que, em 12 de março de 1870, foi inaugurada a primeira loja maçônica, a Fidelidade Mineira, em casa alugada situada à Rua Direita, sob a liderança de Dr. Christovam Rodrigues de Andrade. Já Castro (2008) salienta que nessa época, “muitos jovens de 20 a 30 anos ingressaram na Maçonaria, passando a usufruir desse moderno espaço de sociabilidade” (CASTRO, 2008, p. 53).

Sabendo da presença de muitos católicos na Maçonaria, presumimos que nem todos podiam ser considerados totalmente conservadores ou progressistas. O memorialista Pedro Nava (2012) registra o incômodo que a Maçonaria, representava para o clero da cidade, e para os cristãos católicos da zona sul da cidade.

Mas pior, muito pior que as fábricas onde os descontentes queriam ganhar mais do que precisavam; pior que o Cinema Farol e o Politeama onde se tentavam timidamente os ensaios precursores da bolina [...] pior que os bordéis, pior que os colégios leigos e que o desaforo do colégio metodista para meninas, pior que a Cervejaria Weiss animada por Brant Horta, Amanajós de Araújo e Celso d'Ávila com guitarras, descantes, declamação de versalhada e as chegadas dos tálburis carregados de “mulheresdamas” - era a maçonaria. Sua loja ficava em plena rua Direita, entre as do Imperador e da Imperatriz, como desafio permanente ao clero diocesano e aos cristãos-novos e velhos do alto dos Passos (NAVA, 2012, p. 24).

A introdução dos jovens na Maçonaria ameaçava a Igreja Católica levando-a a instalar na cidade o Centro Dom Vital. Essa instituição foi trazida para o Brasil por Dom Sebastião Leme e tinha sua sede no Rio de Janeiro. Sua finalidade era a formação de intelectuais leigos dentro da Igreja, tendo como sua obra mais importante em Juiz de Fora a fundação da Faculdade de Filosofia (CASTRO, 2008, p. 53).

Já na década de 1920, a Igreja Católica começou a articular no Brasil a Ação Católica, que teve seu êxito na década de 1930. Marcada, sobretudo, pela presença feminina, Castro (2008, p. 53), afirma que essa Ação foi a manifestação mais importante entre os movimentos que se preocupavam com a militância católica, tão estimulada pela Santa Sé.

O discurso da Igreja buscava alertar os fiéis quanto aos perigos que o progresso representava e às mazelas que ele poderia acarretar. Dessa forma, a missão da Igreja era pregar a verdadeira sabedoria, ancorada nos princípios católicos, e afastar os fiéis dos inimigos da fé e da ordem.

2.2 DOM JUSTINO: O IDEALIZADOR DO JORNAL *O LAMPADÁRIO*

Figura 5 – Dom Justino José de Sant’Ana



O primeiro bispo de Juiz de Fora, Dom Justino José de Sant’Ana foi quem colocou em prática a *boa imprensa* na cidade. Antes de apresentarmos seu objetivo, com a criação do jornal *O Lampadário*, destinamos a contar, ainda que de forma sucinta, a história de vida e de seu episcopado.

Fonte: arquidiocesejuizdefora.org.br

Retomando a trajetória de Justino José de Sant’Ana, verificamos que seu nascimento aconteceu em Aramari⁵¹, distrito que antes pertencia à Alagoinhas (BA), em 12 de dezembro de 1878. Optou por seguir o sacerdócio após sua educação básica em escola Católica.

Riolando Azzi (2000) apresenta brevemente a vida de Dom Justino em seu livro *Sob o Báculo Episcopal*. O autor aponta que em 1898, ao completar vinte anos, o epíscopo entrou para o Seminário Arquidiocesano de Salvador (BA), ordenando-se sacerdote em 1º de novembro de 1904. Em seguida, foi nomeado vigário no município de Saúde de Jacobino, sendo depois transferido para a Paróquia de Barracão e Nazaré. Foi promovido para a freguesia da

⁵¹ Aramari foi elevada à categoria de município em 06 de setembro de 1961, desmembrando-se do município de Alagoinhas, e instalado em 07 de abril de 1963.

Rua dos Passos em Salvador, em 1912. Na sequência, transferido para a freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras⁵², atualmente Diocese de Ilhéus.

Data de 9 de fevereiro de 1912, a posse de padre Justino José de Sant’Anna. Relatos de jornais locais presentes no artigo de Oslan Costa Ribeiro e Janete Ruiz de Macêdo (2014), apresentam muitos conflitos enfrentados pelo sacerdote à frente da então freguesia.

Figura 6 - Igreja de São Boaventura (2019)



Fonte: <https://www.studiofmba.com.br/>

[...] lembramos: a agressão física sofrida por ele por parte do jovem Jachonías Bombinho em plena Sexta-feira da Paixão, os fortes e inúmeros apelos e exortações, através da imprensa local, para que os católicos tomassem consciência do estado deplorável em que se achava a antiga matriz, concitando-os e convidando-os a assumir a causa da construção do novo templo. A terceira e última benção da pedra fundamental ocorreu em 06 de junho de 1912, na festa de *Corpus Christi*. [...] Em novembro do mesmo ano, padre Justino funda a Associação das Senhoras Auxiliadoras da construção da nova igreja matriz de São Boaventura, e publica na edição nº 670, de 24/11/1912, de o “Monitor do Sul”, o estatuto que ele mesmo elaborou (MACEDO; RIBEIRO, 2014, p. 115).

⁵² Criada juntamente com outras freguesias do Arcebispado da Bahia por Dom Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722) em 11 de abril de 1718. Instalada à época no lugarejo por nome Poxim, *Poxy he vocábulo Brasileiro que significa couza fea ou ruim* (CAMPOS, 2006, p. 238). Em meados do século XVIII, por força dos constantes ataques dos indígenas Pataxó foi transferida sua sede para a foz do rio Patipe onde ela se encontra atualmente.

Foi também na paróquia de Canavieiras que padre Justino desenvolveu o apostolado da imprensa, fundando e mantendo o periódico *A Verdade*, demonstrando, conforme Monsenhor Miguel Falabella⁵³ (CASTRO, 2019), a predileção do bispo pela comunicação.

Em 1924, um dia antes de começar as novenas de São Boaventura, em 4 de julho, padre Justino ficou sabendo de que fora eleito pelo Papa Pio XI para ser o primeiro bispo da recém-criada diocese de Juiz de Fora. Sua sagração episcopal ocorreu no Convento dos Franciscanos do Rio de Janeiro, em 20 de Janeiro de 1925 (AZZI, 2000).

Com a fundação da Diocese de Juiz de Fora em 1º de fevereiro de 1924, sob a Bula Pontificia *Ad Sacrosancti Apostolatus Officium* do Papa Pio XI, a Igreja passou a ter liderança no município. Entretanto, a instalação canônica só ocorreu em 1º de fevereiro de 1925, com a chegada de Dom Justino (ARQUIDIOCESE, 2011).

O trajeto de Dom Justino do Rio de Janeiro para Juiz de Fora é descrito por Azzi (2000)

A viagem do Rio a Juiz de Fora foi feita no trem rápido da Central do Brasil, em vagão especial, o que demonstrava o prestígio que a hierarquia católica conquistava junto ao poder público. [...] Na praça João Penido, junto à estação ferroviária, o bispo foi aclamado por uma multidão que o aguardava, recebendo em seguida as boas vindas das autoridades civis, militares e eclesiais. No salão nobre da Associação Comercial revestiu-se dos paramentos pontificais, seguindo em cortejo para a nova sé episcopal [...]. Espalhada pelas calçadas das ruas, a multidão atirava flores, pétalas e papel colorido. A banda militar fechava o cortejo, atrás da qual se apinhavam as pessoas, até a entrada na igreja de Santo Antônio, agora transformada em catedral. Após o ritual de posse do novo bispo diocesano [...], a sociedade local ofereceu um banquete ao bispo no salão nobre do Clube Juiz de Fora, enquanto o povo permanecia nas ruas iluminadas, e a banda militar tocava no Parque Halfeld. Realizava-se na cidade a chegada de um príncipe da igreja, digno de todo o respeito por parte do povo e das demais autoridades; era essa a imagem criada pelo evento (AZZI, 2000, p. 199).

Aspectos observados na literatura juiz-forana nos apresentam traços do episcopado de Dom Justino, que tinha como lema: *O Senhor é a minha fortaleza*. Os impressos *O Lampadário* e *Lar Católico* são publicações da Igreja onde encontramos várias diretrizes aplicadas pelo bispo, principalmente em relação à formação moral dos fiéis juiz-foranos, como veremos em nossa pesquisa.

As tendências papais instruíam as ações de diversos prelados do mundo no intento de que a Igreja estivesse mais próxima da sociedade, objetivando a recuperação de sua autoridade frente à secularização (BEOZZO, 1981), como é o caso do nosso objeto de pesquisa.

⁵³ Nascido em 29 de junho de 1931, era o padre mais antigo de Juiz de Fora, único vivo da época de Dom Justino. Monsenhor Miguel Falabella, morreu às 23h30 do dia 23 de novembro de 2020, na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, em decorrência da Covid-19.

Destacamos em nosso trabalho, mais especificamente neste item, a criação do Seminário Santo Antônio, a realização do *Sínodo Diocesano* e dos *Congressos Eucarísticos Diocesanos*, principais traços do episcopado em questão (AZZI, 2000). Como terceiro traço, de relevância, apresentamos o jornal impresso *O Lampadário*.

Por imposição da Santa Sé ao estabelecer uma nova circunscrição eclesiástica, obrigava-se a construção de um Seminário. Assim, como o grande empreendimento da administração episcopal de Dom Justino foi a construção do Seminário Santo Antônio, inaugurado em 1º de março de 1926. Nos moldes de outros centros de formação sacerdotal, o seminário juiz-forano se situava em um jardim fechado, o “jardim dos eleitos”. Um local sagrado, onde os integrantes escolhidos por Deus são recolhidos “para serem os seus futuros ministros; ali recebem a formação necessária sob a orientação de mestres competentes, aos quais é devida total submissão e obediência” (AZZI, 2000, p. 248).

Figura 7 – Seminário Santo Antônio (Década de 1950)



Fonte: Blog Maria do Resguardo

O Seminário Santo Antônio, previsto na bula de criação da Diocese dois anos antes, registra Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), era a “menina dos olhos de Dom Justino”, recebendo maior empenho episcopal para sua fundação e manutenção. A historiadora Beatriz de V. Dias Miranda (1996), lembra como se dava a iniciação dos seminaristas.

Os alunos chegavam novos ainda, em torno dos 11 anos, e eram entregues por suas famílias aos cuidados dos padres formadores. [...] O que formava o padre eram as regras, o modelo, e o que formava a pessoa eram a disciplina e a piedade. Além disso,

não saiam do seminário, não havia contato com o mundo exterior (MIRANDA, 1996, p. 41).

Observamos que o espaço de formação sacerdotal tinha como finalidade criar uma casa fechada à influência do mundo externo e controlada pelos dirigentes e professores, numa analogia aos quartéis militares onde prevalecia o clima de ordem e disciplina, como descrito em chamada publicada n' *O Lampadário*: “Os alunos não podem receber de fora, nem ter consigo livros, jornais ou revistas nem quaisquer outros objetos, sem a autorização expressa do reitor. A correspondência epistolar, ativa e passiva, é fiscalizada pela reitoria” (O LAMPADÁRIO, 1926, p. 4).

Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), crismado por Dom Justino e único sacerdote vivo até 2020, ordenou-se em 1954 pela imposição do bispo. Falabella recorda que aos nove anos ao saber que tinha ficado órfão de mãe e que estava prestes a entrar na Congregação de Dom Orione, propôs a seu pai que fosse para o Seminário Santo Antônio. Questionado pelo pai, em relação a uma bolsa para Falabella entrar no Seminário, Dom Justino respondeu prontamente: “Está concedida”, recordou Monsenhor, afirmando que o episcopo marcou sua vida (CASTRO, 2019).

Quanto à realização do primeiro *Sínodo Diocesano* e dos *Congressos Eucarísticos*, notamos a forte abrangência de tais eventos promovidos por Dom Justino. Para a pesquisadora em educação Vanessa Barbosa Leite Ferreira (2010), a realização de Congressos pelo país se explica pelo fato de que

Após o advento da República, a Igreja Católica sentiu-se traída e excluída ao ser considerada em condição de igualdade com as demais crenças e principalmente ao perder o título de religião oficial no país, que havia ajudado a construir e civilizar. A recusa à aceitação dessa condição, ao lado de mudanças de hábitos e costumes do povo brasileiro, passaram a preocupá-la e assustá-la (FERREIRA, 2010, p. 62).

No Sínodo Diocesano de 1950, por exemplo, o documento sinodal alertava entre vários temas, à educação católica, a relação entre clérigos com o sexo feminino e as outras denominações religiosas. Quanto ao trato entre os padres e as mulheres, observamos:

Abstenham-se os clérigos de manter mulheres quaisquer familiaridades, ainda que justificadas por motivos legítimos, como ensino de canto, escrituração paroquial, arranjo de igrejas e outros maximamente, se sacerdotes, em se tratando de suas penitentes ou dirigentes espirituais.

[...] Quando viajarem, não conduzam senhoras em sua companhia, exceto sua mãe, suas irmãs reconhecidas como tais, por onde houverem de passar⁵⁴.

Em relação às outras denominações, em especial às evangélicas, Dom Justino pedia aos sacerdotes, no *Documento Sinodal*, que educassem seus fiéis para que os mesmos evitassem participar de qualquer ocasião em que estivessem os protestantes.

Os pastores da alma alertem os fiéis e os imunizem contra a atividade aberta ou disfarçada dos agentes das seitas protestantes disseminadas nesta Diocese, maximamente dos metodistas, dos batistas, dos adventistas, dos testemunhas de Jeová, da Assembléia de Deus e da igreja nacional brasileira, os quais dispõem ampla e insidiosa propaganda em todo o país⁵⁵.

Sabemos por Azzi (2000) que Dom Justino, que havia participado do *Congresso Eucarístico Nacional*, realizado em Salvador (BA), em 1933, convidava os fiéis juiz-foranos a acompanharem a manifestação de fé no evento baiano. Assim também o fez para o congresso realizado em Belo Horizonte (MG), em 1936.

Com intuito de preparar os católicos de Juiz de Fora para o terceiro encontro nacional realizado em 1939, na cidade de Recife (PE), Dom Justino organizou de 14 a 18 de junho de 1939, o *Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano*, com apoio de autoridades civis e militares.

Essa união significava respeito e amor à pátria e à Igreja Católica, como demonstrado no hino do congresso, da autoria de Lindolfo Gomes (AZZI, 2000): “Não temamos o humano respeito / o Brasil veneramos e o Altar / Que o Brasil tem a Cristo no peito / Jamais dele se quer separar”.

A realização dos *Congressos Eucarísticos Diocesanos*, mobilizou milhares de fiéis da cidade, demonstrando mais uma vez a autoridade e penetração das convocações episcopais feitas por Dom Justino. O primeiro *Congresso* foi realizado entre os dias 14 e 18 de junho de 1939. As solenidades públicas aconteceram na praça de desportos, cedida pelo Alto Comando da Quarta Região Militar, contígua à praça Doutor Antônio Carlos. Segundo Azzi (2000), “a celebração do congresso devia colocar em evidência para a população e as autoridades de Juiz de Fora a presença e a força da instituição católica dentro da vida social” (AZZI, 2000, p. 310).

Verificamos na obra do Cônego Maximiliano de Oliveira (1976, p. 106) o trecho da carta pastoral de Dom Justino que apresenta a logomarca e o convite à sociedade juiz-forana

⁵⁴ Sínodo Diocesano – 1950 – Art. 21-24.

⁵⁵ Sínodo Diocesano – 1950 – Art. 178-179.

para o *Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano*, a que Dom Justino se refere como evento “eminente social”.

No dia 1º de maio em que todo mundo comemora a festa do trabalho, tivemos o prazer de falar da participação de todos os trabalhadores nesta assembléia eminentemente social, que é o Congresso Eucarístico. O Congresso Eucarístico vai realizar-se na cidade do trabalho. Juiz de Fora, o orgulho de possuir este título: ‘cidade do trabalho e da instrução’.

Contemplemos de relance o cartaz de propaganda do Congresso: As grandes chaminés das nossas fábricas significam a vida laboriosa de nossa cidade. A vida de trabalho que glorifica nossa gente. Uma cúpula a direita representa o edifício da Prefeitura, o governo que preside os destinos da vida cívica deste povo ardoroso e ativo.

Ao lado, um pouco acima, os vultos e silhuetas das torres de duas igrejas, Catedral e Glória, simbolizando a vida religiosa, a vida espiritual de Juiz de Fora.

No alto da montanha, o monumento de fé, de esperança e de amor do povo desta terra a Cristo Redentor.

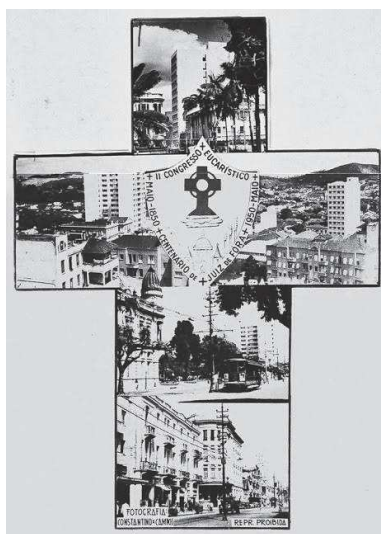
A estátua de Cristo, no pedestal magnífico da montanha sobrepõe a cidade do trabalho e da vida.

Ao alto, sobre um cálice em ouro, a hóstia branca, o sol eucarístico, o mistério da fé, ilumina toda cidade, enchendo-a de luz e de vida.

Eis a síntese do Congresso Eucarístico Diocesano de Juiz de Fora.

Eis um contexto mais sintético, mais vital da significação desse grande certame de fé (OLIVEIRA, 1976, p.106-108).

Figura 8 – Cartaz de apresentação do IIº Congresso Eucarístico de Juiz de Fora



Fonte: Blog Mauricio Resgatando o Passado

No dia 27 de maio de 1950, por ocasião das solenidades do centenário de Juiz de Fora, realizou-se o *Segundo Congresso Eucarístico* que se encerrou no dia 31, data de comemoração do aniversário da cidade.

Segundo Azzi (2000), o evento era mais uma tentativa de evidenciar a presença da Igreja Católica na sociedade juiz-forana através de grandes rituais religiosos em espaços públicos.

Dom Justino julgava-se no dever e no direito de participar ativamente nas comemorações centenárias, daí tomava iniciativas próprias (AZZI, 2000, p. 311).

Figura 9 – IIº Congresso Eucarístico de Juiz de Fora – Sport Club (1950)



Fonte: Blog Mauricio Resgatando o Passado

Esse Congresso representou o mais significativo momento da influência da Igreja Católica em Juiz de Fora, uma vez que acreditava ser da denominação a responsabilidade de conduzir a cidade ao verdadeiro progresso, como enfatizado no trecho do hino, composto por J.C.B: “Juiz de Fora! Que as tuas vitórias / Se conquistem à sombra da cruz! E te seja a mais pura das glórias / Conservar tua fé em Jesus!” (AZZI, 2000, p. 312).

Além da imprensa católica, a imprensa laica divulgou a grande manifestação de católicos no Congresso. No jornal *Diário Mercantil* (1950), encontramos a referência ao Congresso na matéria *A Igreja no Centenário de Juiz de Fora*.

Dentre as numerosas solenidades com que se comemoram o nosso centenário, não se podem ter passado despercebidas as solenidades do segundo Congresso Eucarístico Diocesano, um espetáculo de fé cristã, que marcou indelevelmente o importante papel desempenhado pela Igreja Católica no nosso meio (DIÁRIO MERCANTIL, 1950).

Segundo Azzi (2000, p. 308), as manifestações públicas demonstravam a força da Instituição através da participação de um grande número de fiéis; reafirmava a hegemonia da fé católica marginalizando as outras denominações religiosas; demonstrava a força política vinculada na numerosa aglomeração, advertindo ao governo nacional que deveria ajustar suas ações sob a orientação da doutrina católica; e mostravam que o país deveria se transformar num território verdadeiramente cristão (AZZI, 2000).

Para Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), o episcopado de Dom Justino significou para cidade um avanço do catolicismo, assim como sua presença junto à sociedade local, através da fundação do Seminário, da comunicação social com a imprensa e da sua presença como bispo. Castro (2019) afirma que Dom Justino “foi um Bispo muito presente, muito presente... Ele não passava um domingo sem ir a uma paróquia. Não ficava só na Catedral não. Eu diria, parece que ele antecedeu Papa Francisco, a igreja em saída” (CASTRO, 2019).

Figura 10 – Velório Dom Justino José de Sant’Ana



Os veículos de comunicação noticiaram a morte de Dom Justino José de Sant’Ana, em 09 de julho de 1958, vítima de um colapso cardíaco, três meses antes do falecimento do Papa Pio XII.

Fonte: Blog Maria do Resguardo

Monsenhor Falabella (CASTRO, 2019), no entanto, acredita que o bispo morreu em decorrência das complicações de um câncer intestinal, que na época não era noticiado e não dispunha de tratamento “avançado”, como nos dias de hoje.

Atualmente, o corpo de Dom Justino se encontra enterrado em uma gaveta, localizada no interior da Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

3 EXPOSIÇÃO SOBRE O DISCURSO DA IGREJA N’O LAMPADÁRIO (1926-1928)

Neste último capítulo de nossa pesquisa, aprofundamos o estudo de caso sobre o discurso da Igreja Católica no jornal *O Lampadário*, entre os anos de 1926 e 1928. Inicialmente, apresentamos a *boa imprensa*, veículos de comunicação confessionais que divulgavam a

doutrina católica, bem como alertavam os fiéis contra o que era considerado proibido para os praticantes do catolicismo.

Na sequência, explicamos brevemente o que é a linha editorial dentro da comunicação, descrevendo também a linha editorial do impresso pesquisado. Abordamos, conforme divisão estabelecida na pesquisa, os discursos relacionados à modernidade, às outras denominações diversas do catolicismo, e em relação aos artigos sobre moral e sociedade. Finalizamos este capítulo com uma síntese interpretativa dos artigos analisados, para uma possível hermenêutica sobre o discurso da Igreja Católica no início do século XX.

3.1 A BOA IMPRENSA

Desde a Carta Pastoral Coletiva de 1890⁵⁶, a imprensa foi um dos organismos importantes para a Igreja Católica, evidenciando a urgência de criação e difusão de órgãos confessionais, que recebeu a denominação de *boa imprensa*. Azzi (1994, p. 27) nos aponta que a Igreja se preocupava com a informação e formação dos fiéis católicos no sentido de melhor esclarecer os mesmos sobre as crenças e as religiões.

Para a historiadora Ana Claudia Ribas (2020), com a *boa imprensa* o clero brasileiro tinha grande interesse “[...] em recuperar seus privilégios perdidos com a República e restabelecer sua influência na esfera pública e política, utilizando-se entre outros artifícios, da Boa Imprensa” (RIBAS, 2020, p. 38).

Segundo Ivan Aparecido Manoel (2004), o ultramontanismo, por se tratar de um conceito que abrange um amplo período (1800-1960), foi marcado por continuidades e modificações. Três são as principais mudanças: num primeiro momento, entre os pontificados de Pio VII (1800-1823) e Pio IX (1846-1878), a condenação ao mundo moderno ficou no âmbito do discurso (Encíclicas papais); na sequência, num segundo momento, marcado pelo pontificado de Leão XIII (1878-1903), o discurso era fortificado pela ação concreta na realidade e pela aceitação, mesmo que parcial e restritiva, da noção de democracia; por último, num terceiro momento, entre os pontificados de Pio X (1903-1914) e Pio XII (1939-1958), teria sido

⁵⁶ Resposta da Igreja ao Governo Provisório, que extinguiu o Padroado e separava a Igreja do Estado.

marcado pela *Ação Católica*⁵⁷, sobrepondo a prática ao discurso, o que contribuiu para o surgimento das contradições que levaram ao Concílio Vaticano II⁵⁸.

Por meios de pesquisas, sabemos que Papa Leão XIII⁵⁹ foi responsável por distinguir a “boa” e a “má” imprensa, a partir de uma classificação hierárquica, na qual a primeira era vista como uma das principais formas de conservação da fé na sociedade, e sua opositora, a “má imprensa” (imprensa laica), seria a ameaçadora da ordem social, pois criticava o catolicismo e os fundamentos cristãos da sociedade. Assim, segundo Ribas (2020),

Tudo o que fosse publicado e estivesse em perfeita sintonia com os discursos oficiais do catolicismo, e que pudesse contar com a supervisão direta de um representante do clero passou a ser denominado de Boa Imprensa. Desta forma, os fiéis católicos eram aconselhados a lerem apenas as publicações provenientes e indicadas pela Boa Imprensa (RIBAS, 2020, p. 24).

A *boa imprensa*, nas últimas décadas do século XIX, período da reforma católica ultramontana, era apoiada por “[...] todo o episcopado brasileiro, cujo objetivo principal era fazer oposição direta à imprensa liberal e maçônica, com seus ataques à instituição católica”⁶⁰

Nessa época, teve continuidade o discurso de formação e de propagação da *boa imprensa* com o papa Pio X, que considerava a imprensa católica mais importante que a construção de igrejas e escolas católicas:

Em vão construireis igrejas, pregarei missões e fundareis escolas; vossas melhores iniciativas e todos os vossos esforços serão aniquilados se não empunhardes, ao mesmo tempo, as armas defensivas e ofensivas de uma imprensa que seja católica, leal e sincera (KOEPE, 1957, p. 592).

Ribas (2020) aponta que o foco do discurso era “[...] em campanhas de higienização e moralização da sociedade, e empreendendo uma batalha contra o liberalismo, o comunismo, o protestantismo e o espiritismo, que, segundo sua ótica, ameaçavam o bom andamento da sociedade” (RIBAS, 2020, p. 28). A autora ainda expõe que a imprensa católica era

⁵⁷ Em *A ação católica brasileira: notas para estudo*, Manoel tece apontamentos sobre a Ação Católica e sua inserção no Brasil. Na concepção do autor, a Ação Católica surgiu a partir do pontificado de Pio X (1903-1914) e foi marcada pela ação substituindo o discurso por si só. Nesse sentido, ações concretas, organizadas e hierarquizadas contra o mundo moderno seriam realizadas pelo laicato em conjunto com o clero. Manoel, I. A. (2008). *A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 21, 207-215.

⁵⁸ Cf. Manoel, I. A. (2008). *A Ação Católica Brasileira: notas para estudo. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 21, 207-215.

⁵⁹ Foi papa entre os anos de 1878 e 1903.

⁶⁰ Cf. CMIJF, 1900-1925, p. 50.

[...] dirigida e supervisionada pelo clero, cujo objetivo centrava-se na normatização de costumes dentro dos preceitos cristãos.

A Igreja Católica nutria uma constante preocupação com a fragilidade de sua visão de mundo, com a estruturação e o controle social, com a normatização de costumes. Acreditando ser necessário “ancorar o oscilante edifício da ordem social”, passava a fornecer representações normativas a seus fiéis, também através da Boa Imprensa (RIBAS, 2009, p. 11-12).

Pereira (2018) dialoga com Ribas (2020) nos explicando que a utilização da chamada *boa imprensa*, assim como os veículos laicos, seria um importante instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, “[...] fazendo emergir sujeitos dotados de consciência em determinadas épocas e suas práticas sociais” (PEREIRA, 2018, p. 43).

Frei Oscar Lustosa⁶¹ (1983), pioneiro no desenvolvimento de estudos sobre a imprensa católica, afirma que, no Concílio Plenário Latino-Americano (1889), nas Pastorais Coletivas do episcopado brasileiro (1890, 1900, 1910, 1915) e nas cartas pastorais, a abordagem sobre a inserção do catolicismo na imprensa se apresentava como preocupação recorrente da Santa Sé (LUSTOSA, 1983, p. 5-6).

Os bispos brasileiros escreveram na Pastoral Coletiva, em 1890, seguindo as orientações dos pontífices romanos, um reforço à importância da imprensa católica:

Há porem uma forma de que quiséramos ver-nos revestir hoje mais particularmente o vosso amor para com a Igreja; quiséramos ver-vos todos empenhados na difusão da imprensa católica, como um meio de atalhar, quanto possível, os estragos da imprensa ímpia (LUSTOSA, 1983, p. 38).

Os bispos se engajavam “na luta pela implantação e sustentação do que eles chamam de ‘Boa Imprensa’” (LUSTOSA, 1983, p. 5), a partir de “um trabalho sério e organizado em favor da imprensa católica” (LUSTOSA, 1983, p. 22). Mas destacamos que, além do clero, essa vertente da imprensa, também era formada por leigos intelectuais, produtores dos conteúdos publicados nos periódicos católicos da época.

Nesse sentido, Ribas (2020) afirma a importância desses leigos para a discussão dos diversos assuntos, além dos religiosos.

Para a produção e o sucesso dos discursos veiculados pela Boa Imprensa, assim como para efetivação dessa simbiose entre discursos religiosos, políticos e médicos, se fazia

⁶¹ Licenciado em Filosofia, bacharel, doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e professor universitário, presidiu o Centro de Pesquisas e Estudos de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB).

necessário que não apenas intelectuais da própria Igreja, mas também intelectuais leigos estivessem dispostos a colaborar (RIBAS, 2020, p. 48).

Além dos leigos, com o intuito de desenvolver a imprensa católica e conquistar conseqüentemente, uma intervenção na sociedade, uma rede de informações formada pelos internúncios e núncios apostólicos tinha o propósito do favorecimento e da coordenação da *boa imprensa*, para a tomada de decisões.

Ao se basear em jornais, cartas pastorais e Pastorais Coletivas, Lustosa (1983) nos indica uma periodização para a *boa imprensa*, iniciada a partir dos anos de 1830 e dividida em quatro fases

1ª - *fase de iniciação* (1830 (?) – 1860), sendo dominante o empirismo, o artesanato e a dispersão da iniciativa.

2ª - *fase de consolidação*. A *Imprensa Católica* toma dimensões (1870- 1900) mais amplas, torna-se mais informativa, sempre sobre a vida interna da Igreja e também entra em uma perspectiva polêmica.

3ª - *fase de organização e articulação* (1900/1945). Os responsáveis do jornalismo católico se preocupam mais com a infraestrutura do jornal. Funda-se o *Centro da Boa Imprensa e a Liga correspondente*. Há tentativa de centralização de informações com a agência de notícias católicas.

4ª - *fase de especialização* (1945/...). A ampliação dos meios de comunicação social, as inovações tecnológicas, os desafios levantados na área do periodismo, especialmente, provocam uma tomada de consciência da hierarquia e dos jornalistas católicos sobre a necessidade de reformular a política eclesial sobre este problema (LUSTOSA, 1983, p. 12, grifos do autor).

Assim, *O Lampadário*, nosso foco de pesquisa, se enquadraria na terceira fase, apresentada por Lustosa (1983), onde ocorre na *boa imprensa*, a “reorganização e coordenação” hierárquica eclesial e pelos leigos, conforme determinações da *Santa Sé*, do *Concílio Plenário Latino-Americano*, das *Pastorais Coletivas* e dos *Congressos Católicos*⁶².

Em relação às cartas pastorais, Lustosa (1983) acreditava que seriam o “coro unânime de valorização do papel da Imprensa na sociedade moderna” (LUSTOSA, 1983, p. 22-25), contudo essas não foram escritas nos grandes centros católicos da época⁶³, portanto, não representando, dessa maneira, o “pensamento da hierarquia” eclesiástica, ou seja, não sendo o “coro unânime”, mencionado por Lustosa (1983).

A partir de então a *boa imprensa* passou a ocupar um lugar de destaque, levando à criação da Associação da Boa Imprensa e de um jornal de alcance nacional (LUSTOSA, 1983,

⁶² O Primeiro Congresso de Jornalistas Católicos, realizado de 31 de março a 4 de abril de 1910.

⁶³ As principais dioceses brasileiras no início do século XX eram: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Salvador (BA) e Recife (PE).

p. 17-18). Foram então fundados o Centro da Boa Imprensa e a Liga da Boa Imprensa, com o intuito de melhor articular e convergir os esforços para a definição do “modelo de um jornal católico”.

Entretanto, segundo Lustosa (1983), o episcopado brasileiro, mesmo com o investimento na imprensa, resistiu à proposta de criação de um jornal em nível nacional, comprovando a existência de vários projetos de recristianização social, distintos dos da Santa Sé e dos representantes pontifícios.

Em 1921, foi fundada a revista *A Ordem*, também idealizada por Jackson de Figueiredo. Essa publicação foi incorporada pelo Centro e se tornou o seu principal órgão de divulgação (LUSTOSA, 1983).

Além disso, a fundação do Centro Dom Vital, em 1922, liderada por Jackson de Figueiredo, permitiu nacionalmente a articulação da intelectualidade católica leiga, em favor da criação de vários periódicos católicos pelo Brasil (LUSTOSA, 1983, p. 20-21).

Assim como os demais jornais pertencentes à *boa imprensa*, *O Lampadário*, publicava artigos que se referiam à obrigação dos católicos de sustentar os órgãos da *boa imprensa* que defendia a causa da Igreja, combatia o protestantismo, a maçonaria, as outras crenças e o feminismo, como veremos mais a frente, nesta pesquisa.

3.2 A LINHA EDITORIAL D'O LAMPADÁRIO

A linha editorial jornalística é explicada por diversos autores do jornalismo, como o pesquisador Luiz Beltrão (2006). O autor é um dos teóricos mais importantes sobre este tema, e se vale do termo política editorial, na obra *Teoria e Prática do Jornalismo*. Beltrão (2006) define tal política como sendo o posicionamento ideológico do jornal, que pode interferir na escolha do que é ou não transformado em notícia e na importância que determinado episódio ganha na edição.

[...] na avaliação de um fato para a publicação, o jornalista deve sempre ter em mente a política editorial, isto é, a orientação ideológica do jornal para o qual trabalha e do público para o qual se dirige [...]. Os namoricos de um príncipe nenhum valor têm para um diário trabalhista, cujos leitores são em sua maioria operários e gente da classe média, mas são postos em relevo pelos jornais sustentados pelas classes nobres e abastadas (BELTRÃO, 2006, p. 88).

Já para o sociólogo francês Érik Neveu (2006), a chamada linha editorial é definida pelo diretor de redação, mas também é influenciada por um grupo de acionistas do veículo, do seu diretor geral ou de uma sociedade de redatores, podendo ser traduzida num posicionamento político no sentido amplo

[...] na escolha do tipo de informação e do tratamento do fato que a publicação privilegiará. Ela se traduz em cada edição na escolha dos acontecimentos a ser valorizados, ao ângulo sob a qual os cobrir: é preciso dar a primeira página à queda de um Concorde ou não? Valorizar a emoção ligada ao drama ou propor um comentário distanciado sobre segurança do transporte aéreo e a saturação dos aeroportos parisienses? (NEVEU, 2006, p. 77).

No Brasil, José Marques de Melo (2003), pioneiro da pesquisa em jornalismo, faz uso da mesma terminologia de Neveu (2006). Neste caso, a linha editorial se aplica nos órgãos de comunicação, ao praticar a seleção do que vai ser divulgado.

A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição, privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e omitindo diversos (MELO, 2003, p.75).

Dessa forma, observamos que as notícias escolhidas e produzidas são semelhantes, a partir de um princípio que norteia e dita as redações jornalísticas. Nesse sentido, Beltrão (1980), observa que a política editorial se fundamenta em diversos elementos, como:

as convicções filosóficas do grupo; as informações e relações que envolvem o tema proposto; as sondagens e pesquisas realizadas na área de circulação e influência do veículo; a experiência jornalística dos chefes de redação, algumas vezes mesmo reunidos em conselhos editoriais; e, finalmente, os interesses econômicos da empresa (BELTRÃO, 1980, p. 19).

Observamos que, para os autores citados, há influência no que é noticiado e como se noticia, através de uma espécie de norma definida pela direção do jornal. Acrescentando a essas opiniões, Tânia Regina de Luca (1999) afirma que os “[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias” que carregam em seu discurso crenças, interesses, valores de seus editores e mantenedores. Cabe ao pesquisador “[...] identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos” (LUCA, 1999, p. 140-141).

Em relação ao *O Lampadário*, nos propomos a descrever algumas características que conduzem à linha editorial deste impresso, idealizado por Dom Justino José de Sant’Ana, sendo uma das principais ações de seu episcopado.

Como veículo da *boa imprensa*, *O Lampadário* incentivava seus leitores a apoiarem os periódicos voltados à divulgação dos ideais católicos. Nesse sentido,

[...] o gerente Antenor Mota fazia um apelo para que os católicos amparassem a “boa imprensa”. Por seu turno, o publicista Onofre de Andrade também declarava: “nós católicos nos descuidamos, às vezes, do dever de auxiliar a imprensa para que defenda as nossas ideias (AZZI, 2000, p. 283).

Conforme Azzi (2000), como as diretrizes para a vida moral e social do país eram marcadas pela Igreja, era necessário que as pessoas também tivessem o conhecimento sobre o que acontecia dentro da instituição, ou seja, era necessário também entender o funcionamento da Igreja. Embora fosse imprescindível a maior presença do catolicismo nos veículos de comunicação,

O Lampadário apresenta-se com uma marca profundamente “diocesana e paroquial”, ou seja, limitando suas notícias à esfera eclesial, e apresentando-se assim como um periódico marcadamente clerical. Dessa forma, essa visão de bitola estreita coadunava-se perfeitamente com o modelo da restauração católica e da neo-cristandade (AZZI, 2000, p. 282).

Já na primeira edição do impresso, verificamos seu objetivo de circulação e sua oposição em relação à publicação de matérias polêmicas que, conforme o editorial, “[...] arruinam e matam, promovendo o mal e não o bem da sociedade que desejamos acima de tudo” (O LAMPADÁRIO, 1926, p. 1). Assim, o periódico se dispunha a

Publicar o relatório da Cúria Diocesana, levar ao conhecimento do público a vida religiosa das paróquias, estimulando assim, entre si, os respectivos párocos, proporcionar ao povo em geral, mais um meio ao conhecimento do que for necessário para o progresso da sua vida espiritual e também material, eis o motivo d’*O Lampadário*. E, assim, respigando aqui e acolá, nos livros, nos jornais, na vida comum, um exemplo, uma lição, um conselho, um aviso, uma ideia luminosa. *O Lampadário* irá levando a todos aos naufragos do mundo, batido das tempestades do século, o porto feliz a posse tranquila da suprema bem aventurança (O LAMPADÁRIO, 1926, p.1).

O subtítulo *Pro Deo et Patria*, traduzido para o português: *Por Deus e pela Pátria*, reforçava uma conotação apologética do jornal, “[...] em defesa da doutrina e da organização

católica, em fase de afirmação no país” (AZZI, 2000, p. 283). Este emblema, na verdade, juntamente com a opinião do redator chefe, Glicério Lino de Sant’Ana, resumia o que era publicado n’*O Lampadário*, que recebia pouca colaboração das lideranças católicas da cidade. Preocuparam-se em construir um discurso em nome de Deus e em defesa da pátria, dirigindo-se à legitimação e dando ao público leitor a ideia de aliança entre Igreja e governo. Sobre essa aliança entre Igreja e Estado, Costa (2018) explica que

O poder eclesiástico, então, sabendo de sua influência perante a sociedade, ajudava o governo vigente e continuava a exercer seu papel de instituição moralizadora. Ambos os poderes tinham uma característica em comum: a preocupação demasiada com a permanência da ordem e dos “bons costumes” (COSTA, 2018, p. 83).

Embora recebesse notícias vindas das paróquias e de seus sacerdotes, assim como de outros periódicos religiosos da época, *O Lampadário* se pautava pela opinião do editor, definida como o julgamento que se fazia “sobre determinado problema ou questão o grupo de elite” (BELTRÃO, 1980, p. 19) que mantinha o veículo, neste caso, a Igreja Católica.

O Lampadário era publicado semanalmente, em quatro páginas de formato pequeno, contudo, a partir de 28 de agosto de 1927, passou a ser impresso em tamanho tabloide (AZZI, 2000, p. 284), e nessa edição de número 77, dirigiu-se aos leitores explicando no artigo de capa *Nova era: O Lampadário*, a importância do novo formato, como verificamos a seguir:

Vivendo do favor público e da generosidade dos católicos, fazia-se mister ampliar as colunas, a fim de melhor atender aos interesses que defendemos. No intuito, pois, de melhor servir aos que auxiliam o empenho dessa boa causa, pedimos aos nossos assistentes de avisar à gerência, sempre que houver irregularidade na entrega desta folha; bem como aos reverendíssimos párocos desta diocese, de que somos órgão oficial, a fineza das notícias religiosas e sociais de suas paróquias, nossos correspondentes naturais que são Suas Reverências (NOVA, 1927, p. 1).

No trecho podemos observar que o público d’*O Lampadário* era formado, em grande parte por clérigos, religiosos, seminaristas, e membros de associações religiosas, ainda que no seu primeiro editorial, se admitia uma amplitude além da eclesiástica em relação à abrangência de leitores: “[...] proporcionar ao povo em geral, mais um meio ao conhecimento do que for necessário para o progresso da sua vida espiritual e também material [...]” (O LAMPADÁRIO, 1926, p. 1).

O impresso vendido por meio de assinaturas era composto, em suas cem primeiras edições pesquisadas, por colunas especialmente de cunho eclesial, mas também por matérias e

artigos relacionados à cidade, ao estado, ao país e às outras nações, além de mensagens religiosas e do evangelho da semana.

Poucas foram as ilustrações presentes no período pesquisado do jornal, onde verificamos cinco fotos. A primeira, estampada na edição trinta e oito, de 14 de novembro de 1926, recebia a manchete *O novo governo da República*, com foto referente à eleição do presidente Washington Luiz e do vice-presidente Fernando Mello Vianna. A segunda publicação ilustrada foi impressa em 12 de dezembro do mesmo ano, correspondendo à edição de número quarenta e dois. A foto de capa centralizada com Dom Justino, fazia uma homenagem ao seu aniversário natalício.

Em 09 de janeiro de 1927, a edição quarenta e seis, vinha com a foto de apresentação do padre Gustavo Coimbra Freire, como primeiro vigário da então criada paróquia de São Mateus, em localidade homônima

Figura 11 – Capa O Lampadário – Inauguração da Maternidade



Fonte: O Lampadário, 1927, p. 1

Nas edições cinquenta e cinquenta e três, encontramos novamente a foto do bispo de Juiz de Fora. A manchete da primeira era intitulada *O anjo da Diocese de Juiz de Fora* e apresentava o primeiro ano do episcopado de Dom Justino, já a segunda capa, fazia referência ao ano inicial de circulação d'*O Lampadário*, fundado pelo bispo.

É também a partir de janeiro de 1927 que o jornal passa a publicar publicidades e colunas de temas que mais interessavam à Igreja, em relação a sua orientação e regulação social. As colunas eram: *Notas e Notícias*, *Perseguição religiosa no México*, *A moda*, *Senhorita: A moda*,

Na edição seguinte, datada de 16 de janeiro, verificamos a terceira ilustração d'*O Lampadário*, com foto de inauguração da Maternidade Teresinha de Jesus, solenidade que contou com a presença de Dom Justino. Essa capa retrata o prestígio que o episcopo tinha na cidade, estando presente em diversos acontecimentos sociais locais.

Imperialismo e Protestantismo, Evangelho, Pelo Ensino Religioso, a nota *O Seminário e Governo Diocesano*, esta última apresentando notícias internas da Igreja, referentes à Cúria Metropolitana e ao Clero local.

Nota-se a preocupação editorial em relação ao sexo feminino a partir das duas colunas destinadas ao enquadramento das mulheres na sociedade. O Ensino Religioso e o protestantismo, presentes em colunas específicas do periódico representa outra apreensão da Igreja, levando-nos a constatar os assuntos mais visados pelo jornal, que na sequência dividimos em temas para exposição nesta pesquisa, a saber: *Desafios Modernos, Outras Denominações e Moral e Sociedade*.

3.3 TEMAS DO JORNAL *O LAMPADÁRIO*

Em nossa pesquisa no acervo do Arquivo da Arquidiocese de Juiz de Fora, situado na Cúria Metropolitana⁶⁴ desta cidade, encontramos os exemplares do jornal *O Lampadário* de 01 de março de 1926, a 05 de janeiro de 1969, quando foi extinto pela Comissão de Administração da Arquidiocese e se transformou em boletim do jornal *O Lar Catholico*, até 1973 (ARQUIDIOCESE, 2020).

Sendo assim, grande parte da nossa pesquisa se baseia na exposição documental, a partir do periódico *O Lampadário*, e de livros que nos ajudam a construir uma hermenêutica mais acurada dos discursos presentes no jornal. Como nos propõe Jaques Le Goff, “o documento é monumento”, resultado de esforço das sociedades históricas para atribuir ao futuro, de forma voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 1984).

De início, pensávamos em pesquisar o jornal e o seus discursos, contudo abrangemos a sua categoria de mídia, estudando também o movimento social contido nele, um ambiente para a manifestação das ideias da Igreja, que comunicavam suas ações de militância e o ataque a seus inimigos. Empenhamos no propósito de descrever analiticamente o discurso produzido pela Igreja Católica em suas contextualizações conjunturais.

Embora tenhamos a ciência da importância da construção do discurso em nome de Deus e em defesa da pátria, a fim de legitimar a ideia de aliança entre Igreja e governo, não nos propomos analisar diretamente o tema igreja *versus* política nesta pesquisa; citamos apenas

⁶⁴ Avenida Barão do Rio Branco, 4516, bairro Alto dos Passos.

algumas visões da Igreja no que tange aos discursos referentes ao socialismo e ao comunismo, apresentados n' *O Lampadário*.

Assim, focamos nosso trabalho em quarenta e cinco artigos publicados em cem primeiras edições d' *O Lampadário*, no intento de apresentar os principais discursos da Igreja Católica a partir de triagem e classificação do material pesquisado em categorias, para o desenvolvimento desta pesquisa: *desafios modernos, outras denominações, moral e sociedade*.

Foram escolhidas as cem primeiras publicações, pois observamos nestas o empenho da Igreja em levar aos seus leitores todos os critérios da *Boa Imprensa*, para manutenção dos fiéis na instituição em meio ao cenário urbano juiz-forano.

Verificamos um grande número de artigos sobre os temas por nós analisados e dessa forma, optamos em reunir nesta pesquisa os que eram recorrentes e os que geravam mais apelo direto à sociedade da época.

Observamos que a maioria das publicações de cunho crítico não possuíam autoria. Nos propomos a transcrever os artigos conforme a norma padrão da língua portuguesa atual, para um melhor entendimento dos leitores da nossa pesquisa, nos valendo da escrita da época apenas nos títulos dos textos apresentados.

É de se observar também que as cem primeiras edições, de cunho mais apelativo, vão, com o passar dos anos, se tornando cada vez mais pastorais e perdendo sua rigidez. Tanto que, a partir de 1928, já verificamos matérias com menos apelo em seu aspecto de influência social.

Notamos no encadernamento das edições pesquisadas, que as publicações do ano de 1926 encontram-se num melhor estado de conservação em relação ao ano posterior, de 1927. O encadernamento deste segundo ano, encontra-se com suas margens corroídas possivelmente por traças e cupins.

Na sessão *Desafios Modernos*, separamos notícias que faziam referência a temas que de alguma forma, atingiam a Igreja e que eram tratados como ameaça à participação dos fiéis na religião, como, por exemplo, o progresso urbano das cidades.

Como modelo, citamos um artigo sem autoria, que criticava a civilização moderna: “Mas este progresso, que é a civilização em si mesma – consiste no aperfeiçoamento das ciências, das artes, das indústrias, das leis e costumes, tem-se verificado, de modo assombroso, a respeito das primeiras coisas, e não a respeito dos costumes” (A CIVILIZAÇÃO, 1926, p. 2).

Todos os artigos que faziam críticas às denominações diferentes do catolicismo, às práticas de superstição, enquadram-se na subdivisão *Outras Denominações*. Incluem-se nesse

tema inúmeros artigos que incentivavam os fiéis católicos à não participação no protestantismo, na maçonaria e no espiritismo kardecista, por exemplo.

Esta última doutrina, é uma das denominações que mais recebia crítica no jornal, como observamos no trecho que indaga sobre a crença: “Que é o espiritismo? É a seita ou filosofia do grande Allan Kardec, que admite as manifestações das almas dos mortos, e que, de algum modo, quer sujeitar a vontade do Eterno Criador à vontade humana” (O ESPIRITISMO, 1926, p. 1).

O pré-julgamento às religiões dessemelhantes da católica, era uma das defensivas mais demonstradas nos artigos d’*O Lampadário*, sempre alertando seus fiéis para não frequentarem outros espaços religiosos que não fossem os templos católicos.

No tema *Moral e Sociedade*, procuramos englobar todos os artigos relacionados às apreciações sobre a moda feminina; igualdade de gênero; o casamento e o divórcio; o Ensino Religioso; o suicídio; a proibição de danças, de leituras e de sessões de cinema.

Prioritariamente, os temas abarcados neste bloco destacam a família e a mulher, incidindo discursos normatizantes, que anseiam pela criação de identidades de gênero, fundamentando as representações de homens e mulheres, a partir de limites aos espaços sociais destinados a cada um dos sexos, bem como fazem referência à responsabilidade sobre a família e sua manutenção.

Sabemos, por meio de Ribas (2020), que “o discurso católico, construído dentro de sua própria visão de mundo e de caráter essencialmente normativo, colocou-se na contramão dessas mudanças, especialmente aquelas que influíam diretamente na organização familiar, considerando-as ameaças à ordem social estabelecida” (RIBAS, 2020, p. 98).

Torna-se relevante observar, nos próximos subcapítulos, a preocupação da Igreja com assuntos ligados ao comportamento feminino, a partir do ideal de uma mulher dona de casa, mãe de filhos, esposa dedicada ao marido, como verificamos no trecho do texto escrito por João Bahiano, intitulado *O feminismo*.

Nessa escrita, a emancipação política do sexo feminino era considerada uma catástrofe social. “É que a emancipação política seria a abdicação doméstica, quer dizer, a mais dolorosa catástrofe que tem afligido as sociedades” (BAHIANO, 1926, p. 4). A Igreja interferia diretamente nas decisões e no espaço ao qual este sexo podia ocupar naquela época, o que para os dias atuais é considerado inadmissível.

A ideia da manutenção dos bons costumes se estendeu até a década de 1950, onde o impresso orientava os leitores contra a imprensa laica, abordando a moralidade de filmes e da leitura, como previa a Encíclica papal *Miranda Prorsus*: “Católicos, repeli com desprezo o mau jornal, as revistas indecorosas... os costumes exóticos que vão arrancando a pureza dos corações e proclamando a hegemonia da matéria plástica sobre a Beleza do Espírito!” (*O LAMPADÁRIO*, 1947, p.1).

A seguir, começamos a apresentar o discurso da Igreja em relação aos desafios que a instituição teria de enfrentar em relação à modernidade, na cidade de Juiz de Fora, considerada cosmopolita.

3.4 DESAFIOS MODERNOS

Os aspectos da modernidade sopravam fortemente em Juiz de Fora, no início do século XX e esbarravam na tradição cristã, preocupada com a manutenção dos “bons costumes”. Somos cientes de que nesse âmbito existia a consideração da Igreja de transgressões, que levavam à necessidade de admoestações, ameaças e aconselhamentos, por parte da Igreja Católica. Em Juiz de Fora, essa repreensão era duramente impressa nas páginas d’*O Lampadário*.

Sabemos por meio de Ribas (2020) que, para a Igreja, “fazia-se necessário, então, reforçar seus preceitos através dos discursos, promover o convencimento da população católica de que as transformações sociais traziam consigo a anomia e o caos relacional” (RIBAS, 2020, p. 98).

Uma apreensão da Igreja residia na ameaça que o socialismo e o capitalismo absoluto representavam para o catolicismo. Até mesmo o título do texto escrito em 1º de maio de 1927, apresentava a discursão sobre o socialismo, como um *Problema Palpitante* para a Igreja.

A observação atenta de todas as causas e circunstâncias mundiais, que agravam a situação da sociedade moderna, põe em evidência que, excetuando-se as classes ricas, as outras, que constituem a grande maioria, estão reduzidas ao seguinte estado de coisas: A insuficiência de rendas para atender aos gastos, até aos de primeira necessidade, falta quase absoluta de meios produtores e defensores para remediar esta triste situação; período de estourar, por isto, a revolução social (PROBLEMA, 1927, p. 3).

Nesse trecho inicial, verificamos a fala da Igreja acerca da desigualdade social ocasionada pela modernidade. Sugere, poré, no parágrafo seguinte que a solução para a desigualdade é evitar a “revolução” social das classes. Segundo o texto sem autoria, “urge, pois, solucionar as duas dificuldades do grande problema da subsistência nos moldes da Encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum*, para conjurar o perigo de descambar a sociedade na revolução social” (PROBLEMA, 1927, p. 3).

A Encíclica citada tratava sobre a condição dos operários, sendo uma carta aberta a todos os bispos, alertando sobre as condições das classes trabalhadoras, compostas por ideias distributivistas, a partir de questões levantadas durante a Revolução Industrial e as sociedades democráticas no final do século XIX. O papa Leão XIII apoiava o direito dos trabalhadores de formarem sindicatos, entretanto rejeitava o socialismo e o capitalismo irrestrito; também defendia os direitos à propriedade privada. Para além, o documento discutia as relações entre o governo, os negócios, o trabalho e a Igreja.

Contribuindo com a antipatia católica ao socialismo, a instituição também se colocava contra o comunismo⁶⁵, presente em artigo d’*O Lampadário*. Para a Igreja, o comunismo era uma ameaça anárquica que traria danos à sociedade privada, e causaria rebeldia contra as autoridades. Nesse caso, a Igreja se colocava como um desses comandos hierárquicos como reforça Camargo, Pierucci e Souza (1995).

Existem, portanto, reparos a fazer no sistema econômico vigente no Brasil. Mas é a crítica ao socialismo, assimilado ao comunismo, assimilado ao bolchevismo, que se concede o lugar mais importante nos discursos da hierarquia católica neste imediato pós-guerra. É aí que o anátema assume todo o vigor de um ataque feroz e absoluto. Rejeita-se a luta de classes, desconhecendo-a como processo de desenvolvimento de uma sociedade dividida em classes antagônicas. A luta de classes não é um dado objetivo; ao contrário, constitui um meio tático e violento de instaurar definitivamente a desordem e o caos, algo provocado intencionalmente pelos agentes do mal. “A luta de classes é abominável aos olhos de Deus porque divide os homens sob o signo do ódio, violência e a morte”, proclama o *Manifesto do Episcopado Brasileiro sobre a Ação Social*, em 1946” (CAMARGO; PIERUCCI; SOUZA, 1995, p. 347).

Neste sentido, lembramos que a Igreja sempre foi detentora de ambas coisas: de propriedades e de autoridade, e, desse modo, as ideias do comunismo a atingiriam diretamente.

⁶⁵ Organização socioeconômica baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. No Brasil, o movimento foi influenciado desde o fim do século XIX pela chegada de ideias anarquistas tendo seu auge com a greve geral de 1917. Cresceu com a fundação do Partido Comunista (PCB) em 1922, até a sua consolidação na luta contra o fascismo no período entreguerras. Sofria repressão durante do governo de Getúlio Vargas, depois da Intentona Comunista de 1935. Teve sua reconstrução progressiva e gradual na Bahia em torno de intelectuais em sua maioria baianos e nordestinos como Jorge Amado, Carlos Marighella, Diógenes Arruda Câmara e Graciliano Ramos.

Podemos observar esse pensamento no artigo *O grande perigo*, publicado em 03 de julho de 1927.

Não é outro o programa do comunismo: abolir a propriedade individual, com isso acarretar a miséria geral, a desordem e a anarquia, onde imperam meia dúzia de audazes predispostos a todos os crimes. Aqui, como em toda parte, começam por corromper o operário e soldado, suscitado o ódio capital e a rebeldia contra a autoridade (O GRANDE PERIGO, 1927, p. 3).

Ainda neste texto sem autoria, encontramos o questionamento da Igreja em relação ao que a anarquia poderia causar à ordem social, e conseqüentemente, às instituições.

E, na verdade, qual destas duas cousas é mais grave, depor o Presidente da república, que será logo substituído por quem de direito, mal cesse a comoção levantada, ou tentar contra toda a ordem social, isto é, contra a família, a propriedade e o governo político, que faz parte da ordem social, mas não é toda a ordem social? (O GRANDE PERIGO, 1927, p. 3).

Em relação à urbanização que se difundia em Juiz de Fora, localizamos que antes mesmo da chegada do primeiro bispo, já havia a preocupação com o progresso local da *Manchester Mineira*, assim como em outros municípios em desenvolvimento no Brasil, haja vista que, no início em 1894, foram promovidas uma série de conferências católicas nas principais cidades de diversos estados brasileiros, como recorda João Fagundes Hauck, em Azzi (2000, p. 105). As conferências de padre Júlio Maria de Lombaerde⁶⁶, por exemplo, eram uma ação que

[...] mostrava a possibilidade de acordo entre o sistema democrático e a Igreja, entre o clero e a república; lembrava que a Igreja não é contra a ciência e o progresso; insistia muito na necessidade de a igreja assumir a causa do povo, ocupando-se dos assuntos políticos, econômicos e sociais; exigia que a pregação da Igreja não se restringisse a panegíricos⁶⁷, mas fosse encarnada na realidade social⁶⁸.

O Lampadário, em sua décima sétima edição, trazia estampado em suas páginas o artigo intitulado *Males Sociaes*, que se dirigia aos jovens e à educação passada a eles. O texto sem

⁶⁶ Nascido em Waereghen (Bélgica), em 1878. Foi missionário sob o nome de Irmão Optato Maria, tendo ido trabalhar na África, na França e no Brasil (Amazônia), onde se estabeleceu por 15 anos como missionário entre os índios e caboclos. Após sua passagem por Natal (RN), se destinou a Manhumirim (MG), em 1928, onde era perseguido constantemente pela maçonaria local. O padre foi polemista, teólogo, pregador, e escritor no impresso católico *O Lutador*. Cf. https://ecclesiae.com.br/index.php?route=product/author&author_id=1452.

⁶⁷ Discurso público em louvor a alguém ou a um ser abstrato.

⁶⁸ Cf. AZZI, Riolando. *O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano*. Op. Cit., p. 105.

autoria vem nos apresentar a crítica da Igreja em relação aos intelectuais que deveriam dar bom exemplo.

Eles [os maus conselhos], juntamente com o mau exemplo, constituem num flagelo tremendo tanto para as sociedades nascentes como para as sociedades firmadas. Assim não devem aconselhar mal nem dar mau exemplo aos jovens que começam a entrar na vida – aquelas pessoas já experimentadas nas lutas e nos revezes dela, para que não se vá desmoranando aos poucos o gigantesco edifício social. Os intelectuais devem instruir as multidões, dar-lhes o bom exemplo e indicar-lhes o caminho reto da honra e do dever aliado ao trabalho perseverante, para que a sociedade não perigues e marche desassombradamente (MALES, 1926, p. 1).

Notamos que, embora grande parte deste artigo venha alertar as famílias quanto aos bons conselhos, faz parte dessa instrução que aqueles que têm educação, nesse caso, os intelectuais, devem orientar os jovens ao bom caminho e serem perseverantes, ou seja, nos levando a crer que os intelectuais podiam ser maus exemplos e corromper a sociedade da época.

Já no artigo publicado em 22 de agosto, sob o título *A civilização hodierna e o Evangelho*, percebemos o elogio inicial aos benefícios que a modernidade traz para a sociedade, juntamente com comodismos nunca vistos. Assim, o texto sem autoria descreve as mudanças que impactavam o mundo, mas que também afetariam a saúde corporal.

O progresso feito pelos homens, nas ciências, nas artes, nas indústrias e nos variadíssimos ramos dos conhecimentos humanos, tem ocorrido, poderosamente, para proporcionar-lhe, cada vez, mais suaves e doces comodidades, conforto, bem estar e prazeres mais dissipadores e extravagantes, com detrimento da saúde do corpo (A CIVILIZAÇÃO, 1926, p. 2).

Logo, o parágrafo subsequente vem criticar o progresso da civilização a partir de seus impactos em relação aos costumes sociais e, ainda no terceiro parágrafo, há uma mudança radical de discurso, onde a alocução leva a supor que a modernidade afetaria diretamente a moda feminina.

Mas este progresso, que é a civilização em si mesma – consiste no aperfeiçoamento das ciências, das artes, das indústrias, das leis e costumes, tem-se verificado, de modo assombroso, a respeito das primeiras cousas [as ciências], e não a respeito dos costumes.

Vejam-se, por exemplo, as modas, que, quanto mais se incrementa a civilização, quanto mais triunfa a sua ação benéfica e progressiva, mais se aparentam escandalosas, mais provocadoras da sensualidade dos maliciosos, levando as pobres filhas de Eva, muitas vezes à crítica mais ridícula e irreverente dos homens.

Os homens se vestem, e elas, com os decotes exageradíssimos, com vestes transparentes, em que se traem as formas esculturais de seus corpos virginais, quase que não se vestem (A CIVILIZAÇÃO, 1926, p. 2).

Concluimos a tendência crítica desse artigo nos últimos parágrafos escritos, em que se aponta que a modernidade não é cristã, por não apurar e tolerar a corrupção dos costumes.

A civilização hodierna não é a civilização cristã, porque ela ainda não conseguiu purificar os costumes, e tolera a corrupção dos mesmos. Mal terrível, dificilmente remediável, é a corrupção dos costumes que se alastra por todas as camadas da sociedade (A CIVILIZAÇÃO, 1926, p. 2).

Silva e Furtado (2007), vêm nos explicar que a Igreja percebeu que as informações repassadas pelos veículos de comunicação não ligados à instituição “abriam precedentes à dúvida e [às] contestações, elementos perigosos para os fiéis, que poderiam afastar-se do cumprimento dos seus deveres morais e questionar os dogmas da fé católica” (SILVA; FURTADO, 2007, p. 2).

Nesse aspecto, observamos a inquietação da Igreja em Juiz de Fora, expressa no artigo *O grande mal dos tempos actuaes*. É notável a utilização da *boa imprensa* para reforçar a participação dos fiéis nos ritos católicos, marginalizando aqueles que se afastam da religião em meio à modernidade, permeada pelo liberalismo político e pela cultura secularizada. Notamos um discurso de “perda da alma” do descrente.

O grande mal dos tempos atuais, que também foi dos tempos primitivos, é – o ceticismo ou a incredulidade, que leva o homem a duvidar de tudo. Nessa dúvida de tudo quanto se refere à alma, a fé, e aos fenômenos maravilhosos e altiloquentes, que patenteiam, nesta vida terrestre, a existência de um Deus infinito em poder, em bondade, presciência e sabedoria, é que consiste a descrença, que leva os homens irrefletidos e afastados das verdadeiras práticas da religião à perderem suas almas (O GRANDE MAL, 1926, p. 2).

Para a Igreja, qualquer forma de descrença pode ser relacionada ao paganismo. Nessa ótica, o cético é desprovido de qualquer forma de fé, até mesmo da crença individual sem pertença à instituição, como descrito neste artigo. Sendo assim, apenas a reflexão do evangelho livra a sociedade do paganismo. Desse modo,

o ceticismo é a morte para a alma humana, porque nela apaga o facho da fé, que nos leva a crer na existência de um Deus de suma bondade infinita e misericórdia. Só a leitura constante meditada e piedosa do Evangelho poderá salvar a sociedade hodierna do retorno ao paganismo (O GRANDE MAL, 1926, p. 2).

Por fim, destacamos o discurso da Igreja em relação à ciência, a partir da utilização de preceitos doutrinários que asseguram Deus como criador, como o Pai de todas as coisas, inclusive da ciência, como descrito no artigo *A verdadeira sciencia*, presente na edição de 14 de agosto de 1927.

É vã a ciência do homem; é presumida e se afana muito atrás de curiosidades, descuidando-se assim o homem do interesse máximo que deve tomar pela sua salvação, pondo-se a tempo ao serviço d'Aquele a quem deve todos os benefícios que gosa, d'Aquele que é o seu princípio e o seu fim (A VERDADEIRA, 1927, p. 3).

O texto é concluído afirmando que para alcançar a salvação, é necessário ao homem se desprender da vida terrena, ciente de que a verdadeira ciência consiste em fazer a vontade de Deus.

Devem, pois, todos os homens empregar os meios mais eficazes para a sua salvação, desprezando e abominando as coisas terrenas e transitórias, fugindo das palavras, das vaidades e seduções mundanas, sofrendo as adversidades, com esperança toda em Deus e com ardo amar o Senhor acima de tudo [...]. Em suma, a verdadeira ciência consiste em fazermos a vontade de Deus, esquecendo-nos da nossa própria (A VERDADEIRA, 1927, p. 3).

Nossa pesquisa segue, com os desafios encontrados pela Igreja no que tange às outras denominações religiosas e às diversas formas de fé dos brasileiros, que eram fortemente combatidas pela instituição no Brasil.

3.5 OUTRAS DENOMINAÇÕES

Desde a chegada dos imigrantes a Juiz de Fora, com suas crenças católica, protestante e muçumana⁶⁹, a Igreja Católica local se propôs a reafirmar por meio de artigos, todas as suas convicções acerca da sua doutrina. Era de interesse reforçar sua hegemonia no território frente às demais religiões que acabaram de chegar à cidade. A exemplo disso, vemos a veemência nas críticas ao protestantismo, em especial, encabeçado pelos luteranos e metodistas. Nesse sentido,

⁶⁹ Wilson Lima Bastos no livro “Os sírios em Juiz de Fora” recorda que os sírios e libaneses começaram a chegar na cidade a partir de 1912, vindos geralmente da região de Yabroud, na Síria. Os Sírios e Libaneses se destacaram no comércio. Bastos ainda lembra que foram responsáveis pela criação das igrejas Melquita Católica de São Jorge, Nossa Senhora do Líbano e pela fundação do Clube Sírio e Libanês de Juiz de Fora. Com a chegada dos árabes, chegava também a Juiz de Fora a crença muçumana trazida por estes imigrantes.

a edição do jornal *O Lampadário*, de 05 de setembro de 1926, com o título *Últimos momentos da mãe de um ministro protestante*, sob autoria de J.P.L., vem nos apresentar o caso ocorrido supostamente, com Melancton, citado no texto como o “primeiro discípulo” de Lutero.

A pobre mulher restava em fim de vida junto do leito estava enxugando-lhe o suor com o coração partido pela angústia. [...] O filho confortava com carinho e palavras consoladoras apontando-lhe o céu como eterno descanso.

Mas as suas palavras argumentavam mais os tormentos da mãe, e qual fazendo um rigoroso esforço, assim lhe diz: [...] Dize-me em qual religião devo morrer, qual é a **verdadeira** a católica ou a protestante? [...].

Ah, minha mãe querida, respondeu Melancton, quer que lhe fale a verdade? A doutrina da reforma é mais cômoda para se viver, mas a religião católica é único caminho traçado por Jesus Cristo, para alcançar a vida eterna (J. P. L., 1926, p. 2, grifo nosso).

Sabemos que o questionamento sobre a validade de qual religião é a “verdadeira” não é verificável para o estudioso de Ciência da Religião. Por isso, em suas respostas deve ser investigado esse grande discurso de fé (SILVA, 2008).

Em 1º de janeiro de 1927, teve início no jornal a coluna *Notícias e notas*, e logo na primeira publicação, a sessão atacava os metodistas, acusando um bispo do México desta religião de importunação sexual a uma freira.

Um bispo metodista, com aprovação do governo mexicano, se incumbiu de expulsar as religiosas de seu convento.

No momento que as religiosas iam retirar-se de sua casa, o bispo protestante não se envergonhou de tirar o véu duma religiosa para beijar. A religiosa, sumamente indignada, descarrega uma dura bofetada na cara do miserável bispo protestante, que ainda teve coragem de reagir batendo na religiosa! (INFÂMIA, 1927, p. 3).

Uma notícia dessa, embora não vivida no Brasil, certamente era muito escandalosa, e chamava a atenção do leitor católico a um imaginário, com antipatia à denominação metodista. E os ataques não paravam por aí. Duas semanas após a publicação relatada, em 23 de setembro desse mesmo ano, circulava a nota *Uma demora que se explica...*, de aparência fictícia e com tons de ironia, contando da morte de um protestante, sem identificação de denominação, que ainda não teria chegado ao céu, após quatro horas após seu falecimento.

Há alguns anos faleceu em Londres um tal Sir Spurpeon de uma das seitas protestantes. A família o julgava um santo e escreveu na porta da sala mortuária o aviso da morte: - “Sir Spurpeon partiu para o céu esta manhã às 11 horas”.

Um gaiato escreveu, depois, em baixo: “Reino do Céu” “Quatro horas da tarde. Spurpeon ainda não chegou. S. Pedro inquieto” (UMA DEMORA, 1927, p. 3).

Curiosamente, pesquisando de forma mais profunda, encontramos o nome parecido ao citado na nota acima descrita, que pode nos levar supostamente a quem se lançava a crítica da Igreja Católica. Tem-se notícia sobre o francês Charles Haddon Spurgeon, referido como C. H. Spurgeon. Era pregador Batista neste país, muito influente no protestantismo reformado, no qual é conhecido como o *Príncipe dos Pregadores*. Spurgeon foi uma figura forte na tradição Batista Reformada, defendendo a Igreja de acordo com o entendimento da Confissão de Fé Batista de 1689, e se opondo às tendências teológicas liberais e pragmáticas na Igreja de seus dias.

O interessante a ser analisado, é que todas as críticas protestantes não se referiam a casos ocorridos em Juiz de Fora, assim como no artigo *Os protestantes e a confissão*, publicado em 03 de julho de 1927, onde se relata a história dos discursos proferidos na reunião anual das igrejas protestantes em Nova York (EUA). Conforme a notícia,

Entre os discursos de maior sensação está o do dr. Fosdick, da seita batista, que fez uma apologia da confissão e atacou violentamente o protestantismo que a aboliu. Os ouvintes ficaram perplexos. O pastor Stockman, metodista, assim se manifestou: Ao abandonar o confessionário, perdeu a igreja protestante uma ou suas coisas vitais. – é o banimento da especificação dos pecados (OS PROTESTANTES, 1927, p. 3).

Notamos que, novamente, os anabatistas são alvo de críticas no jornal. A nota também aponta um desconforto entre as duas religiões protestantes: a batista e a metodista, em relação ao tema confissão, apresentando diferenças de doutrinas dentro do protestantismo.

Sabemos também, que as práticas de superstição eram fortemente combatidas pela Igreja e *O Lampadário* refletia em suas páginas o descontentamento com as pessoas consideradas supersticiosas. Nesse sentido, Teixeira (2005) vem nos alertar que “o catolicismo no Brasil revela uma grande complexidade. Trata-se de um campo religioso caracterizado por grande diversidade. A pluralidade é um traço constitutivo de sua configuração no Brasil” (TEIXEIRA, 2005, p. 16). Percebemos isso no artigo publicado em 26 de setembro de 1926, que além de descrever a superstição como impedimento para a progressão da civilização, é escancaradamente colocada a não aceitação das religiões indianas, chinesas e ameríndias.

[...] Tal é a superstição, este estorvo terrível, este obstáculo que depara a civilização na sua marcha progressiva, e que toma várias formas, várias vestes conforme os povos, conforme as raças. Leia-se a História e ver-se-á quanto são supersticiosos os Hindus ou Indianos, os Chineses e os selvagens da América, etc.

Que é a superstição?!...

É a aparição falsa das práticas religiosas, umas vezes; é o presságio infundado que se tira a certos acontecimentos, outras vezes.

É superstição atribuir a certas palavras e a certas ações efeitos que não vêm de Deus, como curar doentes e fazer conhecer o futuro. As principais superstições são: a magia, o malefício e a observação dos sinais.

A magia é a arte de fazer coisas extraordinárias e estupendas pelo poder do demônio. O malefício é a arte de prejudicar ou fazer mal aos homens ou aos animais pela intervenção do demônio. A observação dos sinais é uma superstição, quando se vê em coisas diferentes o presságio de um bem ou de um mal que deve acontecer.

[...] É superstição ainda quando se quer conhecer o futuro por meio de cartas; quando se manda dizer ou ler a *buenadicha*⁷⁰, quando se consultam os adivinhos (SUPERSTIÇÕES, 1926, p. 1).

Contudo, após a longa descrição do que é considerado pela Igreja como práticas supersticiosas, há um último parágrafo no texto, explicando ao leitor que objetos bentos católicos não são considerados supersticiosos, pois revertem ao crente coisas salutares: “a devoção da água benta e dos outros objetos bentos pela Igreja não é uma superstição, porque aqueles que fazem uso destes objetos, só esperam deles salutares efeitos pelo poder de Deus e em virtude das orações da Igreja” (SUPERSTIÇÕES, 1926, p. 1).

Já na curta nota intitulada *É lamentável*, de 10 de abril de 1927, questiona-se a procura das pessoas por benzedores e curandeiros espíritas para a resolução de problemas relacionados à saúde.

É deveras lamentável, desoladora a falta de cultura religiosa, e incoerência de certas pessoas que se dizem católicas.

Frequentam a igreja, confessam e comungam até, mas... não deixam de alimentar credices grosseiras, ridículas superstições!

Quando doentes, em vez de procurar um médico habilitado, recorrem ao benzedor, ao curandeiro espírita (É LAMENTÁVEL, 1927, p. 2).

Em relação às superstições e às diversas denominações que se interagem no território brasileiro, notamos a contramão do discurso da Igreja no que tange ao sincretismo religioso. A instituição, com seus discursos de hegemonia no território, sai em defesa da sua crença em meio aos sincretismos presentes no país “que, durante séculos, moldaram o processo civilizatório nacional” (GIUMBELLI, 2008, p. 93).

Por outro lado, os católicos também eram alvo de afronta dos protestantes, que diziam ser aqueles supersticiosos, devido à relação com a Virgem Maria, como descrito em notícia no impresso italiano *L'Osservatore Romano* e republicada n' *A Tribuna de Recife*. Restou ao jornal

⁷⁰ Sorte boa ou má de uma pessoa que, supostamente, lhe é revelada por algum procedimento ocultista.

O Lampadário instruir os católicos em relação às respostas a tais questionamentos que poderiam ser vindos de protestantes, também no Brasil.

Numa assembleia protestante, realizada ultimamente em Londres (Wimbledon), um orador falou dos fatos de Lourdes, descrevendo-os como superstição. No auditório achava-se um jesuíta inglês, o Pe. Felix Rankin, o qual, terminado o discurso do Conferencista, pediu a palavra. [...] Ele observou ainda que um daqueles médicos, o Dr. J.J. Sherry estava presente na sala e podia confirmar o seu asserto [...]. Este levantou-se e disse que estudara em Londres especialmente dois casos, com particular cuidado: um de carie espinhal e outro de tumor fibroso. Assegurou que em ambos os casos estava absolutamente excluída a cura com os meios da arte humana; e que em ambos os casos deu-se a cura instantânea e perfeita (LOURDES, 1927, p. 3).

O Lampadário retomou o tema sobre Maria, dessa vez, defendendo sua virgindade, desacreditada pelos protestantes. Na capa da edição de 11 de dezembro de 1927, sob a autoria de padre Nino, o sacerdote explicava o porquê da crença na virgindade de Maria.

Oras, se Nossa Senhora, legitimamente casada com S. José, não tivesse consagrado a Deus sua virgindade, a Escritura a teria chamado de virgem? Se ela não tivesse consagrado a sua virgindade e tivesse tido a intenção de alguma vez conhecer homem, teria objetado ao Anjo, dizendo “como poderá ser isso, pois não conheço homem?” [...] A Bíblia chama de Virgem a Maria Mãe de Deus, esposa de S. José; os protestantes lhe negam esse privilégio. Estão de acordo com a Bíblia? Mas por que lhe negam esse singularismo privilégio? Há, pois na heresia protestante ou grande cegueira, ou diabólica perversidade! (PADRE, 1927, p. 1).

Sabemos que com a chegada dos sírios, vindos de Yabroud a partir de 1912, e dos libaneses, a partir de 1913, intensificou-se em Juiz de Fora a multiplicidade religiosa (DORNELAS, 2020), levando a Igreja Católica a crer que os mulçumanos também significariam concorrência religiosa.

Notamos isso em um texto escrito pelo secretário de Dom Justino José de Sant’Ana, padre Trajano Leal do Bomfim, exaustivamente publicado pelo *O Lampadário* durante aproximadamente um ano, com o título *Aviso em tempo*. A publicação alertava os fiéis católicos para a presença de sírios e turcos que se passavam por sacerdotes e diáconos.

De quando em vez aparecem pelos campos e nas cidades, uns indivíduos sírios ou turcos, dizendo-se sacerdotes ou diáconos, pedindo auxílios para colégios de órfãos e vítimas da grande guerra. De ordem de S. Exa. Rvma. Previno ao povo que não merecem crédito tais exploradores da credulidade pública [...] (BOMFIM, 1926, p. 2).

Nos parece que a Igreja também se preocupava com o possível crescimento da religião mulçumana na cidade, em torno de casamentos com descendentes daqueles países, haja vista artigo do argentino *El Pais*, de 07 de fevereiro de 1928, publicado n’*O Lampadário* em 12 de fevereiro de 1928, com autoria de J.C.M. e sob o título *Inconvenientes do casamento de brasileiras com sírios maometanos*.

Alude ao missivista ao fato de inúmeras patrícias, ignorando as condições a que ficarão reduzidas, casarem-se com sírios maometanos, os quais as levam para seu país, sujeitando-as às maiores humilhações. [...] mulheres brasileiras casadas com sírios maometanos se achavam sujeitas ao regime de escravidão, estabelecido nas relações conjugais pelo direito do Islã. O sírio maometano, casado com brasileira, está dentro das leis de seu país, submetendo-a lá à poligamia e às outras condições do regime estabelecido pela legislação mulçumana.

A distinção entre cristãos e maometanos é muito difícil. Uma vez que, como já dissemos, todos os sírios que aqui se casam com brasileiras o fazem no civil e no religioso, na igreja católica. Nenhum deles se diz maometano (J. C. M., 1928, p. 2).

Também os judeus foram alvo de preocupação por parte da igreja católica. Observamos na nota do dia 23 de janeiro de 1927, a suposta conversão de judeus para o catolicismo na Europa. O trecho apresenta que “de 1918 a 1925 foram batizados só no arcebispado de Viena (Áustria) 2.500 judeus adultos” (OS JUDEUS, 1927, p. 3). Ainda nesse parágrafo, acrescentavam a conversão protestante “[...] nos últimos anos converteram-se na Inglaterra 70.000 protestantes, e só na Arquidiocese do Cardeal Bourne, 2.000 em 1924” (OS JUDEUS, 1927, p. 3).

Ainda sobre a conversão de protestantes, o texto *Bella resposta*, de 27 de março de 1927, apresenta o diálogo entre um “selvagem”, convertido ao catolicismo, e um missionário protestante. Na conversa, o missionário questiona ao convertido por que o padre não o presenteia com roupas e botinas. Em resposta, o católico afirma que quando se confessa, limpa seu coração e que, na hora da comunhão, é ocupado por Jesus Cristo. Esse discurso católico, leva o leitor a imaginar que os bens na vida dos protestantes são passageiros, colocando em jogo a teoria da prosperidade, como lemos: “teu fumo se desfaz em fumaça, e logo acaba; teus vestidos logo se estragam; os presentes, porém, que o Padre me faz, ficam sempre comigo e eu os levarei ao formoso céu de Deus (BELLA, 1927, p. 3).

Assim como o protestantismo, o espiritismo era igualmente considerado uma seita, porém, com o agravante de evocar forças malignas em suas sessões. Alguns dos artigos publicados sobre a doutrina espírita em oposição à católica, eram caracterizados, na maioria das

vezes, por linguagem depreciativa, como vemos logo no primeiro artigo publicado no impresso em 11 de abril de 1926, relacionado às *outras denominações*.

Que é o espiritismo?

É a seita ou filosofia do **grande** Allan Kardec, que admite as manifestações das almas dos mortos, e que, de algum modo, quer sujeitar a vontade do Eterno Criador à vontade humana.

Não pretendemos neste nosso modesto artigo fazer-lhe guerra crua e encarniçada; queremos apenas declarar que inúmeros resultados maus e fatais se têm observado desta crença, que tem avassalado todas as massas sociais da terra (O ESPIRITISMO, 1926, p. 1, grifo nosso).

Embora no terceiro parágrafo o texto demonstre não querer criar conflitos diretos com a religião kardecista, exaltando, inclusive, o fundador do espiritismo, Allan Kardec, com o adjetivo “grande”, observamos na segunda linha, a consideração de que o kardecismo é uma seita, e logo na sequência, reconhece a abrangência que a crença conquistou em todo o mundo. Na metade do artigo é descrito como acontecem os encontros espíritas, conforme o julgamento católico. Por fim, debatem os preceitos de reencarnação (kardecista), com o preceito da vida eterna, pregado pelo catolicismo.

Nas sessões espíritas são invocados os espíritos, quaisquer que sejam, e dizem que com a licença previamente impetrada a Deus, eles se manifestam, por determinados sinais, por pancadas e movimentos rotatórios da mesa das sessões, etc.

[...] Falam os espíritas de assombroso número de curas de moléstias, obtido pelo espiritismo; não sabemos como.

[...] O espiritismo, com a sua teoria de múltiplas reencarnações, não admite a Eternidade, só admite o tempo, que é o momento que passa, que muda, e que é, portanto, móvel. A Eternidade é, porém, o instante imóvel.

Não admitindo a Eternidade, não admite a justiça de Deus, depois da nossa morte.

[...] Portanto, enquanto vivermos, aproveitemos o tempo, que é móvel, porque podemos mudar, arrepender-nos de nossos pecados, alcançar a graça de Deus e nos converter, e Nosso Senhor é misericordioso só no tempo, isto é, na vida.

Depois da morte, entramos na Eternidade, que é imóvel, e então é que Deus exerce sobre nós a sua justiça reta, inflexível (O ESPIRITISMO, 1926, p. 1).

Como exemplo de como eram realizadas as sessões espíritas, no entender da Igreja, o artigo *Um espírito berra ao ser golpeado*, trazia a notícia do jornal *The El Paso Times Tex*, do Texas, nos EUA, referindo-se aos praticantes dessa religião, como golpistas.

Durante uma das sessões reservadas a que se deveriam sujeitar os ‘médiuns’ concorrentes, para provarem que não havia enganos na aparição dos espíritos, um jovem deu uma pancada valente ‘no espírito de sua avó’...

Ao receber essa inesperada ‘carícia’ do espertalhão netinho maroto, o ‘espírito’ (da vovozinha) deu um pinote e soltou um grito [...]

Espíritos de carne e ossos... Embusteiros (UM ESPÍRITO, 1927, p. 3).

Não só *O Lampadário*, mas outros veículos da *boa imprensa*, como jornal mato-grossense *A cruz*, criticavam a denominação kardecista. Neste impresso cuiabano, por exemplo, empregavam em suas páginas, o Código Penal de 1890 para combater a prática do espiritismo

[...] representado como charlatanismo e curandeirismo, uma epidemia social que culminava em suicídios, assassinatos, imoralidade e desintegração de famílias. Além disso, os médiuns que receitavam medicamentos e formas de tratamento aos doentes constituíam uma ameaça à ordem e à saúde públicas (OLIVEIRA, 2016, p. 176).

Em segundo artigo, com o mesmo título, datado de 10 de outubro, seis meses após o primeiro relacionado ao espiritismo, é publicado n' *O Lampadário* um texto criticando a procura ao espiritismo por aqueles que necessitavam de tratamento com psicanálise.

É alertado, no decorrer do texto que a psicanálise, antes frequentada por poucos que tinham recurso financeiro e acesso a essa terapia, podia ser tratada a partir daquele momento por um serviço médico gratuito, sem precisar frequentar encontros espíritas, como descrito: “agora que possuímos este serviço psicoterápico gratuito não há mais razão para que os nervosos se entreguem a outros tratamentos que lhes possam ser nocivos” (O ESPIRITISMO, 1926, p. 2). Há, porém, de se ater que o texto fazia referência ao serviço da Liga Brasileira de Higiene Mental do Rio de Janeiro, logo, distante de muitos juiz-foranos que não possuíam condições financeiras.

Já na edição de número 70, *O Lampadário* descrevia no artigo *Os nossos irmãos do espaço...*, que, para os quase sessenta bispos latino-americanos, o espiritismo era considerado,

1° [...] um desvario. 2° Que é mais pernicioso das superstições. 3° Que se reveste do aparato científico, etc. para enganar os incautos. 4° Que é tão nocivo como o racionalismo e o naturalismo, de idêntica origem e resumo e montoeira de todas as superstições e falácias da moderna incredulidade. 5° Que é a astuta reunião de loucas doutrinas, já muito conhecida na antiguidade, tendo apenas mudado de nome forma. 6° Que é indigno de menção entre pessoas sensatas. Quem terá mais experiência, mais saber e mais virtude, os 60 bispos e teólogos que isto dizem, ou certos católicos espíritas que nem o catecismo sabem? (OS NOSSOS, 1927, p. 3).

Ou seja, tais artigos relacionados ao espiritismo confirmavam o descontentamento da Igreja em relação à dupla pertença religiosa dos católicos. O semelhante acontecia com os adeptos da Maçonaria. Nesse aspecto, os artigos reforçavam que a crença era anticristã, e logo

no texto inicial sobre essa religião, publicado n’*O Lampadário* em 29 de agosto de 1926, notamos a forma didática para explicar aos católicos, citando ainda exemplos de outros países.

O que os católicos devem saber prevenindo-se contra as falsas notícias e calúnias espalhadas por certa imprensa porta voz das manobras maçônicas:
1º Que o atual presidente do México, General Calles, é judeu, maçom e socialista, portanto, inimigo fidalgo da Igreja Católica, cujo extermínio, como instrumento infernal dessas seitas anticristãs, jurou e de balde, intenta conseguir, naquele país [...] (O QUE, 1926, p. 1).

Já no ano seguinte, em 30 de janeiro de 1927, o jornal traz mais explicações sobre a Maçonaria, no artigo com título homônimo e sem autoria, onde cita publicação do jornal italiano fascista *L’Italico*, que também alertava aos católicos o pertencimento desses na religião maçônica.

A maçonaria – diz o escritor – é uma associação internacional de aparência de socorro mútuo. Chama irmãos os seus adeptos, mas deixa-os devorarem-se em guerras. Para impressionar os ingênuos, executa ritos misteriosos e, ameaçando os irmãos com castigos impostos por tribunais secretos dirigidos pelos chefes [...].
É o que deseja esclarecer o escritor, somente para que os seus patrícios estejam de sobreaviso (A MAÇONARIA, 1927, p. 3).

Como verificamos nesses artigos relacionados às denominações diversas da católica, se a pessoa não podia praticar religiões supersticiosas, muito menos podia ser atea, como explicitou o artigo *Vaidades mundanas*, de 20 de fevereiro de 1927. No texto, lia-se, “que valem, portanto diante de ti, as fascinações do mundo, as falsas ideias, o materialismo, o ateísmo, o fausto, a presunção e o orgulho dos homens que tanto concorrem para a ruína e o mal-estar da sociedade!...” (VAIDADES, 1927, p. 1). Assim, tanto a pertença a outras denominações como a não pertença religiosa, incomodavam a Igreja Católica; para além, era necessário também enquadrar a sociedade a partir de um discurso que assegurasse a defesa dos bons costumes, como veremos no próximo subcapítulo.

3.6 MORAL E SOCIEDADE

A população brasileira passou por inúmeras transformações no final do século XIX e no início do século XX. A industrialização proporcionou o desenvolvimento da vida urbana, oferecendo alternativas novas de convivência social, trazendo pensamentos diferentes com relação à organização familiar, como nos recorda Costa (2018).

Tomavam espaço os discursos normatizadores de médicos, juristas e religiosos que valorizavam a manutenção dos “bons costumes” e solidez familiar. Dentro desse contexto, verificamos no jornal *O Lampadário* uma série de artigos que se destinavam a conscientizar a população em relação ao que a Igreja tinha por ideal naquela época.

Na sessão que denominamos *Moral e Sociedade*, analisamos os temas que se dirigiam diretamente às famílias e ao comportamento dos indivíduos, com foco especial nas mulheres, principais responsáveis pela estrutura familiar. Geralmente, os discursos eram pautados por uma divisão de tarefas no seio doméstico, pregando um ideal de família higiênica, como aponta Costa (2018):

[...] para o homem, ficava o dever de trabalhar e ser o provedor de suas respectivas famílias, ou seja, sua atuação estava condicionada ao espaço público. Para a mulher, ficava reservado os cuidados com os filhos, esposos e com o lar. O espaço de atuação feminino, portanto, ficava restrito ao ambiente privado da casa. Apesar dos discursos normatizantes, muitas mulheres ingressaram no mercado de trabalho, exercendo atividades como assistente social, enfermeira, professora primária, profissões que eram consideradas extensão de suas tarefas domésticas (COSTA, 2018, p. 116-117).

Assim, entre as décadas de 1920 e 1950, o discurso católico perpassava principalmente pela instrução feminina, na qual uma moça bem educada seria aquela obediente aos pais, e conseqüentemente uma futura esposa obediente ao marido, arauta de prendas domésticas, e acima de tudo, recatada (RIBAS, 2020, p. 100). Assim como *O Lampadário*, o periódico nacional *O Apóstolo* reafirmava a importância da solidez familiar através da manutenção do casamento.

O Apóstolo tem uma difícil missão: reafirmar a importância do casamento não apenas como meio de controle da sexualidade, mas reafirmar a relevância do casamento religioso frente ao casamento civil – devido a instituição do casamento civil após o término do sistema de Padroado. E mais: era preciso reforçar as representações e o valor simbólico do casamento religioso, uma vez que esta não era uma prática tão corrente, como se pode imaginar (RIBAS, 2020, p. 102).

Na edição de 24 de abril de 1927, apresenta-se o texto *O caráter e sua formação*, onde a formação do caráter é ligada à moral, além de ser uma responsabilidade dos pais, em especial da mãe, em conjunto com a escola.

O caráter tem a ligação com a moral, - a ciência dos costumes, das boas e más inclinações; forma-se e aperfeiçoa-se, à proporção que se desenvolvem as qualidades morais do ser humano.

No lar, ao influxo dos carinhos maternos, e na escola, aos cuidados solícitos e sob a vigilância incansável dos mestres, é que se forma e se apura o caráter (O CARÁTER, 1927, p. 1).

Não obstante a educação familiar, o ensino cristão nas escolas fazia parte do discurso da Igreja, ainda mais tendo em vista a chegada de escolas protestantes em Juiz de Fora, como foi o caso do Colégio Metodista Granbery, já citado neste trabalho. Na edição de 21 de março de 1926, a segunda página d'*O Lampadário* destacava o artigo sob o título *A escola sem Deus: Ensino religioso neutro*, comparando o ensino laico⁷¹ ao ateísmo.

Os próprios partidários do ensino ateu se mostram cheios de confusão ao reparar nos males que acarreta a sociedade e nos estragos que causa à juventude o triunfo de suas doutrinas [...].

É doloroso existir entre nós o ensino leigo, - a úlcera cancerosa que paulatinamente avassala os tecidos do vasto organismo social do Brasil.

Porém, pior que o primeiro, há ainda um outro sistema de ensino, muito em voga, entre nós, o ensino neutro, em aparência menos nocivo, ainda que na realidade, igualmente pernicioso e horrível, porque quem blasfema contra Deus e ataca a religião, confessa a existência do Ser Supremo e reconhece a perversidade da instituição que excita sua cólera, mostrando que quem prescinde em absoluto da divindade e não merecimento aos assuntos religiosos, infringe a Deus e à religião o maior desacato possível, conforme o brocardo que diz ser o desprezo a maior vingança [...].

Por que então, nas escolas, merecem mais atenção determinadas disciplinas normalmente profanas em detrimento da ciência de Deus? (A ESCOLA, 1926, p. 3).

Na publicação *Pelo Ensino Religioso – Apelo dirigido ao clero, aos chefes de família, e aos professores pelos prelados da província eclesiástica de Mariana*, impressa repetidamente em diversas edições d'*O Lampadário*, observamos que a apreensão com o ensino religioso levou à diocese a qual pertencia a cidade de Juiz de Fora, a compor um documento voltado a reforçar a importância do ensino católico em detrimento do laico, ou de denominações protestantes. Para a Igreja, esse problema era de maior importância para o futuro moral e espiritual para do país (RIBAS, 2020). Inicialmente são questionadas diversas situações que incomodavam a Igreja naquele momento.

Efetivamente, o que mais nos impressiona na hora presente? O despudor das modas e das danças? A jogatina vergonhosa que campeia por toda a parte e persegue as festas religiosas? O espiritismo que explora as populações do interior? As discórdias e lutas políticas? A criminalidade avultada que contrasta com o espírito religioso dos nossos roceiros?

O povo brasileiro é, sem dúvida, religioso.

⁷¹ O ensino laico é baseado no laicismo, um tipo de educação elementar que se caracteriza por ser um ensino desvinculado da educação da igreja, sem religião.

[...] a mesma pessoa que faz romaria à Aparecida, assiste a sessões do espiritismo, e fere o seu próximo com a maior facilidade ou se casa, como dizem, apenas no civil por... economia. E continua a fazer suas romarias...

Urge combater o mal. Urge intensificar e a instrução religiosa e torná-la mais eficiente (PELO, 1927, p. 3).

As orientações passadas às escolas às famílias, especialmente aos pais, podem ser observadas na edição de 13 de novembro de 1927, no artigo de capa *A Família e a Escola*. Nele é expressa a união que deveria se ter entre a educação familiar e educação escolar, objetivando o progresso do país sob a religião cristã.

A família, como se sabe, é o lar doce e plácido ninho, onde reina a paz, onde se abrigam os seus membros componentes à sombra protetora da fé e da religião herdada dos seus chefes, os pais de família, - a quem devem honrar, isto é, amar, respeitar e obedecer em tudo que não for contrário aos preceitos de Deus e aos mandamentos da santa Igreja [...].

A família e a escola devem sempre ajudar-se mutuamente [...]

A escola cumpre o dever de dar-lhes a educação escolar, que consta da educação física, da educação moral, da intelectual e cívica.

Tanto a educação doméstica como a educação escolar devem ser acariciadas pelo sopro salutar da religião cristã (A FAMÍLIA, 1927, p. 1).

Dessa forma, notamos também o forte direcionamento do discurso católico voltado ao sexo feminino, marcado pela ideia de “cultura familiar que enfatizava a privacidade”, o qual se apoia no “amor materno e a criança, fazendo da mulher a própria encarnação de tudo aquilo que a vida privada e familiar passou a significar no plano do imaginário social” (VAITSMAN, 1994, p. 29).

A concepção do papel da mulher na família e na sociedade surgiu com grande relevância para a Igreja, no ultramontanismo pois, segundo Ribas (2020),

[...] a figura da mulher surge como instrumento estratégico para a manutenção do poder da Igreja Católica, pois o clero acreditava que as normas católicas poderiam ser introduzidas no interior de cada família através da esposa/mãe, que educaria os filhos e influenciaria o marido. Desta maneira, a mulher seria a catalisadora dos preceitos normativos católicos, ao implementá-los primeiramente na família e, por conseguinte, a toda sociedade (RIBAS, 2020, p. 58).

Sendo assim, era “legado à mulher apenas ao privado, os discursos da Boa Imprensa afirmavam que o espaço doméstico seria o único local possível para a busca da santidade feminina. Deste modo, o casamento recebia especial atenção” (RIBAS, 2020, p. 100), destacando-se por sua indissolubilidade e monogamia, com a representação do “sacramento” e da “instituição de Nosso Senhor Jesus Cristo”,

[...] assim como a legitimação da prole somente dentro da instituição familiar devidamente reconhecida pelos representantes da Igreja, além da defesa da fidelidade e a castidade pré-nupcial feminina, da dedicação à maternidade como maior função da mulher (RIBAS, 2020 p. 98).

E sobretudo, as páginas d’*O Lampadário*, de 03 de outubro de 1926, reforçavam o casamento, em detrimento ao divórcio que estava sendo tratado na câmara nacional, como transcrito da matéria *Quando ressurge na Câmara a idéia do divórcio*, do jornal *A Noite*.

O projeto de divórcio, em discussão na Comissão de Justiça da Câmara, é uma afronta ignominiosa às tradições de honra e dignidade da família brasileira, mas se um dia para vergonha e opróbrio de um povo cristão e profundamente religioso, for transformado em lei, garanto que será o início de uma completa decadência moral da nossa pátria (QUANDO, 1926, p. 3).

O divórcio ainda é tema de outros artigos no impresso, mas apresentamos o texto de capa *O matrimônio e o divórcio*, publicado em 31 de outubro de 1926, e *O divórcio no Brasil*, datado de 07 de novembro deste mesmo ano. No primeiro, devemos observar que não há nenhuma análise sobre o que se passa dentro dos casamentos e uma explicação sobre o porquê desta pauta estar na Câmara. Há somente a defesa voraz do casamento.

Que é o divórcio? [...]

O divórcio é a dissolução legal do casamento em vida mesmo dos cônjuges. Muitas nações não o admitem, os repelem, entre elas nações mais civilizadas do que a nossa, como a França. Admira que, no Brasil, país tão católico, nação tão abençoada e protegida escandalosamente por Deus, no dizer dos estrangeiros, se queira a todo o transe, isto é, queiram seus legisladores plantar o monstruoso divórcio, esse elemento perversor e aniquilador da família, e, portanto da sociedade, da pátria, e atentatório a Deus e à Igreja! (O MATRIMÔNIO 1926, p. 1).

No segundo artigo, o divórcio recebe diversos predicados negativos e novamente não se analisa o quadro familiar do país. No final do texto, há o pedido de reflexão sobre o projeto em tramitação na Câmara.

Como, pois, mediante estes princípios básicos o poder legislativo poderá conceder o beneplácito⁷² à lei do divórcio? – Este cancro, esta víbora sedenta que irá sugar os melindres de toda família brasileira!

Portanto, vós, ó cidadão, que sois partidários deste asqueroso projeto, refleti bem no que ides fazer; pois que sois como os demais filhos de Adão, logo compartilhareis de tudo que dimana deste labirinto (O DIVÓRCIO, 1926, p. 3).

⁷² Consentimento.

Por meio de Costa (2018), podemos presumir que a emancipação do sexo feminino se deu a partir do momento no qual as mulheres passaram a ter “[...] mais oportunidades de trabalho fora de casa, contudo, os discursos normatizadores da época enfatizavam a importância da permanência das mesmas no ambiente privado do lar” (COSTA, 2018, p. 116).

Corroborando com esta fala, no artigo *O Feminismo*, de 23 de março de 1926, o autor João Bahiano, refletiu os danos que ocasionaria a emancipação da mulher, a partir da observação dos textos da escritora feminista Maria Vaz de Carvalho⁷³.

[...] mais de uma vez tenho ouvido vozes femininas levantarem-se em favor da emancipação política e social do seu sexo.
 Pobres seres híbridos e incompletos são de certo os que têm a cambada ideia de destino da mulher.
 No dia em que esta for emancipada, cairá para sempre do trono que tem século por degraus.
 É que a emancipação política seria a abdicação doméstica, quer dizer, a mais dolorosa catástrofe que tem afligido as sociedades.
 Imagino que nenhuma verdadeira mulher a aceitaria.
 Emancipar a mulher é atacar na sua base a família, é trazer para dentro do lar as paixões tumultuosas da praça pública, é destruir o mais doce dos poderes a que o homem se curva, o temível poder da **fraqueza feminina** (BAHIANO, 1926, p. 2, grifo nosso).

Como percebemos, as críticas à mulher como o sexo frágil, são evidentes em cada artigo d’*O Lampadário*, aliás, três deles são de autoria do João Bahiano. Por ter essa “fragilidade”, expressa nesse texto, alguns autores afirmavam que as mulheres tinham a tendência de estarem ligadas à superstição, como reforçou o artigo *Respeito Humano*, de 18 de julho de 1926.

Alegam: as mulheres têm inclinações supersticiosas, cedem ao temor do sobrenatural recorrem a ele pela necessidade de proteção com seres de animo submisso e versátil. Tanto assim que as feministas, as que se desprende dos preconceitos, as que raciocinam sobre coisas sérias e estão certas do direito de conquistarem posição social, sem a dependência nem o apoio do homem, pouco se dedicam às práticas religiosas. Os motivos são diversos, destacando-se o respeito humano e, imediatamente, a ignorância. Pode se dizer que o respeito humano e a ignorância se entrelaçam se se confundem.
 O homem tem a presunção do intelectualismo; a mulher a da formosura (BAHIANO, 1926, p. 4).

⁷³ Maria Amália Vaz de Carvalho foi uma escritora polígrafa e poetisa, ativista feminina, autora de contos e poesia, e também de ensaios e biografias.

Vemos que a emancipação feminina trazia outros questionamentos à Igreja, como o da igualdade de gênero, exposto na nota *Para ser coerente com as idéias*, de 05 de dezembro de 1926. O texto sem autoria vem noticiar

É de Londres que vem a notícia, num telegrama: uma vez que as mulheres se querem igualar aos homens, foi votada na Rússia uma lei, mediante na qual os estudantes, qualquer que seja o sexo, têm que fazer um ano de vida militar.
É preciso outro comentário?
O bom senso que julgue (PARA SER, 1926, p. 3).

Além da conhecida igualdade de gênero, tanto criticada pela Igreja, a historiadora Rachel Sohet, citada por Costa (2018), afirma que o discurso dominante naquela época também identificava que “a religiosidade feminina era a única coisa que as mulheres tinham de superior em relação aos homens” (COSTA, 2018, p. 119). Para Shoet (1989), seria próprio do sexo feminino a ligação com a religiosidade.

Um ponto onde a superioridade da mulher seria manifesta é o da religiosidade. A causa seria mais profunda. Estaria na sua própria natureza. Acentuam dentre as causas pelas quais a mulher se apresentaria mais predisposta que os homens à religiosidade a sua fraqueza que a predispõe às sugestões do poder [...] (SHOET, 1989, p. 88).

Porém, observamos que a superioridade também se dava a partir do momento em que as mulheres passavam a se utilizar das modas vindas da Europa. Nesse sentido, a preocupação da Igreja em relação à moda feminina, se torna nítida, quando lemos na primeira publicação d’*O Lampadário*, o artigo *As modas exaggeradas*

Que é a moda? Ninguém, por certo ignora o sentido destas palavras.
Mas não deve ela ser exagerada, nem pelos homens nem, sobretudo, pelo sexo frágil.
[...] Os exageros da moda vão de encontro aos preceitos da moral cristã, que são os mesmos do Evangelho e matam o pudor, esse sentimento delicado e melindroso, que é próprio da mulher.
Os pais são exclusivamente os responsáveis pelos erros e extravios de suas filhas.
[...] os homens vestem-se, e elas isso não fazem inteiramente.
Costuma-se dizer, por aí que esses usos fazem parte da civilização.
Mas esses usos são erros, são absurdos e a civilização deve, pelo contrário repeli-los (AS MODAS, 1926, p. 1-2, grifo nosso).

Já na notícia *A Esmo* retirada do impresso laico *Jornal do Commercio* e republicada n’*O Lampadário*, sob autoria de P.C., verificamos a rigidez de como era tratado o tema da moda nas paróquias locais, o que nos leva a crer o quanto esse assunto incomodava a Igreja. Na nota, é

apresentada uma defesa ao pároco juiz-forano José Gomes em relação ao seu combate às “modas actuaes”.

Tenho apreciado o desassombro com que o rvmo. padre José Gomes, vigário da paróquia Juiz de Fora, vai combatendo a licenciosidade⁷⁴ das modas actuaes. Senão, perderá o tempo precioso e será motivo de **comentários levianos**. O padre José Gomes não é de meios termos. Combate o mal de frente, sem ambages⁷⁵ nem flores de retórica. Ilustração, entretanto, não lhe falta, conforme o demonstram suas práticas religiosas, no templo. [...] Possuidor de tais qualidade, o nosso vigário há de **impor-se à estima pública**. É o que sinceramente lhe desejo (P.C., 1926, p. 3, grifo nosso).

Tal comportamento do sacerdote presumidamente era criticado pelo juiz-foranos, como notamos no fragmento “comentários levianos”, que levava o próprio autor da notícia a reforçar que as qualidades do padre deveriam ser levadas em consideração e, por isso, ser mais estimado pela sociedade.

Havia também o reforço na proibição do uso de maquiagem pelo sexo feminino. Assim, a nota de 28 de agosto de 1927, *O perigo do baston de rouge*, alertava as leitoras relatando um caso de óbito ocorrido com uma mulher austríaca após o uso de um batom.

Na Áustria a Sra. Alice Fabyr esposa de um general húngaro, falece em consequência de ter usado um certo lápis de colorir os lábios. Esse lápis produz uma infecção gangrenando o sangue. Por esse motivo, existe agora um grande movimento, a fim de proibir o uso de corantes de “*toilette*” em todo o território da Áustria. Convém não esquecer o velho ensino dos nossos avós: quem vê ardendo as barbas do seu vizinho⁷⁶... Cuidado! (O PERIGO, 1927, p. 3).

Devemos ver nesse discurso, especialmente, a indicação de proibição do batom às mulheres e para resguardar os “bons costumes”, o autor utiliza o recurso de um dito popular, “dos tempos dos avós”, levando a afirmar o respeito aos ensinamentos dos mesmos. Em concordância à intensão da proibição do uso da maquiagem, Sant’Ana (1995) nos explica que “[...] apesar dos apelos publicitários em torno da cura dos problemas de beleza, apesar dos remédios existentes para embelezar a mulher como num passe de mágica” (SANT’ANNA, 1995, p. 125), prevalecia no discurso católico “a convicção de que a verdadeira beleza é

⁷⁴ Abuso da liberdade.

⁷⁵ Sem rodeios, sem subterfúgios.

⁷⁶ Dito popular: “quem vê a barba do vizinho arder põe a sua de molho”, indica que todos devemos aprender com as experiências dos outros.

fornecida por Deus. Ou seja, a beleza é considerada um dom, muito mais do que uma conquista individual (SANT'ANNA, 1995, p. 125).

Desse modo, o trecho poderia ocupar espaço em nossa classificação *Outras Denominações*, contudo, o apelo à conversão dos hábitos femininos é uma prerrogativa que nos levou a analisá-lo sob o viés da sessão *Moral e Sociedade*.

Em 11 de setembro de 1927, o autor João Bahiano volta a apresentar mais uma proibição da Igreja, desta vez, à leitura de romances, com foco especialmente nas mulheres.

A juventude entrega-se apaixonadamente, à leitura do romance, e o romance inocula-lhe, no amago do coração, o verme parasita da sensualidade; e esse verme vai-lhe devorando lentamente, a vida [...].
Donzela inocente e pura! Anjo da família, mais triste seria ainda o quadro, se fostes tu quem figurasse nele. Livra-te de manuseares essas páginas sedutoras! Olha bem, que, por entre esses ramos de flores, que nelas te encantam, levam ao coração o áspide, que te envenenam a vida!
(BAHIANO, 1927, p. 3).

Em relação aos pais, o mesmo texto, os alerta para que possam estar observantes às ações dos filhos, vigiando se estão fazendo a leitura dos romances, que podem ocasionalmente levar muitos jovens a cometerem suicídio, como aponta o artigo d'*O Lampadário*.

E vós, soberanos do lar, e vós, preceptores da mocidade, vigiai, cuidadosamente, sobre as leituras a que se entregam os vossos filhos e vossos discípulos. Não seja casa o que se vos crave no coração o espinho lancinante⁷⁷ de ter sido por vossa negligência, que beberam um tóxico e se **suicidara** moral, e talvez fisicamente (BAHIANO, 1927, p. 3, grifo nosso).

O suicídio, assunto citado no final do trecho descrito acima, era um assunto de tanta importância para a Igreja que virou matéria de capa da edição de 06 de junho de 1926. Enxergamos com clareza a posição que a Igreja sempre assumiu frente à remoção da própria vida do ser humano: “só Deus pode tirar a vida do homem”.

[...] Por que há de o homem, criatura de Deus, abdicar a sua razão, esse dom divino, no desespero fatal que arrastará irremissivelmente sua alma à condenação eterna?! Assiste-lhe, porventura o direito de se matar?! Por que assim o faz?! Sabemos, que há ainda muitas causas que impele o homem ao suicídio... Certo é que o homem não se pode matar por sua própria autoridade, porque ele não se pertence, sim, a Deus. Portanto, só Deus é quem pode, dispor da vida do homem. O quinto mandamento da Lei de Deus reza assim: “Não matarás”.

⁷⁷ O que é preocupante, o que aflige.

Por conseguinte, não pode o homem cometer o crime de matar o seu próximo, o qual crime chama-se homicídio, nem cometer igualmente o suicídio, que é o crime de se matar a si próprio.

[...] O suicídio é um crime de tal grandeza que a Igreja nega sepultura cristã ao suicidado, quando há certeza de que ele se achava no gozo de suas faculdades, ao se dar a morte.

[...] O suicídio é um crime que ofende gravemente a Deus, porque Lhe tira o direito que somente assiste a Ele, que foi o nosso Criador.

O homem, pois nas lutas pela existência, deve-se fazer forte e nunca suicidar-se, por mais infeliz que seja (O SUICÍDIO, 1926, p. 1).

Assim como os romances, o cinema também se tornava perigoso para os católicos moralistas. Borges Pinto (1999), aponta que o cinema se destacava como a abertura do novo mundo dito moderno, capaz de encantar quem queria escapar do marasmo da vida tradicional:

o deslumbramento frenético pelo moderno e pela novidade, o desenvolvimento das tecnologias de lazer bem como os novos ritmos urbanos emergentes corroboram de certa forma para que o cinema seja visto como o corolário da modernidade, como a encarnação do futuro [...] (BORGES PINTO, 1999, p. 147).

Silva e Furtado (2007) corroboram com a afirmação de Pinto (1999) e recordam a perda do status vanguardista europeu de urbanidade para os Estados Unidos, considerados o “novo mundo”.

[...] as películas exibidas nas salas de projeção eram, na maioria, norte-americanas. A Europa - mais precisamente Paris - perdeu, nessa época, o *status* de eixo de vanguarda e divulgador das influências de modernidade, urbanidade e civilidade para os Estados Unidos. A América representava um mundo em que a tradição e as raízes aristocráticas não pesavam tanto e que, ao contrário do Velho Continente, valorizava o novo, o desprezioso e o moderno (SILVA; FURTADO, 2007, p. 11).

É nessa modernidade que o cinema no Brasil, na década de 1920, vai exhibir os filmes norte-americanos, que, por aqui e por lá, também eram censurados, a partir de seus “censores responsáveis pela legalidade institucionalizada, elaboram uma justificativa ética do modo corrente de pensar e a estendem aos cidadãos; dessa forma, um pensamento diferente deve ser combatido e extirpado para o benefício coletivo” (SILVA; FURTADO, 2007, p. 3). Essa censura foi expressa no artigo *A censura no cinema*, publicado em 05 de dezembro de 1926.

Quem diria que nos Estados Unidos, de onde nos vêm esses filmes horripilantes de podridão moral, há censura cinematográfica? [...].

A censura é uma simples medida higiênica.

O dever da censura obriga a todas as consciências. Quem vai ao cinema e tem consciência, logo percebe a necessidade da censura. As pessoas de responsabilidade devem fazer a censura por si mesmas. Os pais de família para os seus, cada indivíduo

para si. E se todos os cinemas forem maus e imorais – caem todos debaixo da censura. Não nos esqueçamos de que o cinema, como divertimento que é, nunca foi uma coisa indispensável (A CENSURA, 1926, p. 3).

Figura 12 – A dança *Charleston* por mulheres de corte *la garçonne*



Fonte: <https://ocio.dn.pt/memoria/os-loucos-e-belos-anos-20/24469/>

Seguindo a lista de impedimentos da Igreja, o artigo *Evolução da moral cristã*, publicado na capa d’*O Lampadário* de 21 de novembro de 1926, De Sant’Anna reflete de forma taxativa aos leitores, os incômodos em uma mulher dançar *Charleston*, dança originária de Charleston, na Carolina do Sul, que surgiu no início da década de 1920, pouco depois da Primeira Guerra Mundial, sendo um divertimento dos *dancings*. Nessa dança as mulheres usavam saias mais curtas e mostravam mais as pernas, além do corte de cabelo *la garçonne*⁷⁸.

Condenamos tal dança, pelos seus portos e atitudes amorais, infringentes as condições comezinhas do pudor a que estão sujeitos homens e mulheres dotados de educação moral, cívica e sobretudo religiosa.

O “*charleston*”, é a mais audaciosa tentativa ao paganismo das eras pristinas, vencido pelos princípios da moral cristã.

A mulher, porém, que se excede, insatisfeita descambando para o abuso, se torna indigna da obra do Divino Salvador da Humanidade [...]

Detestamos e reprovamos os Norte Americanos do “*Charleston*”, admiramos, porém, e exaltamos os Norte Americanos que vieram de dar ao mundo inteiro o mais brilhante espetáculo de fé com o Congresso Eucarístico (DE SANT’ANNA, 1926, p. 1).

⁷⁸ O corte foi usado por atrizes de cinema e mulheres que viraram símbolo da moda no período. Este corte também virou representante da independência e das conquistas femininas do período. O corte *La Garçonne* representa a mulher dona da própria vida, no mercado de trabalho fazendo então atividades que eram inerentes aos homens. O termo francês significa “como um menino” e foi usado para descrever as mulheres que tinham o comportamento considerado tipicamente masculino.

Finalizando nossa pesquisa, descrevemos a nota *Em tempos como estes... Não se pode ser certo*, datada de 06 de fevereiro de 1927. Na posição do impresso, verificamos um discurso da Igreja que nos leva a crer que apoiava o fascismo, haja visto que Benito Amilcare Andrea Mussolini era um político italiano, líder do Partido Nacional Fascista, que se tornou o primeiro-ministro da Itália em 1922. Começou a usar o título *Il Duce* desde 1925, abandonando qualquer estética democrática do seu governo e estabeleceu sua ditadura totalitária.

Em uma revista vinda da Europa, lemos uma notícia que... nos parece um sonho. Diz textualmente: Em Itália acabam de ser fechados mil e tantos salões de baile, em obediência a uma ordem do Governo, na qual, entre outras coisas boas, se diz que “os bailes são apenas motivos de corrupção” e o senhor Mussolini acrescenta que “isso obedece a que nos bailes são completamente esquecidos os preceitos de moral. São apenas excetuados os bailes de família, nos quais quase só poderão ser admitidas moças maiores de 16 anos, quando acompanhadas de seus pais, mas não em caso contrário... O senhor Mussolini deve ter perdido a tramontana... mas, oxalá aparecessem outros muitos Mussolinis... que boa falta fazem (EM TEMPOS, 1927, p. 3).

No próximo subcapítulo, apresentamos de forma quantitativa a divisão dos artigos descritos nesta pesquisa, a partir dos temas presentes neste trabalho, aliado também à frequência com que aparecem nas publicações.

3.7 SÍNTESE INTERPRETATIVA SOBRE AS MATÉRIAS D’O LAMPADÁRIO

*“O discurso nada mais é do que o reflexo de uma verdade que está sempre a nascer
diante dos seus olhos”*
FOUCAULT, Michel.

Após apresentar os temas propostos por esta pesquisa, vamos construir uma hermenêutica do discurso católico, por meio de uma exposição quantitativa, onde apresentamos também, de forma mais elucidativa, todo o material pesquisado, a partir da formulação de uma tabela que facilita a interpretação dos artigos apresentados no terceiro capítulo desta dissertação.

Antes de observar esta tabela, Michel Foucault⁷⁹ (1971), externa que “desejo e instituição inquietam-se face àquilo que o discurso é na sua realidade material de coisa

⁷⁹ Michel Foucault nasceu em Poitiers, em 15 de outubro de 1926. Foi filósofo, historiador das ideias, teórico social, filólogo, crítico literário e professor da cátedra História dos Sistemas do Pensamento, no célebre *Collège de France*, de 1970 até 1984 (ano da sua morte). Suas teorias abordam a relação entre poder e conhecimento e como eles são usados como uma forma de controle por meio de instituições sociais.

pronunciada ou escrita”. Isso notoriamente pode ser encarado a partir da exposição que tomamos como referência, do discurso da Igreja em relação à realidade que se apresentava no início do século XX.

Sabemos, pela hipótese apresentada por Foucault (1971), que em toda sociedade, a produção de discursos é controlada com o objetivo de exorizar-lhe os poderes e os perigos, de diminuir-lhe a força de eventos incontrolláveis e de esconder as reais forças que materializam a constituição social.

Para a apreciação dessa hipótese, o autor nos expõe duas perspectivas para uma análise do discurso em conjunto:

Perspectiva crítica: põe em ação o princípio da inversão. Procura distinguir os meios de exclusão, limitação e apropriação do discurso. Também investiga como esses meios se formaram, a que necessidades vieram responder, como se modificaram durante o tempo, qual a limitação que realmente exerceram e em que medidas foram modificadas.

Perspectiva genealógica: põe em ação os três outros princípios. Analisa como foi a formação das séries de discurso (se por intermédio, apoio ou apesar dos sistemas de exclusão), qual foi a norma específica que as nortearam e quais foram as suas condições de aparecimento, crescimento e variação (FOUCAULT, 1971).

Debruçamo-nos na exposição do discurso, que é frequentemente utilizado nas análises de textos da mídia e as ideologias que os produzem. Nessa análise, o pesquisador vai trabalhar sob o viés da prática social de produção de textos e do produto da atividade discursiva, a partir do objeto empírico, da construção sobre essa atividade, buscando as marcas que guiam a investigação científica.

Sabemos, que, para se ter uma hermenêutica do discurso, o “contar”, da ordem narrativa, desempenha uma das principais ações do impresso, onde a intencionalidade assume o discurso institucional a partir do que é narrado. Assim, conforme Charaudeau (2018)

Para que haja narrativa, é necessário um “contador” (que se poderá chamar de narrador, escritor, testemunha, etc.), investido de uma intencionalidade, isto é, de querer transmitir alguma coisa (uma certa experiência do mundo) a alguém, um destinatário (que se poderá chamar de leitor, ouvinte, espectador, etc), e isso, de uma certa maneira, reunindo tudo aquilo que dará sentido particular a sua narrativa (CHARAUDEAU, 2018, p. 153).

Na sequência, expomos quantitativamente os artigos escolhidos, que foram destaques nesta pesquisa. Tais números visam justificar e elucidar a preferência por alguns discursos em

detrimento de outros nas publicações do jornal, demonstrando os reais objetivos da *Boa Imprensa* a partir da concepção da utilização do periódico na Diocese de Juiz de Fora.

A Tabela 3 foi confeccionada com o intuito de ilustrar a segmentação nos temas por nós escolhidos, as manchetes apresentadas n’*O Lampadário*, bem como os autores e o assunto ao qual se vinculava cada publicação. Nesse sentido, focamos na narrativa de testemunhos históricos, em nosso caso, do jornal *O Lampadário*, a partir do “acúmulo de arquivos, das investigações”, que reconstroem o mais objetivamente possível uma parte da realidade passada (CHARAUDEAU, 2018, p. 153).

A Tabela 3 expõe a data de publicação, o número da edição, a manchete, o assunto, o autor e o tema no qual enquadrámos os artigos escolhidos.

Tabela 3 – Temas pesquisados no jornal *O Lampadário*

Data	Nº	Manchete	Assunto	Autor	Tema
01/03/1926	01	As modas exaggeradas	Moda feminina	S.A	Moral e Sociedade
21/03/1926	04	A escola sem Deus: Ensino religioso neutro	Ensino religioso em escolas não católicas	M.A.N	Moral e Sociedade
11/04/1926	07	O espiritismo	Doutrina espírita	S.A	Outras Denominações
23/05/1926	13	O feminismo	Feminismo	João Bahiano	Moral e Sociedade
06/06/1926	15	O suicídio	Questionamentos sobre o suicídio	Cônego Afonso Intriéri	Moral e Sociedade
20/06/1926	17	Males sociaes	Progresso	S.A	Desafios Modernos
18/07/1926	21	Respeito humano	Virtude	Joao Bahiano	Moral e sociedade
22/08/1926	26	A sociedade hodierna e o Evangelho	Modernidade	S.A	Desafios Modernos
29/08/1926	27	O que os católicos devem saber, prevenindo-se contra as falsas notícias espalhadas por certa imprensa porta-voz das manobras maçônicas	Maçonaria	Santuário de Santa Therezinha	Outras Denominações
05/09/1926	28	Últimos momentos da mãe de um ministro protestante	Crítica ao luteranismo	P.J.L.	Outras Denominações
26/09/1926	31	Superstição e as falsas práticas religiosas	Superstição/magia	S.A	Outras Denominações
03/10/1926	32	Quando resurge na Câmara a idéia do divórcio: a palavra da Igreja é inflexível	Projeto na Câmara federal	S.A	Moral e Sociedade

10/10/1926	33	O espiritismo	Crítica a pisco análise	S.A	Outras Denominações
17/11/1926	34	Formação moral da criança	Formação de caráter do indivíduo	J.B	Moral e sociedade
31/10/1926	36	O matrimônio e o divórcio	Relação matrimonial	P.M	Moral e Sociedade
07/11/1926	37	O divórcio no Brasil	Artigo contra o divórcio	Raul Fonseca	Moral e Sociedade
14/11/1926	38	A esmo	Padre de JF e a moda feminina	P.C	Moral e Sociedade
21/11/1926	39	Evolução moral cristã	A dança <i>Charleston</i>	De Sant'Ana	Moral e Sociedade
21/11/1926	39	Aviso em tempo	Sírios – Falsos padres	Pe. Trajano Leal do Bonfim, Secretario do Bispo	Outras Denominações
05/12/1926	41	A censura no cinema	Medida higiênica	S.A	Moral e Sociedade
05/12/1926	41	Para ser coerente com as idéias	Igualdade de gênero	S.A	Moral e Sociedade
19/12/1926	43	O grande mal dos tempos actuais	Ceticismo e incredulidade	S.A	Desafios Modernos
01/01/1927	45	Infâmia protestante ⁸⁰	Crítica ao metodismo	S.A	Outras Denominações
23/01/1927	48	Uma deLmora que se explica...	Crítica aos protestantes	S.A	Outras Denominações
23/01/1927	48	Os judeus se convertem	Conversão de judeus ao catolicismo	S.A	Outras Denominações
30/01/1927	49	A Maçonaria	Explicação sobre o que é a Maçonaria	S.A	Outras Denominações
06/02/1927	50	Em tempos como estes... Não pôde ser certo	Fechamento de bailes	S.A	Moral e Sociedade
06/02/1927	50	Um espirito berra ao ser golpeado	História de uma sessão mediúnica	Estrela do Sul	Outras Denominações
20/02/1927	52	Vaidades mundanas	Ateísmo	S.A	Outras Denominações
27/03/1927	56	Bella resposta	Conversão de protestante	S.A	Outras Denominações
10/04/1927	58	É lamentável	Superstição	S.A	Outras Denominações
24/04/1927	60	O caráter e a sua formação	Formação materna e escolar	S.A	Moral e Sociedade
24/04/1927	60	As danças	Além de matar o corpo, as danças matam a alma	S.A	Moral e Sociedade
01/05/1927	61	Problema palpitante	Comunismo/Socialismo?	S.A	Desafios Modernos
12/06/1927	67	Pelo Ensino Religioso: Apelo ao clero, aos chefes de família e aos professores pelos prelados da província	Documento para educação católica	D. Justino e outros bispos	Moral e Sociedade

⁸⁰ Coluna Notícias e notas: início 01/01/1927.

		eclesiástica de Marianna ⁸¹			
03/07/1927	70	O grande perigo	Comunismo	S.A	Desafios Modernos
03/07/1927	70	Os nossos irmãos do espaço...	Espiritismo	S.A	Outras Denominações
03/07/1927	70	Os protestantes e a confissão	Crítica à confissão dos protestantes	S.A	Outras Denominações
14/08/1927	76	A verdadeira sciencia	Crítica à ciência	S.A	Desafios Modernos
28/08/1927	77	O perigo do “ <i>baston de rouge</i> ”	Crítica a utilização de maquiagem pelas mulheres	S.A	Moral e Sociedade
11/09/1927	79	Os romances	Proibição à leitura de romances	João Bahiano	Moral e Sociedade
13/11/1927	88	A família e a escola	Orientação à educação familiar e escolar	S.A	Moral e Sociedade
27/11/1927	90	Lourdes defendida numa assembléa protestante	N. Sra. de Lourdes como superstição para protestantes	A Tribuna de Recife	Outras Denominações
11/12/1927	92	Como os protestantes estão de acordo com a Bíblia	O que significa Maria para os católicos	Pe. Nino	Outras Denominações
12/02/1928	100	Inconvenientes do casamento de brasileiros com Syrios Mahometanos	Casamento entre religiões	J.C.M	Outras Denominações

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Assim, ao criarmos hipóteses nesta pesquisa, para interpretarmos o saber do enunciador, fazemos das circunstâncias de discurso o comando do ambiente material (CHARAUDEAU, 2018, p. 32-33).

Conforme exposição quantitativa realizada, observamos que os assuntos relacionados aos temas que causavam desconforto à Igreja ocupam a sessão por nós nomeada como *Desafios Modernos*. Foram seis artigos sobre o tema, representando 13,33% das edições apresentadas: *Males sociaes*, *A sociedade hodierna e o Evangelho*, *O grande mal dos tempos actuais*, *Problema palpitante*, *O grande perigo*, e *A verdadeira sciencia*.

Esse panorama nos leva a crer, que, embora temas relacionados à modernidade fossem preocupações para a religião, ainda assim, ocupavam um espaço menos significativo n’*O Lampadário*. Presumimos isso porque assuntos referentes às *Outras Denominações* religiosas e à *Moral e Sociedade* desempenhavam um papel principal na construção da nova diocese de Juiz de Fora. Esses eram temas relevantes para o primeiro bispo local que se esmerava em legitimar a hegemonia católica da Igreja.

⁸¹ Repete-se na edição de número 85, do dia 01/01/1928.

Quanto aos artigos sobre *Outras Denominações*, observamos a presença em 42,22% do período pesquisado, ou seja, em *dezenove* edições. No ano de 1926, por exemplo, notamos a crítica às outras religiões, em duas edições seguidas entre 29/08 e 05/09, e entre 19/09 e 26/09. Ou seja, apenas em uma edição, nesse período de um mês, não se apresentou o tema.

No ano seguinte, a veiculação de artigos contra outros credos se intensificou, principalmente, nos meses de janeiro e fevereiro. Oito textos faziam algum tipo de menção ao protestantismo. Seis esboçavam descontentamento da Igreja Católica com o espiritismo, e dois com a Maçonaria. O ateísmo e a superstição também ocuparam três artigos, na subdivisão *Outras Denominações*.

Vale salientar neste subcapítulo, que a presença das religiões afro-brasileiras⁸² na cidade, embora tenham tido suas primeiras demonstrações no início da década de 1920, pareciam pouco frequentadas em relação às demais denominações e, por isso, não eram alvo direto de críticas diretas por parte da Igreja Católica, hegemônica na cidade. Dessa forma, não encontramos artigos no jornal *O Lampadário* que se relacionasse à Umbanda, lembrando que o Candomblé teve seus primeiros registros apenas na década de 1980.

Ocupando 44,44% de espaço no periódico, podemos verificar o papel da Igreja como coadjuvante na formação moral da sociedade em *vinte* textos pesquisados. O que mais intriga nos dias atuais, mas que, talvez, se articulasse com o comportamento da época, é saber que em assuntos relacionados à educação familiar, o enquadramento do comportamento feminino é apresentado em cerca de dez assuntos presentes no tema *Moral e Sociedade*. Isso porque, mesmo em artigos relacionados à proibição de danças, de filmes do cinema e da leitura de romances, podemos presumir um impedimento ao sexo feminino, ainda que indiretamente, a realizar tais ações.

Ao expor o discurso, a partir da narrativa n' *O Lampadário*, nos deparamos com a validade do “contar”, anterior a existência da realidade, conforme a perspectiva de Charaudeau (2018). Para o autor, esse

Contar é posterior à existência de uma realidade que se apresenta necessariamente como passada (mesmo quando é pura invenção), e, ao mesmo tempo, essa atividade tem a prioridade de fazer surgir, em seu conjunto, um universo, o universo contado,

⁸² Conforme verificamos nos autores Floriano e Tavares (2003), as primeiras manifestações das religiões afro-brasileiras em Juiz de Fora, eram identificadas pela elite juiz-forana assim como em Minas Gerais, como *baixo-Espiritismo* ou *Canjerê*, pejorativamente denominados pelo clero como rituais profanos. Assim, dona Amerinda, conhecida como *Mindoca*, foi a precursora da tradição afro-brasileira na cidade. Na residência de dona Mindoca teria sido construída a primeira casa de Umbanda de Juiz de Fora.

que predomina sobre a outra realidade, a qual passa a existir somente através desse universo (CHARAUDEAU, 2018, p. 154).

É interessante notar que, para além da exposição do período, a principal interdição da Igreja brasileira, em termos de eventos, era o carnaval, maior representação da identidade cultural brasileira, a qual utilizamos para encerrar nossas exposições. O tema chegou a ser citado em, pelo menos, três artigos. Embora não faça parte do período pesquisado, notamos o incômodo que a festa trazia à instituição. Assim, no artigo de 26 de fevereiro de 1928, era expresso n’*O Lampadário* um aconselhamento às famílias, para não participarem do carnaval.

Aconselha-se que o carnaval é a legítima expressão do espírito nacional. Não a julgares por tais mostras, bem triste ideia devem nos fazer os estrangeiros culto e sensatos, aqui domiciliados [...]. O pior não é o que o vento revolucionário sacuda o edifício social, e sim, que esteja bichado o trajeamento. Pois bem, que ao menos a ruína não atinja o lar doméstico.

Salvemos a santidade da família! (O CARNAVAL, 1928, p. 2).

Escolhemos este trecho para finalizar nosso estudo, por representar a partir da frase *Salvemos a santidade da família!* um resumo do real intento da Igreja na utilização da *boa imprensa*, em nosso caso, d’*O Lampadário*, para apregoar os preceitos da instituição no país, em outras palavras, *Se salvamos a família, salvamos a sociedade!*, e conseqüentemente, a Igreja Católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A religião é algo tão fundamental e constitutivo no Brasil, em um contexto marcado por conflitos, injustiças, violência e falta de perspectiva. Nesse âmbito, concordamos com Rubem Alves⁸³ que “a religião é a proclamação da prioridade axiológica do coração sobre os fatos brutos da realidade. Ela é a recusa, por parte do ser humano, de ser digerido e assimilado ao mundo que o cerca, em nome de uma visão, de uma paixão, de um amor” (ALVES, 2006, p. 7).

Dentro desse cenário da religião no Brasil, objetivamos inicialmente nesta pesquisa expor o discurso da Igreja Católica em Juiz de Fora, a partir dos artigos publicados no jornal católico *O Lampadário*, órgão oficial de imprensa católica no município. E no recorte temporal

⁸³ Rubem Azevedo Alves nasceu em 15 de setembro de 1933. Foi psicanalista, educador, teólogo, escritor e pastor presbiteriano brasileiro. Foi autor de livros religiosos, educacionais, existenciais e infantis.

analisado, o impresso da *boa imprensa*, se dirigia aos fiéis em meio à cidade com a presença de outras denominações diversas do catolicismo e que também vivia uma ascensão industrial e cultural, logo em seu primeiro bispado.

Comprovamos que as matérias publicadas no jornal eram uma forma de orientação ao seu público em relação aos objetivos da Igreja Católica, que visava, por meio d'*O Lampadário*, difundir a doutrina e impedir a ascensão dos que se opunham ao seu discurso. A tentativa de estar mais presente na sociedade e combater movimentos ideológicos perpassavam o contexto no qual a publicação estava inserida.

Utilizamos, de forma inicial, fontes bibliográficas, na internet. Livros, arquivos *online*, foram a base da nossa pesquisa, a fim de verificar o contexto de literatura não apenas do objeto, mas de assuntos semelhantes já pesquisados, servindo-nos de exemplo para nossos estudos.

Em 2018, tivemos a oportunidade de entrevistar o arcebispo de Juiz de Fora, Dom Gil Antônio Moreira, que é historiador, para nos alimentar com a sua ótica, na atualidade, sobre os fatos ocorridos no início da formação da diocese da cidade.

Traçando um comparativo, entrevistamos também, em 2019, o Monsenhor Miguel Falabella, único sacerdote vivo, da época em que foi criado o jornal *O Lampadário*. Contudo, o padre morreu em 2020, vítima das decorrências do coronavírus, deixando seu legado em nossa pesquisa.

Essas duas entrevistas já estavam descritas e coube utilizá-las conforme o decorrer da construção da dissertação, aproveitando suas partes em parágrafos oportunos para a interpretação das mesmas.

Ainda antes da pandemia de Covid 19, visitamos o Arquivo Histórico da Arquidiocese de Juiz de Fora, o Arquivo Histórico da Biblioteca do Seminário Arquidiocesano Santo Antônio e a Biblioteca Verbita (SVD). E ainda bem que a pesquisa documental foi realizada entre os meses de dezembro e fevereiro. A partir do mês do final de março, já não se podia mais ir aos arquivos, em decorrência da situação sanitária mundial.

Com os arquivos já salvos em computador e mídias, montamos uma primeira tabela com todos os textos dentro dos temas de *moral e sociedade*, *desafios modernos* e *outras denominações*. Elaboramos uma segunda tabela, filtrando ainda mais, aqueles artigos com temáticas que se repetiam rotineiramente no impresso.

Partimos para a transcrição dos textos dos artigos escolhidos, inicialmente de forma completa, contudo o tempo corrido, nos fez reajustar a pesquisa e focar nos trechos de maior apelo ao leitor, em cada texto analisado.

Subcapítulos e capítulos foram excluídos e ao mesmo tempo, outros foram criados, para uma nova formulação de ordenamento do sumário, visando maior aderência e coerência na articulação entre os assuntos abordados em cada sessão, optando preferencialmente por uma elaboração cronológica dos fatos e divisão dos capítulos.

A narrativa histórica foi o fio condutor na produção da dissertação, e, com isso, observamos, já no final de nossos estudos, a validade de se apresentar, já na introdução o panorama de toda a década de 1920. Sentimos uma necessidade e também um desejo de levar ao nosso leitor uma melhor visualização do período analisado, diferente do que conhecemos na atualidade em costumes, tecnologias e à vivência das pessoas naquele cotidiano.

Apresentando o cenário mundial, o cenário nacional e traços do cenário interiorano de Minas Gerais, resguardado as diferenças habitacionais e territoriais, apresentávamos a cidade de Juiz de Fora e a inserção da Igreja Católica nesse contíguo.

Se observarmos a modernidade na década de 1920, o crescimento industrial e cultural juiz-forano, notamos que a cidade viveu de maneira efetiva a revolucionária década em destaque, tendo seu maior crescimento urbano.

A Igreja Católica, como protagonista desse período, teve que se esforçar para manter sua influência sobre os fiéis locais, a partir da chegada de outras denominações, dos desafios impostos pela modernidade e da reviravolta nos costumes dos indivíduos.

Consideramos que nossa pesquisa atingiu seu objetivo de exposição, mas somos cientes, de que nos dias de hoje, ainda encontramos vestígios de vigilância da Igreja em muitos aspectos da vida do indivíduo, advinda do catolicismo tradicional e que foi aflorada em meio ao cenário político atual, que merece mais aprofundamento de pesquisas.

REFERÊNCIAS

- A CENSURA no cinema. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 05 set. 1926. p. 3.
- A CIVILIZAÇÃO hodierna e o evangelho. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 22 ago. 1926. p. 2.
- A ESCOLA sem Deus: Ensino religioso neutro. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 26 mar. 1926. p. 3.
- A FAMÍLIA e a escola. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 13 nov. 1927. p. 1.
- ALVES, Rubem. **O enigma da Religião**. Campinas: Papirus, 2006.
- A MAÇONARIA. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 30 jan. 1927. p. 3.
- A VERDADEIRA sciencia. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 14 ago. 1927. p. 3.
- ADAM, Júlio César. Deus e o diabo na terra do sol Religião vivida, conflito e intolerância em filmes brasileiros. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 2, 77-99, maio- ago. 2017. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/6697/5894>. Acesso em: 05 dez. 2020.
- ÁLBUM Juiz de Fora em 2 Tempos. Juiz de Fora, Esdeva Empresa Gráfica, 1996.
- ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **A classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912/1924)** Juiz de Fora: EdUFJF, 1987.
- ARQUIDIOCESE de Juiz de Fora. **Juiz de Fora: nossa História é de fé, nossa igreja tem arte**. Dos Primórdios ao Jubileu áureo da Arquidiocese. Juiz de Fora, 2011.
- _____. **Histórico**. Disponível em: <https://arquidiocesejuizdefora.org.br/historico/>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- ARQUITETURA ECLÉTICA. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/turismo/conheca/historia.php> >. Acesso em: 18 nov. 2019.
- AZEVEDO, Henrique Oswaldo Fraga de. **Evolução do Catolicismo em Juiz de Fora**. Juiz de Fora, Revista Rhema, 1997, n 10, vol. p. 109.
- AS MODAS exageradas. **O Lampadário**, Juiz de Fora, 01 mar. 1926, p. 1.
- AZZI, Riolando. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.
- _____. **Sob o báculo episcopal: A Igreja católica em Juiz de Fora (1850-1950)**. Juiz de Fora, Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.
- BAHIANO, João. O feminismo. **O Lampadário**, Juiz de Fora, 23 maio. 1926, p. 4.

_____. Os romances. **O Lampadário**, Juiz de Fora, 11 set. 1927, p. 3.

_____. Respeito Humano. **O Lampadário**, Juiz de Fora, 18 jul. 1926, p. 4.

BARBOSA, Rodrigo. “Ainda falta coragem e atrevimento aos jornais brasileiros” (Entrevista de Euro Arantes). **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 23 de out. 1981. Caderno 2, p. 1.

BARBOSA, Yuri Amaral. **O processo urbano de Juiz de Fora – MG: Aspectos econômicos e espaciais do Caminho Novo ao ocaso industrial**. Juiz de Fora, 2013. 135p. Monografia (Graduação Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: UFJF, 2013.

BASTOS, Wilson de Lima. **Badalo do Sino: Memórias 1**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1987.

BELLA resposta. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 27 mar. 1927. p. 3.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo**. Adamantina (SP): FAI, 2006. 146 p.

_____. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BEOZZO, José Oscar. **Irmandades, santuários, capelinhas de beira de estrada**. *REB*, v. 37, n° 148, 1977.

_____. Pe. Júlio Maria. In: **História da Teologia na América Latina**. São Paulo, Ed. Paulinas, 1981, p. 118.

BOMFIM. Trajano Leal do. Aviso em tempo. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 21 nov. 1926. p. 2.

BORGES PINTO, Maria Ignez Machado. Cultura de massas e representações femininas na paulicéia dos anos 20. In: **Revista Brasileira de História**. n° 38. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1999.

BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves. **Companhia Mineira de Eletricidade**. Juiz de Fora: UFJF, 1994.

BREVE HISTÓRICO da cultura em Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/turismo/conheca/historia.php>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira e SOUZA, Beatriz Muniz de. Igreja Católica: 1945 – 1970. In FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. 4º Volume – Economia e Cultura (1930 – 1964). 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3ª edição. Ilhéus: Editus, 2006.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. “Lê livre dês esprits” na Manchester Mineira: A modernidade do Espiritismo face ao conservadorismo Católico nas primeiras décadas do século em Juiz de Fora. *RHEMA*, v.4, n. 16, p. 199-223.1998.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, Crimes e Resistência: uma análise dos Alemães e Teuto-Descendentes através de Processos Criminais (Juiz de Fora 1858/1921)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói: UFRJ, 2004.

CASTRO, Giane de Souza. **A cruz e o compasso: o conflito entre Igreja Católica e Maçonaria no contexto da Reforma católica ultramontana em Juiz de Fora**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora (MG), 2008, 158 p.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das Cores do Silêncio: Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista - Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1995.

CASTRO, Miguel Falabella de. Entrevista concedida à Rosiléa Archanjo de Almeida. Para a Dissertação. Juiz de Fora. 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização; [coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida Lúcia Machado]. – 2. Ed., 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.

CHRISTO, Maraliz de C. Vieira. **Europa dos pobres – a belle-époque mineira**. Juiz de Fora, EDUFJ, 1994.

CORDEIRO, Ana Lúcia Meyer. **Metodismo e educação no Brasil: As tensões com o catolicismo na primeira república**. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: UFJF, 2008.

COSTA, Mônica Euzébio da. **Os jornais católicos e suas representações: um estudo sobre gênero, divórcio e família em Juiz de Fora/MG (1930-1945)**. Dissertação para aprovação de mestrado. Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

COSTELLA, F. Antônio. **O controle da informação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1970.

COUTO, Rita. **Santana: Uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edição do Autor, 2016.

CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a economia de Juiz de Fora: O Balanço de uma Conjuntura 1888/1898**. Heera Revista de Economia Aplicada & Economia Regional Aplicada, v. 3, p. 1-31, 2007.

DE SANT'ANA, Denise Bernuzzi de. (org.) **Políticas do corpo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995.

DILLY, Roberto. Origens de Juiz de Fora. in **JUIZ DE FORA – História, texto e imagem**. Juiz de Fora, Ed. FUNALFA, 2004;

DORNELAS, Juliana Gomes. História da Imigração Sírio e Libanesa em Juiz de Fora: Tradições Aculturadas. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c1-a37.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

É LAMENTÁVEL. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 10 abr. 1927. p. 3.

EM TEMPOS como estes... Não se pode ser certo. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 06 fev. 1927. p. 3.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

ESCRAVIDÃO. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/conheca/historia.php>. Acesso em: 18 nov. 2019.

EXPANSÃO CAFEEIRA. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/conheca/historia.php>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FÁVERO, Luizinho. **CONSTRUÇÕES: Catedral e Patronato São José**. Org. Juiz de Fora: Olps Gráfica, Volume 2, 2019.

_____. **O Clero**. Org. Juiz de Fora: Olps Gráfica, Volume 3, 2019.

_____. **Poesias**. Org. Juiz de Fora: Olps Gráfica, Volume 3, 2019.

_____. **SEMINÁRIO Santo Antônio: a visão do jornal “O Lampadário”**. Org. Contagem: Fumarc, 2016.

FAZOLATTO, Douglas. **Juiz de Fora: Imagens do Passado**. Juiz de Fora: Panorama Editora, 2001, v1.

GABRIEL, Rosângela Alves. **Rosângela Alves Gabriel: entrevista** [out. 2015]. Entrevistadora: Rosiléa Archanjo de Almeida. Juiz de Fora: na Cúria Metropolitana situada em Juiz de Fora na Av. Barão do Rio Branco, n. 4510. Alto dos Passos, 2015.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850/1930**. Juiz de Fora: EDUJF, 1988.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. In.: **Religião e Sociedade**. 28/2, 2008, pp. 80-101.

IMIGRAÇÃO ALEMÃ. Disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/conheca/historia.php>. Acesso em: 18 nov. 2019

INFÂMIA protestante. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 01 jan. 1927. p. 3.

JARDIM, Raquel. **Os anos 40: a ficção e o rela de uma época**. 5. Ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003.

J.C.M. Inconvenientes do casamento de brasileiras com sírios maometanos. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 12 fev. 1928. p. 2.

J.P.L. Últimos momentos da mãe de um ministro protestante. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 05 set. 1926. p. 2.

KAPPEL, Oscar. **Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora 140 anos de história**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 2002.

KOEPE, Frei Romano. A imprensa e o cinema a serviço do apostolado moderno. **Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil**, Rio de Janeiro, ano III, n. 28, p. 592-603, 1º out. 1957.

LE GOFF, Jaques. Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero (org. Enciclopédia Einaudi, Memória – História. S.I.p., Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, p. 103).

LOUCOS ANOS 20. Disponível em: <<https://notapositiva.com/loucos-anos-20/#>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

LEMOS, Maria Alzira B. **Aleijadinho: Homem Barroco, Artista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros** (Do Caminho Novo à proclamação). Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 1985.

LINS, Flávio; BRANDÃO, Cristina. **Cariocas do Brejo entrando no ar: o rádio e a televisão na construção da identidade juiz-forana (1940-1960)**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

LUCENA, Paola Lili. **Nenhum lar sem o Lar Católico!**. Dissertação para aprovação de mestrado. Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

LOURDES defendida numa assembléia protestante. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 27 nov. 1927. p. 2.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os Bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983. (Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil - 2).

LINS, Flávio; BRANDÃO, Cristina. **Cariocas do Brejo entrando no ar: o rádio e a televisão na construção da identidade juiz-forana (1940-1960)**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

LISBOA, Jaqueline Duque de Moraes. **Turnerschaft: Clube Ginástico de Juiz de Fora (1909-1979)**. Juiz de Fora, 2010. 248p. dissertação de Mestrado.

LYS, Edmundo. A imprensa em juiz de Fora. In: CAMPOS, Sandoval; LOBO, Amynthas. **Imprensa mineira: memória histórica**. Edição comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Belo Horizonte: Typ. Oliveira, Costa & Comp, 1922.

MALES Sociaes. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 20 jun. 1926. p. 1.

MANOEL, Ivan. Aparecido, *A Ação Católica Brasileira: notas para estudo*, p. 207-215.

_____. **O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MESQUIDA, Peri. **Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil**. Juiz de Fora/São Bernardo do Campo, EDUFJF/EDITEO, 1994.

MIRANDA, Beatriz de V. Dias. **Seminário Santo Antônio**, aspectos históricos. In: Rhema – Revista do Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio, nº 5, 1996).

MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, Capital e Poder: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira**. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, 1990.

MOREIRA, Arthur. **Carnaval em Juiz de Fora: Identidade Comunitária ou produto da indústria cultural?** São Bernardo do Campo, 2008. Disponível em: <http://ibict.metodista.br/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1837> Acesso em: 30 Mar. 2012.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 2000.

MOREIRA, Gil Antônio. Entrevista concedida à Rosiléa Archanjo de Almeida. Para a Dissertação. Juiz de Fora. 2015.

MOSCOVI, Serge. **O familiar e o não-familiar**. In: MOSCOVICI, S. Representações sociais. Investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60-70 em Juiz de Fora**. São Paulo: Nankin; Juiz de Fora: Funalfa, 2008.

_____. **A Imprensa e a memória do lugar: Juiz de Fora 1870-1940**. Trabalho apresentado ao GT de jornalismo, no XIII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, 2011. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0083-1.pdf>>. Acesso em 01 Fev. 2020.

NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NÓBREGA, Dormevilly. Revendo o passado: memória juiz-forana. 3ª série. Juiz de Fora: Edições Caminho Novo, 2001.

NOVA Era. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 28 ago. 1927. p. 1

O CARÁTER e sua formação. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 24 abr. 1927. p. 1.

O CARANAVAL. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 26 fev. 1928. p. 2.

O DIVÓRCIO no Brasil. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 07 nov. 1926. p. 3.

O ESPIRITISMO. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 11 abr. 1926. p. 1.

O GRANDE MAL dos tempos actuais. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 19 dez. 1926. p. 2.

O GRANDE Perigo. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 03 jul. 1927. p. 3.

OLIVEIRA, Almir de. O advento da energia elétrica em Juiz de Fora. In: Bastos, Wilson de Lima *et al.* História econômica de Juiz de Fora (subsídios). Juiz de Fora: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987.

OLIVEIRA, Daniel Freitas de. **O jornal A Cruz**: imprensa católica e discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910-1924). Dissertação para aprovação de mestrado. Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

OLIVEIRA, Francisco M. de. **Sinais da Igreja no Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Esdeva, 1978 Vol I.

_____. **Sinais da igreja no Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Esdeva, 1978 Vol II.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização**: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854 – 1920). Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói (RJ), 1991.

_____. Imigração e industrialização: os italianos em Juiz de Fora – Minas Gerais (1888 – 1920), pp.168 – 179 *in*: BONI, L. A. de (org.) **A presença italiana no Brasil: volume III**. Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, Porto Alegre, 1996.

_____. **Juiz de Fora vivendo a história**. Juiz de Fora. Núcleo de História Regional. EDUFJF. MEC/FNDE, 1994.

OLIVEIRA, P. **História de Juiz de Fora**. 2.ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria Ltda, 1966.

OLIVEIRA, Simone G. de. O Espiritismo em Juiz de Fora: do surgimento à consolidação de uma “religião”. In: TAVARES, Fátima R. Gomes; CAMURÇA, Marcelo Ayres (Org). **Minas das devoções**: diversidade religiosa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF/PPCIR, 2003.

O MATRIMÔNIO e o divórcio. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 31 out. 1926. p. 1.

PERIGO do baston de rouge. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 28 ago. 1927. p. 3.

O Pharol, Ano XV, 20 de janeiro de 1881

O Pharol, ANO V, 13 de março de 1890.

O Pharol, Ano V, 16 de abril de 1890.

O QUE os católicos devem saber, prevenindo-se contra as falsas notícias espalhadas por certa imprensa porta-voz das manobras maçônicas. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 29 ago. 1926. p. 1.

ORIGEM histórica de Juiz de Fora. Disponível em:

<<http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/conheca/historia.php>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

OS JUDEUS se convertem. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 23 jan. 1927. p. 3.

OS NOSSOS irmãos do espaço. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 03 jul. 1927. p. 3.

OS PROTESTANTES e a confissão. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 03 jul. 1927. p. 3.

PADRE Nino. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 11 dez. 1927. p. 1.

PAIVA, Alessandra Viana de. **Espiritismo e cultura letrada**: valorização da doutrina Kardecista. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora (MG), 2009, 100 p.

PAULA, Maira Carlota de Souza. **As vicissitudes da industrialização periférica**: o caso de Juiz de Fora (1930/1970). Dissertação de mestrado. DCR, UFMG, 1976.

PAULA, Regina Amélia G. **Juiz de Fora**: Um nome significante ou um significante no nome. Juiz de Fora: 1994, 7 p. dig. Inédito.

PARA SER coerente com as idéias. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 05 dez. 1926. p. 3.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do patrimônio histórico de Juiz de Fora**: medidas iniciais. Juiz de Fora: Instituto de Pesquisa e Planejamento da Prefeitura de Juiz de Fora, 1981.

P.C. A Esmo. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 14 nov. 1926. p. 3.

PELO Ensino Religioso – Apelo dirigido ao clero, aos chefes de família, e aos professores pelos prelados da província eclesiástica de Mariana. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 12 jun. 1926. p. 3.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e reforma católica ultramontana da igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)**. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp000142.pdf>>. Acesso em 10 Out. 2018.

_____. A presença do catolicismo em Juiz de Fora: do modelo tradicional ao reformado (1741-1924). In: TAVARES, Fátima R. Gomes; CAMURÇA, Marcelo Ayres (Org). **Minas das devoções: diversidade religiosa em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF/PPCIR, 2003, p. 15-28.

PIRES, Anderson. Café e Indústria em Juiz de Fora: Uma Nota Introdutória. in **JUIZ DE FORA – História, texto e imagem**. Juiz de Fora, Ed. FUNALFA, 2004

PROBLEMA Palpitante. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 01 mai. 1927. p. 3.

QUANDO ressurge na Câmara a idéia do divórcio. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 03 out. 1926. p. 3.

RESOLUÇÕES aprovadas nas Conferencias Episcopales da província Ecclesiastica de Mariana – Realizadas em Juiz de Fora, de 19 a 25 de abril de 1923. J. Ladeira, Campinas: TYP. Casa Mascotte, 1923, p. 7.

RIBAS, Ana Paula. A “Boa Imprensa” e a “Sagrada Família”: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis – 1929/1959. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/478/ana_claudia_ribas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

RODRIGUES, Elisa. Questões epistemológicas do ensino religioso: uma proposta a partir da Ciência da Religião. **Interações**, Belo Horizonte, v. 8, n, 14, p. 230- 241, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6375>. Acesso em: 05 dez. 2020.

RIBEIRO, Oslan Costa; MACEDO, Janete Ruiz de. Padre Justino José de Sant’Anna e a construção da nova igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras – Bahia (1912-1924). In: **XXV Ciclo de Estudos Históricos: Cinquenta anos do Golpe de 1964: Ditadura e resistência na Bahia**. CADERNO DE RESUMOS. Ilhéus-BA: UESC/DFCH, 10 a 12 de novembro de 2014. 205 p.

RIBEIRO, Paulo José de Oliveira. **S.O.S Radiojornalismo: caminhos para a informação de Rádio em Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <<http://www.facom.ufjf.br/documentos/downloads/.../pdf/PRibeiro.pdf>>. Acesso em: 30 de Mar. 2020.

RIVERA, Bueno de. **Roteiro de Minas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

SILVA, Maíra Carvalho Carneiro. **Lugar de trabalhador é na área de serviço. Moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930)**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/Maira-Carvalho-Carneiro-Silva.pdf>>. Acesso em: 13 Set. 2015.

SOUZA, Alex Augusto de. **Cultura e religião:** Tramas e narrativas do barroco mineiro. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá (PR), 2019, 121 p.

SCHULTZ, Adilson. Estrutura teológica do imaginário religioso brasileiro. In: BOBSIN, Oneide, et alii (Org.). **Uma religião chamada Brasil:** Estudos sobre religião e contexto brasileiro. São Leopoldo: Faculdades EST/Oikos, 2008, p. 27-60.

SILVA, Erotilde Honório; FURTADO, Tânia Cristina Tavares de Andrade. A mulher na mira do discurso disciplinador do jornal *O Nordeste* (1920 A 1940). In: **VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Jornalismo do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM.** Santos: SP: UNISANTOS/UNISANTA/UNIMONTE, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

SILVA, Wellington Teodoro da. **Brasil, Urgente:** experiência de esquerda no catolicismo brasileiro (1963 – 1964). Tese para aprovação de doutorado. Faculdade de Ciência da Religião, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

STEHLING, Luiz José. Juiz de Fora - **A Companhia União e Indústria e os alemães.** Edição da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. FUNALFA, 1979.

SUPERTIÇÕES. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 26 set. 1927. p. 1.

TAVARES, Fátima Regina Gomes; FLORIANO, Maria da Graça. Do canjerê ao candomblé: notas sobre a tradição afro-brasileira em Juiz de Fora. In: TAVARES, Fátima Regina Gomes; CAMURÇA, Marcelo Ayres (orgs.). **Minas das devoções:** diversidade religiosa em Juiz de Fora. UFJF/PPCIR, 2003.

TEIXEIRA, Faustino. (2005). **Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo.** *Revista USP*, (67), p. 14-23.

TRAVASSOS, Miriam. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora – Uma reportagem para a História.** Juiz de Fora, Esdeva, 1993.

UMA DEMORA que se explica. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 23 set. 1927. p. 3.

UM ESPÍRITO berra ao ser golpeado. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 06 fev. 1927. p. 3.

UMBELINO, Tamara Lis. Rádio Vivo – a serviço de que? A serviço de quem? Monografia de conclusão de curso (graduação) – Faculdade de Comunicação Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2002.

VAIDADES Mundanas. **O Lampadário**, Juiz de Fora. 06 fev. 1927. p. 3.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais:** identidade, casamento e família em circunstâncias pós-moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 29-31.

VALE, André D. **Experiências Barrocas: história, arte e educação**. Tese (Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2016.

VIÇOSO, Antônio Ferreira. **Pastoral**. Mariana, 01/08/1873, p. 2.